

Projeto

Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil

Relatório III

Caracterização, Análise e Sugestões para Adensamento das Políticas de Apoio para APLs Implementadas nos Estados



Projeto
Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais
no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil

Caracterização, Análise e Sugestões para Adensamento das Políticas de Apoio para APLs
Implementadas nos Estados

(Relatório III)

Rio Grande do Sul

Equipe Estadual

Pesquisadores

Ana Lúcia Tatsch
Janaina Ruffoni
Vanessa de Souza Batisti
Marcelo Gostinski
Marilise Dorneles Spat

Estagiária

Cláudia Borba Matos

Equipe de Coordenação do Projeto / RedeSist

Coordenador: Renato Ramos Campos

Marco Vargas

Fabio Stallivieri

Pablo Bittencourt

Equipe da Pesquisa no Rio Grande do Sul

Ana Lúcia Tatsch

Coordenadora Estadual da Pesquisa. Doutora em Economia pelo Instituto de Economia da UFRJ. Professora do Programa de Mestrado em Economia da UNISINOS e pesquisadora associada à RedeSist – IE / UFRJ.

Janaina Ruffoni

Pesquisadora. Mestre em Administração – Ênfase em Ciência e Tecnologia da UFRGS. Doutora em Economia no Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) da UNICAMP. Professora da área de Ciências Econômicas da UNISINOS.

Vanessa de Souza Batisti

Assistente de Pesquisa. Mestranda do Programa de Mestrado em Economia da UNISINOS.

Marcelo Gostinski

Assistente de Pesquisa. Mestrando do Programa de Mestrado em Economia da UNISINOS.

Marilise Dorneles Spat

Assistente de Pesquisa. Mestranda do Programa de Mestrado em Economia da UNISINOS.

Cláudia Borba Matos

Estagiária. Graduanda do Curso de Gestão para Inovação e Liderança da UNISINOS.

Lista de Figuras

Figura 1 – Evolução das políticas estaduais específicas e complementares	8
Figura 2 – Focos das ações viabilizadas pela SEDAI por APLs	29
Figura 3 – Focos das ações viabilizadas pelo SEBRAE por APLs.....	41
Figura 4 – Localização geográfica dos APLs identificados e apoiados no RS.....	44
Figura 5 – Etapas para operacionalização da política para APLs	45
Figura 6 – Focos das ações realizadas pela SEDAI e pelo SEBRAE	46

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Orçado e realizado na rubrica de apoio ao fomento industrial (2001 a 2003)	23
Tabela 2 – Orçado e realizado na rubrica de apoio aos APLs (2004 a 2009).....	24
Tabela 3 – Orçado e realizado na rubrica de extensão industrial (2000 a 2003)	30
Tabela 4 – Orçado e realizado na rubrica de extensão empresarial (2004 a 2009).....	31
Tabela 5 – Orçado e realizado na rubrica de apoio ao desenvolvimento empresarial (2000 a 2003).....	31
Tabela 6 – Orçado e realizado na rubrica de capacitação empresarial (2004 a 2009).....	32
Tabela 7 – Orçado e realizado na rubrica de redes de cooperação (2004 a 2009).....	33
Tabela 8 – Orçado e realizado na rubrica de apoio a negócios internacionais (2000 a 2003).....	33
Tabela 9 – Orçado e realizado na rubrica de promoção comercial (2001 a 2007)	34
Tabela 10 – Orçado e realizado na rubrica de apoio aos programas de inovação tecnológica da matriz produtiva e SLPs (2001 a 2003)	35
Tabela 11 – Orçado e realizado na rubrica de pólos de inovação tecnológica (2004 a 2009).....	35

Lista de Quadros

Quadro 1 – Representantes do Núcleo Estadual de APLs do RS	10
Quadro 2 – Objetivos e plano de ação da Rede CODESUL	11
Quadro 3 – Demandas e ações a serem realizadas pela Rede CODESUL	12
Quadro 4 – Resumo dos convênios firmados entre a SEDAI e os APLs (2001 a 2009).....	25
Quadro 5 – Ações da SAAPA voltadas aos APL.....	36
Quadro 6 – Projetos SEBRAE por foco de ação e por APL	37
Quadro 7 – Mercados e saldo da balança comercial dos principais municípios dos APLs selecionados	42
Quadro 8 – Tipos de produtos importados e exportados pelos APLs.....	43
Quadro 9 – Âmbito do apoio recebido pelos APLs identificados e apoiados.....	47
Quadro 10 – Alguns APLs e seus gargalos.....	52

Sumário

Introdução.....	1
1. Estrutura de Apoio e as Políticas para APLs nos Estados	1
2. O Conceito de APL Utilizado para Orientar as Políticas e as Consequências na Implementação das Políticas	17
<i>2.1 A Conceituação Adotada no Rio Grande do Sul e suas Implicações na Política</i>	<i>17</i>
3. Análise das Políticas: Focos e Instrumentos da Política no Rio Grande do Sul	21
<i>3.1 Aspectos Metodológicos</i>	<i>22</i>
<i>3.2 Política Específica para APLs.....</i>	<i>23</i>
<i>3.3 Políticas Complementares</i>	<i>30</i>
<i>3.4 Iniciativas Privadas de Apoio</i>	<i>36</i>
<i>3.5 APLs Versus suas Participações no Fluxo Comercial do Estado</i>	<i>41</i>
<i>3.6 Algumas Considerações Finais</i>	<i>44</i>
4. Considerações Finais e Sugestões de Políticas para os APLs no Estado	48
<i>4.1 Recomendações para a Política de Apoio a APLs no Rio Grande do Sul</i>	<i>50</i>
Referências.....	55
Apêndice A.....	59
Apêndice B	60
Apêndice C	80
Apêndice D.....	96
Apêndice E	102
Apêndice F	117
Apêndice G.....	122
Anexo A.....	125

Caracterização, Análise e Sugestões para Adensamento das Políticas de Apoio para APLs Implementadas nos Estados

Introdução

Neste terceiro relatório, realizado no âmbito do projeto **Análise do Mapeamento e das Políticas Para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**, tem-se como objetivo principal a análise crítica das políticas de apoio a APLs implementadas no Rio Grande do Sul, bem como a elaboração de sugestões de aperfeiçoamento dessas ações de promoção.

Para tanto, no que tange aos procedimentos metodológicos, incrementou-se a coleta de dados secundários organizada anteriormente para a feitura do Relatório I. Nesta nova etapa, buscaram-se informações junto aos orçamentos e aos Balanços Gerais do Estado, de modo a avaliar os recursos orçados e aqueles efetivamente executados nas ações de apoio aos APLs e naqueles projetos considerados como complementares a essa promoção no âmbito do governo estadual. Coletaram-se também informações sobre as ações realizadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE RS) em seu Sistema de Informação da Gestão Estratégica Orientada para Resultados (SIGEOR). Foram ainda realizadas entrevistas na Secretaria Estadual do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), na Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT RS) e com os gestores de projetos do SEBRAE.

O presente Relatório está estruturado em cinco capítulos, contando essa introdução. No segundo, realizou-se uma caracterização geral dos órgãos que realizam políticas para APLs no estado e das políticas por eles implementadas recentemente. No terceiro, a partir da recuperação das informações apresentadas no primeiro relatório, analisaram-se as políticas sistematizadas no capítulo anterior, enfocando especialmente o conceito de APL utilizado pelas diversas organizações de apoio que atuam no estado e principalmente o utilizado na formulação da política do governo estadual e nos processos de mapeamento. No quarto, procurou-se sistematizar as informações quanto às políticas públicas e privadas para APLs no Rio Grande do Sul, ressaltando os responsáveis pelo apoio, principais ações, prioridades, estratégias, abrangência, instrumentos, complementaridade, superposições e conflitos nas mesmas. E, finalmente, no quinto e último capítulo, são apresentadas as sugestões de novas políticas para apoio a arranjos produtivos e desenvolvimento regional.

1. Estrutura de Apoio e as Políticas para APLs nos Estados

Neste Capítulo, a partir tanto da recuperação de informações já levantadas na primeira etapa desse projeto de pesquisa (consolidadas no Relatório I) quanto de novos levantamentos e entrevistas, faz-se uma caracterização geral dos órgãos que realizam políticas para APLs no Rio Grande do Sul e das políticas por eles implementadas recentemente. Em síntese, conforme a Nota Metodológica que orienta a feitura do presente Relatório, busca-se realizar uma apresentação esquemática da estrutura institucional e das políticas com o objetivo de preparar a análise nos demais capítulos do relatório.

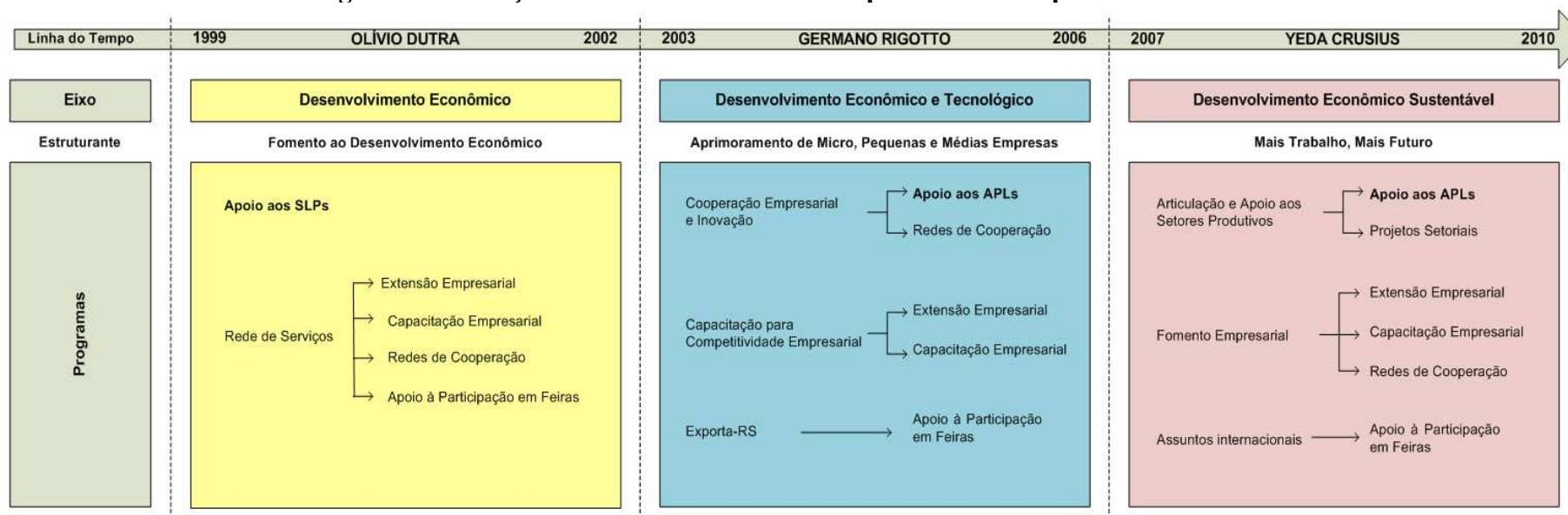
Inicialmente apresentam-se então os principais organismos estaduais de coordenação e implementação de políticas, que são relevantes para os APLs identificados e apoiados no Rio Grande do Sul, bem como se comenta os projetos de promoção realizados por tais órgãos.

Conforme já sublinhado no Relatório I, a Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), através do Departamento de Fomento aos Investimentos, é₁

organismo-chave de coordenação de políticas para APLs no RS. Essa Secretaria seleciona os arranjos a serem apoiados pela política pública e coordena sua execução.

Na Figura 1 adiante, procura-se demonstrar de forma esquemática a evolução da política estadual específica de apoio aos APLs, mas também daquelas entendidas aqui como complementares. Ambas neste caso coordenadas pela SEDAI.

Figura 1 – Evolução das Políticas Estaduais Específicas e Complementares



Fonte: Elaborado pelos autores (2009).

Percebe-se que o programa de apoio aos APLs, inicialmente denominado de **Programa de Apoio aos Sistemas Locais de Produção** quando da sua criação no Governo Dutra (1999 – 2002), permanece, embora com outra denominação, nos diferentes governos subsequentes.

Foi o **Programa de Apoio aos SLPs** que iniciou e formalizou a política voltada para APLs no estado. Desde então os diferentes governos gaúchos vêm apoiando diversas aglomerações produtivas. Tal apoio, no entanto, não foi idêntico nem teve a mesma ênfase ao longo do tempo. Por isso, dividiu-se a política em três fases, que são coincidentes aos períodos de três governos distintos. A fase inicial (1999 – 2002), do governo Olívio Dutra; a segunda fase (2003 – 2006), durante o governo Rigotto; e, a atual, a partir de 2007, na gestão da governadora Yeda Crusius.

De todo modo, ao olhar com atenção o esquema da Figura 1, vê-se que ao longo desses governos os programas e sub-programas, vinculados aos chamados eixos estruturantes, ganham denominações que diferem ao longo dos anos, mas que guardam, na sua essência, a mesma intenção de política: promover os APLs, formar redes de empresas, capacitar e buscar novos mercados.

Assim, sob a coordenação da SEDAI, as políticas implementadas orientaram-se para o apoio às diversas formas de cooperação entre as empresas e as demais instituições locais, procurando fortalecer a governança local. Mas não só a cooperação e a governança foram foco das ações. A formação e capacitação, a inovação e tecnologia, e o acesso aos mercados interno e externo também o eram.

A atuação nos diferentes focos listados fica explícita a partir da intenção do governo da primeira fase de vincular os programas – Extensão Empresarial, Redes de Cooperação, Apoio à Participação em Feiras Nacionais e Internacionais, e Capacitação Empresarial – ao **Programa de Apoio aos SLPs**.

Esses programas agrupados sob o título de Rede de Serviços, na proposta do Governo Olívio Dutra (vide o quadro em amarelo da Figura 1), estavam voltados e deveriam contribuir para a promoção dos arranjos produtivos locais do estado. Assim, o Programa de Apoio aos SLPs era pensado como o programa “guarda-chuva” de apoio aos APLs. Na realidade, contudo, formalmente pouco se vincularam a ele, embora possam ter, com certeza, auxiliado na capacitação competitiva das empresas localizadas nos arranjos.

A partir da segunda fase, mas especialmente na terceira e atual fase, a capacidade de acompanhamento da Secretaria diminuiu bastante devido ao enxugamento de seu corpo técnico e da forte contenção de despesas imposta pela política estadual de ajuste fiscal. A atuação ocorre através de convênios com entidades locais, para as quais são repassados recursos a projetos específicos. Os recursos existentes são alocados a partir das demandas advindas dos agentes presentes nos APLs. A Secretaria avalia os projetos apresentados, mas não planeja a priori as lacunas e gargalos a serem alvo de atuação. São os atores locais que organizam os pleitos. Verifica-se assim que no presente não há focos claros na política pública de apoio a APLs; embora, as intenções e as áreas de atuação tenham sido herdadas da fase inicial.

Enquanto que na primeira fase da política de apoio a APLs houve uma maior reflexão para seleção dos arranjos a serem objeto da política pública; já nas fases subsequentes, esse processo é balizado por demandas sociais e pressões políticas e menos por estudos sistematizados sobre a realidade sócio-econômica gaúcha.

Assim, diferentemente da primeira fase, quando a política de apoio aos APLs tinha papel de destaque no programa de governo, nas fases subsequentes pode-se dizer que tal política perde fôlego. Tal perda deu-se não em razão do montante dos gastos realizados (como se pode ver a partir da análise no Capítulo 4 adiante), mas, sobretudo, em razão da ação do governo, que deixa de ser o protagonista, aquele que induz, e passa a ser passivo frente às demandas do local. Não que os agentes locais não devam ser ouvidos e seus pleitos levados em conta. A crítica não está nos agentes, mas sim no papel da Secretaria que deixa de atuar de forma estratégica. Considera-se que a atuação do Estado não deve estar calcada em uma abordagem *top-to-bottom*; no entanto, diante da

escassez de recursos financeiros, a priorização e a sinalização para os atores locais das diretrizes estratégicas do governo tornam-se fundamentais.

Também o Núcleo Estadual (NE) de Apoio aos APLs, que foi constituído ano de 2005, ainda no Governo Rigotto, como “elo” de ligação com o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL) se desmobilizou ao longo do tempo. Sua composição é dada por um representante de cada uma das seguintes instituições: SEDAI; Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT RS); Caixa RS; Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE RS); e Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) / Instituto Euvaldo Lodi (IEL RS). Atualmente, como se pode ver no Quadro 1, são os seguintes os representantes que fazem parte do NE:

Quadro 1 – Representantes do Núcleo Estadual de APLs do RS

Organismo	Representantes
Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI)	Coordenador: Josué de Souza Barbosa (Secretário Adjunto SEDAI) Suplente: Jairo Back
Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT)	Titular: Paulo Renato Souza (Coordenador da Divisão de Pólos Tecnológicos) Suplente: Michele Andrade
SEBRAE RS	Titular: Marcelo de Carvalho Lopes (Diretor Superintendente) Suplente: André Luis Campos Suplente: Júlio Cezar Ferraza
FIERGS – IEL/RS	Titular: Elizabeth Urban (Superintendente Regional) Suplente: Daiane Gusmão Alves
CAIXA RS	Titular: Rogério de Wallau Suplente: Luiz Fernando Gomes

Fonte: Pesquisa de campo (2009).

Por parte, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), há o estímulo para que o grupo volte a ter um papel mais atuante.

Outros são também os fatores externos que instigam no momento uma atuação mais ativa da SEDAI. Esse é o caso da Rede de Cooperação de APL's e Cadeias Produtivas do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul – CODESUL (Rede APL CODESUL). Essa rede visa viabilizar ações integradas entre os Estados – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul – como forma de promover um desenvolvimento equilibrado e sustentado entre os segmentos produtivos desses estados. A Rede APL CODESUL tem ainda por missão propor e desenvolver ações integradas, para promover o desenvolvimento territorial sustentável por meio dos APLs e cadeias produtivas.

No Quadro 2 adiante, os objetivos da Rede são melhor descritos, bem como seu plano de ação. A consolidação das governanças locais, o fortalecimento do tecido associativo via sensibilização e ações cooperadas, e a troca de experiências entre APLs são as metas estabelecidas. Para tanto, um elenco de ações são relacionadas, como se pode ver ainda no mesmo Quadro.

Quadro 2 – Objetivos e Plano de Ação da Rede CODESUL

Objetivos	Plano de Ação
Consolidação das governanças locais	Identificação dos líderes que compõem os APLs
	Compor as governanças locais dos respectivos APLs
	Formalizar calendário de reuniões, se fazer presente a estas, agenda atividades com atas de compromissos
Fortalecimento do tecido associativo com sensibilização e ações cooperadas	Instituir o consórcio de exportação
	Promover central de negócios com parceiros, fornecedores e clientes potenciais – compra e venda
	Elaboração de projetos integrados
	Cronograma de visitas aos APLs com vistas a disseminação e implementação dos planos de desenvolvimento
Troca de experiências entre APLs	Promoção de encontros intra Núcleos para cada Estado – casos de sucesso
	Promoção de eventos ao nível de CODESUL – casos de sucesso
	Instituição de fórum permanente das governanças locais
	Programa de captação de novos membros para os APLs
	Estimular a participação dos Núcleos em eventos externos e promover a integração com os conteúdos desenvolvidos nestes encontros.

Fonte: Rede CODESUL (2009).

Tal estratégia operacional surge a partir da identificação das demandas e necessidades comuns dos participantes da Rede: Qualificação Profissional, Acesso a Mercados, Agregação de Valores aos Produtos, e Crédito. No Quadro 3, essas demandas estão listadas enquanto ações a serem realizadas. Como se pode observar, a cada ação está associado um objetivo e o modo de alcançá-lo.

Quadro 3 – Demandas e Ações a Serem Realizadas pela Rede CODESUL

Ação	Objetivos	Como
Qualificação profissional	Atender a demanda dos principais APLs	Desenvolvendo projeto de qualificação integrado direcionado ao PLANSEQ/MTE
	Melhorar a qualidade da mão-de-obra	
	Geração de emprego e renda	
Crédito	Sustentabilidade dos empreendimentos e aumento da capacidade produtiva	Criação de Programa de Crédito para os APLs, por banco de desenvolvimento / agência de fomento
Mercados	Preparar as empresas inseridas nos APLs para as oportunidades do mercado	Promover a cultura exportadora empresarial
		Pesquisa de mercado
		Promoção comercial das MPEs
Agregação de valor aos produtos	Aumento da competitividade dos produtos	Melhoria da qualidade dos produtos
		Estratégias de comercialização e marketing
		Desenvolvimento de novos produtos

Fonte: Rede CODESUL (2009).

A Rede APL CODESUL já tem sua estrutura definida, bem como as atribuições dos envolvidos, o que se formalizou tanto através do Termo de Cooperação Geral, assinado pelos governadores dos quatro estados em 25 de março de 2009, quanto do Regimento Interno.

A estrutura organizacional da Rede tem a seguinte composição: Conselho Diretor, Comitê Gestor, e Grupos de Trabalho. O Conselho Diretor é formado pelos Secretários dos Estados onde os Núcleos Estaduais de APLs estejam vinculados (no caso gaúcho é o Secretário da SEDAI), dos dirigentes das entidades patronais da indústria, e de entidades de apoio as micro e pequenas empresas dos estados. O Comitê Gestor é constituído por representantes de cada estado, sendo composto pelos seguintes membros: Coordenador do Núcleo Estadual de APLs (novamente representante da SEDAI), Representante dos SEBRAE Estadual, Representante dos Sistema Federação das Indústrias dos estados, Representante dos Sistema da Federação da Agricultura dos estados, além de outros membros designados pelo Comitê Diretor. Já os Grupos de Trabalhos serão formados por demanda do Comitê Gestor.

Os APLs e cadeias produtivas validados pela Rede APL CODESUL a serem alvo do trabalho são os constantes como prioritários junto ao MDIC/GTP/APL. A inclusão ou a exclusão de APLs e Cadeias Produtivas depende da aprovação do Comitê Gestor. Qualquer representante dos Núcleos Estaduais da Rede poderá solicitar a inclusão de novos APLs, apresentando para tal fim os estudos que os caracterizem como APL.

Também no âmbito da Agenda 2020¹, a temática dos APLs ganhou espaço. É no Fórum Temático de Inovação e Tecnologia da Agenda 2020, acerca da regulamentação da Lei Estadual de

¹ No ano de 2006, teve início o movimento intitulado Agenda 2020. Esse movimento da sociedade gaúcha se propõe a discutir propostas concretas de soluções para o desenvolvimento do estado. São mais de cem entidades participantes

Inovação², sancionada em julho deste ano, que tal temática vem sendo discutida. Os participantes do Fórum elencaram um conjunto de medidas que visam à ampliação da atividade inovativa no RS. Nesse sentido, quatro temas específicos que compõem a Lei foram destacados:

- Projeto de incentivos fiscais, linhas de crédito específicas para empresas do setor;
- Projeto de Implantação e Consolidação de Parques Tecnológicos;
- Projeto de Implantação e consolidação dos Arranjos Produtivos Locais;
- Projeto para beneficiar pequenas e microempresas nos processos de compras do Estado.

Quanto ao Projeto de Implantação e consolidação dos Arranjos Produtivos Locais que interessa aqui, estabeleceu-se uma série de metas que podem ser visualizadas no Box a seguir.

Box 1 – Projeto de Implantação e Consolidação dos Arranjos Produtivos Locais

- Definição de setores estratégicos para o Estado;
- Levantamento junto aos APLs quanto às principais oportunidades e entraves para a ampliação da capacidade inovativa dos arranjos;
- Introduzir nas políticas de apoio à criação de APLs algum mecanismo de desconcentração espacial, aos moldes do INTEGRAR, beneficiando regiões de menor índice de desenvolvimento regional (IDESE);
- Incrementar o número de entidades voltadas à pesquisa e inovação, promovendo os ICT's;
- Criação de núcleos de desenvolvimento tecnológico;
- Capacitar as empresas integrantes de APLs sobre os incentivos existentes e programas de apoio e financiamento;
- Desenvolver ações específicas que auxiliem as empresas na busca de novos mercados, internos e externos;
- Incentivar a interação entre centros de pesquisa e as empresas;
- Reembolso por parte do Estado das despesas na capacitação da gestão dos APLs;
- Acesso facilitado para as empresas do APL a ativos, serviços e bens públicos complementares importantes para as empresas locais (como relações comerciais, cooperações técnicas, etc.), mas sem restringir o acesso de empresas localizadas fora da área geográfica do Arranjo;
- Apoio à cooperação empresarial;
- Apoio ao desenvolvimento e consolidação da governança do APL (recursos para gestão e articulação do arranjo);
- Apoio à criação de um Centro Gestor de Inovação do APL;
- Criação de uma base de dados para análises dos APLs, como um banco de dados centralizando as informações da região e depois do Estado.

Fonte: Agenda 2020.

que indicam seus representantes nos fóruns temáticos e também no Fórum de Gestão da Agenda 2020. Dentre esses participantes estão o Poder Público (Estadual e Municipal), Empresários, Universidades, a Sociedade Gaúcha, Trabalhadores, Partidos Políticos e ONGs. Os vários fóruns temáticos instalados para discutir o cenário desejado para 2020 tinham como meta inicial realizar o detalhamento de ações, indicadores, metas e prazos para cada um dos 11 grandes temas propostos no mapa estratégico da Agenda: infraestrutura, cidadania e responsabilidade social, meio ambiente, gestão pública, saúde, ambiente institucional e regulatório, educação, desenvolvimento regional e de mercado, inovação e tecnologia, disponibilidade de recursos financeiros e desenvolvimento regional.

² A Lei Nº 13.196, publicada no Diário Oficial do Estado nº 132, de 14 de julho de 2009, estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, define mecanismos de gestão aplicáveis às instituições científicas e tecnológicas do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

É válido sublinhar que há na Lei de Inovação aprovada no estado atenção especial aos APLs. Para fins dessa Lei considera-se: arranjos produtivos locais como aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização, produtiva e mantém vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. A Lei prevê ainda que o Estado apoiará a implantação e a consolidação de APLs, objetivando a expansão de investimentos em pesquisa científica e tecnológica, o desenvolvimento tecnológico e a incorporação de novas tecnologias, novos processos, produtos ou serviços.

No início de 2010, a Agenda 2020 irá trabalhar sugestões para os APLs. Com esse intuito, iniciou um levantamento sobre os principais entraves para a ampliação da capacidade inovativa dos arranjos existentes. Foram aplicados questionários em treze setores. O metal-mecânico (automotivo), gemas e jóias, vitivinícola, têxtil e automação foram os primeiros a responder a pesquisa.

Além da SEDAI, compreende-se que outras duas Secretarias do Governo do Estado, a Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT) e a Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Pecuária e Agronegócio (SAAPA) também implementaram políticas que são vistas como complementares à política central da SEDAI.

A Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (SCT RS), por seu turno, atua junto aos arranjos produtivos gaúchos, principalmente através do seu Programa de Apoio aos Pólos de Inovação Tecnológica; embora esse não tenha sido concebido com tal fim. Esse programa foi implantado com a finalidade de “[...] estimular a integração entre universidades e centros de pesquisa com o setor produtivo, objetivando o desenvolvimento de tecnologias adequadas às diferentes regiões do RS” (RIO GRANDE DO SUL / SCT, 2009). Atualmente, existem 22 Pólos de Inovação ou Modernização Tecnológica no Estado.

A Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Pecuária e Agronegócio (SAAPA) também apresenta ações complementares às políticas da SEDAI de apoio a APLs. Isso foi verificado por meio da identificação de ações voltadas para alguns APLs de base agroindustrial, tais como: ovinocultura e bovinocultura de corte, leite e derivados, vitivinícola, piscicultura e fruticultura. O foco das ações é variado, havendo atividades voltadas para a formação e capacitação; o acesso a novos mercados; e financiamento e investimento.

Quanto a investimento e financiamento, até o momento, não foram criados mecanismos de financiamento específicos aos APLs, as linhas de crédito do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) não são exclusivas às empresas dos APLs. Quanto aos investimentos, houve, por exemplo, apoio à instalação de uma planta produtora de MDF no estado para suprir gargalo da cadeia-produtiva de móveis no APL moveleiro da Serra Gaúcha. O uso do Fundo Operação e Empresa (FUNDOPEM) exerceu papel importante no financiamento desse projeto.

Finalmente, vale destacar outro importante organismo de atuação no estado, o SEBRAE RS, instituição privada sem fins lucrativos e de utilidade pública. Com relação às ações do SEBRAE regional, segundo representantes do próprio SEBRAE, sua política de atuação passou a ser calcada na abordagem de arranjos produtivos locais³ nos primeiros anos da década de 2000.

O SEBRAE em nível nacional passou por um redirecionamento estratégico no ano de 1999. A partir de tal direcionamento, houve uma evolução da abordagem, a qual passou a privilegiar o

³ Segundo documentos do SEBRAE, o objetivo de atuar com a metodologia de arranjos produtivos locais é “[...] promover a competitividade e a sustentabilidade dos micro e pequenos negócios, estimulando processos locais de desenvolvimento”. Ainda, conforme tais documentos, os pequenos negócios, ao se organizarem isoladamente, reproduzem a forma de organização das grandes firmas, sem alcançar suas principais vantagens: economias de escala, capacidade de investimento em inovação e emprego de profissionais qualificados. Portanto, a instituição entende que a organização das empresas em arranjos é fonte geradora de vantagens competitivas duradouras (<<http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/arranjosprodutivoslocais.asp>>).

território, ao invés do setor de atividade, e o coletivo⁴, em detrimento à empresa individual. As ações de apoio às micro e pequenas empresas.

[...] foram gradativamente incorporando dimensões e variáveis externas ao ambiente interno dos negócios, passando a considerar também as questões estruturais, o entorno ou ambiente institucional, político e infraestrutural, bem como a relação dos pequenos negócios entre si e com os demais elos de uma cadeia produtiva de setores prioritários (SEBRAE, 2003, p. 8).

Com o objetivo de promover a competitividade e a sustentabilidade dos micro e pequenos negócios, o SEBRAE estabeleceu então a atuação em APLs como uma de suas prioridades. Assim, desde 2002, a atuação do SEBRAE em âmbito nacional passou de uma abordagem de solução individual a seus clientes para o progressivo atendimento de necessidades e oportunidades de forma coletiva, respeitando as diferenças regionais.

O SEBRAE regional atuou nesta direção especialmente neste período de 2003 a 2006, quando havia a intenção de fortalecimento da dinâmica dos APLs.

É importante frisar que o SEBRAE regional tem forte atuação no estado e se vale de sua capilaridade para ter uma presença marcante nas diversas regiões. Especialmente durante o governo Rigotto, devido à perda de fôlego da política pública de apoio aos APLs, em razão da contenção de recursos, o SEBRAE regional acabou atuando e preenchendo um vazio de política pública; passando a operar como um importante coordenador das iniciativas em determinados arranjos.

Pode-se dizer então que a atuação do SEBRAE RS tradicionalmente objetiva, a partir de um trabalho de articulação e mobilização de parcerias locais, viabilizar projetos de capacitação e qualificação das pequenas e médias empresas. Considerando essa perspectiva, suas ações direcionam-se, especialmente, para o estímulo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, à exportação e à capacitação em gestão. O SEBRAE selecionou os APLs a serem alvo de sua ação e até mesmo coordenou a mobilização dos agentes locais em vários APLs, estimulando a interação e a cooperação desses atores. Isso particularmente no período da chamada segunda fase (2003 – 2006) da política pública de apoio aos APLs no RS, quando a atuação da SEDAI perde fôlego.

O SEBRAE pode ainda ser considerado executor de política. Tal papel se reforça atualmente. Isso porque desde 2007, o SEBRAE RS vem atuando fortemente por projetos, independente da configuração local (seja de APL seja de pólo). Isto não quer dizer que negue a existência de APLs, mas que sua ação ocorre sem a preocupação de definir se os espaços locais são ou não APLs. Sua contribuição se dá através da atuação por projetos específicos, o que não impede que esses impactem positivamente nos arranjos. Essa abordagem por projetos está explícita na visão estratégica: “Posicionar-se como líder de projetos finalísticos para as micro e pequenas empresas, gerando resultados mensuráveis e efetivos para a sociedade” (Direcionamento Estratégico disponível em <www.sebrae-rs.com.br>). O Sistema de Informação da Gestão Estratégica Orientada para Resultados (SIGEOR) dá visibilidade às ações e materializa tal abordagem por projetos.

Outros são ainda os organismos no estado que podem ser considerados como executores de política. Esse é o caso das universidades que recebem recursos para o desenvolvimento de projetos mediante o estabelecimento de convênios. As universidades são importantes parceiras na implementação das políticas atuando na formação e capacitação, bem como no estímulo à inovação e ao desenvolvimento. Dentre essas, vale citar: Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS (UNIJUI), Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Universidade Regional Integrada (URI), Universidade de Passo Fundo (UPF), Universidade Federal

⁴ Dentre as formas coletivas de abordagem do SEBRAE destacam-se: grupos de empresas e de empreendedores; associações, cooperativas e consórcios; núcleos setoriais; redes de horizontais; encadeamentos empresariais; arranjos produtivos locais; e redes de APL.

do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e também o Centro Universitário FEEVALE.

As unidades de pesquisa e serviços da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) no RS também podem ser consideradas como executoras, pois vem atuando na transferência de tecnologia. São cinco as unidades no Rio Grande do Sul: EMBRAPA Clima Temperado (Pelotas), EMBRAPA Pecuária Sul (Bagé), EMBRAPA Trigo (Passo Fundo), e EMBRAPA Uva e Vinho (Bento Gonçalves).

O Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi do Rio Grande do Sul (IEL-RS) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do RS (SENAI-RS), que fazem parte do Sistema FIERGS (Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul) ⁵, são outros exemplos de organismos apoiadores. O primeiro desenvolve serviços voltados para o aperfeiçoamento da gestão e à capacitação empresarial de firmas industriais. Já o SENAI atua fortemente na formação e capacitação profissional, mas também disponibiliza seus quadros profissionais e a rede de serviços tecnológicos dos centros de tecnologia às necessidades da indústria, buscando promover a pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I) nas empresas. Vale sublinhar que o IEL RS atua especialmente aportando recursos e o SENAI RS implementando ações de capacitação e desenvolvimento tecnológico de acordo com as políticas.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do Estado do Rio Grande do Sul (SENAR-RS) seria outro exemplo de apoio à capacitação através da formação profissional rural. Tal serviço faz parte do sistema FARSUL (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul).

A Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) também apóia APLs cuja especialização volta-se ao agronegócio. Isso através de ações de capacitação técnica, inovação e desenvolvimento tecnológico, e extensionismo rural.

Vale, por fim, fazer referência às associações de classe e aos sindicatos enquanto apoiadores e executores. Muitas vezes tais organismos são gestores de recursos repassados pela SEDAI, como é o caso da Associação das Indústrias de Móveis do Rio Grande do Sul (MOVERGS), da Associação dos Produtores de Carne do Pampa (APROPAMPA), da Associação Pólo de Moda da Serra Gaúcha e do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul (SIMECS), dentre outros.

⁵ A Confederação Nacional da Indústria (CNI) aporta recursos aos APLs gaúchos via FIERGS. Nessa direção, o programa de apoio à competitividade das micro e pequenas empresas indústrias (PROCOMPI), fruto da parceria entre a CNI e o SEBRAE nacional, apóia projetos concebidos pelas Federações Estaduais de Indústrias, no caso a FIERGS, em parceria com o SEBRAE RS e empresas industriais e/ou sindicatos industriais.

2. O Conceito de APL Utilizado para Orientar as Políticas e as Consequências na Implementação das Políticas

Uma dimensão importante da análise é verificar se os conceitos e políticas implementadas pelas organizações de apoio estão em conformidade com o foco analítico e metodológico de Arranjos Produtivos e Inovativos Locais que baliza esta Pesquisa. Relembrando, Arranjos Produtivos e Inovativos Locais representam fundamentalmente um quadro de referência, a partir do qual se busca compreender os processos de geração, difusão e uso de conhecimentos e da dinâmica produtiva e inovativa. Entende-se a produção e a inovação como processos sistêmicos, que resultam da articulação de distintos atores e competências. Complementarmente, considerando-se que muitas organizações de apoio adotam um conceito de arranjo e na prática utilizam outra noção no processo de identificação dos APLs e implementação das políticas, é importante avaliar a “aderência” do conceito utilizado pelas organizações em suas práticas de identificação dos APLs e implementação das políticas.

Este Capítulo tem assim por objetivo analisar as políticas sistematizadas no capítulo anterior, enfocando especialmente o conceito de APL e o mapeamento descrito no Relatório I. Busca-se recuperar as informações apresentadas nesse primeiro relatório, no que se refere ao conceito de APLs utilizado pelas diversas organizações de apoio que atuam no RS e, principalmente, o utilizado na formulação da política do governo estadual.

Trata-se de observar primeiramente se tais conceitos são realmente utilizados no processo de identificação dos APLs e na formulação das políticas para os arranjos do estado, identificando o conceito norteador implícito e explícito das políticas.

Num segundo momento, aprofundando a análise deve-se identificar as discrepâncias e similaridades entre os conceitos utilizados e as ações de políticas implementadas pelas organizações com base no foco analítico e metodológico de APLs adotado pela pesquisa.

Um terceiro eixo de análise neste capítulo é o referente aos APLs selecionados para políticas (mapeamento), considerado o conceito utilizado e as conseqüentes abrangências: espacial (distribuição no território estadual) e produtiva (considerando os serviços, as atividades culturais, às agro-industriais e a transformação industrial).

2.1 A Conceituação Adotada no Rio Grande do Sul e suas Implicações na Política

Voltando à primeira fase da política de apoio a APLs no Rio Grande do Sul, de 1999 a 2002, cabe atentar para o conceito que estava orientando a concepção do **Programa de Apoio aos Sistemas Locais de Produção** proposto pelo governo do estado. Embora o termo Sistemas Locais de Produção remeta à noção de sistemas industriais localizados ou sistemas produtivos locais introduzida por pesquisadores franceses, cujo principal representante é Courlet, a nomenclatura adotada, conforme a própria coordenadora do Programa à época – Clarisse Chiappini Castilhos –, é antes um “nome fantasia”. Isto é, a nomenclatura expressa mais a preocupação política com o desenvolvimento endógeno e, portanto, local, do que uma referência teórica específica. O conceito adotado parte da ampla literatura que discute as vantagens das aglomerações produtivas frente às novas condições internacionais de concorrência. Assim, aspectos como especialização produtiva, proximidade das atividades, existência de instituições de ensino e de P&D, densidade preexistente das relações entre os atores locais, além do potencial demonstrado de empregar um número significativo de trabalhadores, fazem parte do conceito adotado.

Em documentação da época, conceitua-se o Sistema Local de Produção (SLP) como:

[...] um conjunto de empresas produtoras de mercadorias, bem como de instituições voltadas à produção e à difusão de conhecimento técnico e/ou ao ordenamento competitivo, que se articulam em um determinado espaço regional, em torno de um determinado segmento produtivo. No interior de um SLP, empresas e instituições sustentam um amplo conjunto de relações de troca (primordialmente, mas não exclusivamente mercantis) e de clientela, que se resolvem em crescente especialização das unidades produtivas, com seus desdobramentos conhecidos em termos de economias internas e externas alavancadoras da competitividade sistêmica (Rio Grande do Sul, 2001, v. I; p. 47).

Acreditava-se que os espaços produtivos que tinham características de arranjos, dado que a articulação entre os agentes ser ainda incipiente, poderiam chegar a sistemas através da intervenção institucional que promovesse a dinamização desses espaços locais. Essa idéia de que há uma evolução no desenvolvimento dos sistemas, pode também ser percebida na seguinte passagem:

[...] é importante entender que os Sistema Locais de Produção não são apenas sistemas integrados e solidários, mas são sistemas que têm um “núcleo”. Por vezes, este núcleo é o segmento produtivo que está na base da aglomeração original. Por vezes, não. É comum que, ao longo do processo de desenvolvimento do SLP, seu núcleo original seja substituído por um outro. Assim é que, por exemplo, o SLP coureiro-calçadista gaúcho tem um núcleo (produção de calçados para exportação) que não corresponde mais ao seu núcleo original (produção de couro para exportação e de artefatos diversificados para consumo interno). Mas o que importa é que, a cada momento de sua evolução, o SLP tem um núcleo produtivo que é o pólo dinâmico do arranjo. E a existência deste núcleo dinâmico alavanca sobremaneira a eficácia da política econômica. E isto porque, quando um tal núcleo existe e é, de fato, o dinamizador do sistema, a ação pública pode se concentrar na alavancagem da demanda e da produção do mesmo. Pois o crescimento da demanda e da produção do núcleo dinâmico se transfere para o conjunto da cadeia, com consequências positivas sobre o crescimento e o nível de emprego de todo o arranjo (Rio Grande do Sul, 2002, v. I; p. 51-52).

Nas fases subseqüentes da política, de 2003 a 2006, durante o governo Rigotto; e, na atual, a partir de 2007, na gestão da governadora Yeda Crusius, não há significativa mudança no conceito utilizado pelo Estado para orientar as ações de promoção. Embora na maior parte desse período, o conceito não seja formalmente explicitado em documento público.

Presentemente, como comentado no capítulo anterior, no texto da Lei de Inovação recém implementada no RS, considera-se: arranjos produtivos locais como aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantém vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (RIO GRANDE DO SUL, 2009, p. 2).

Vale contrapor essa definição ao conceito de APL definido e amplamente divulgado pela Redesist / UFRJ, que orienta a presente pesquisa:

Arranjos Produtivos Locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos, mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (REDESIST, 2003).

Assim, ao comparar-se ambas definições, verifica-se que há completa sintonia entre elas. Ocorre o mesmo ao se comparar essa última àquela citada logo atrás, expressa nos Orçamentos de 2001 e 2002, atinente à primeira fase do Governo Olívio.

No que tange ao SEBRAE do Rio Grande do Sul, o conceito utilizado é apresentado no documento, de 2004, intitulado **Metodologia de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais**. Um arranjo produtivo “constitui um tipo particular de cluster, formado por pequenas e médias empresas, agrupadas em torno de uma profissão ou de um negócio, onde se enfatiza o papel desempenhado pelos relacionamentos – formais e informais – entre empresas e demais instituições envolvidas. As organizações compartilham uma cultura comum e interagem, como um grupo, com o ambiente sociocultural local” (CAPORALE; VOLKER, 2004, p. 9).

Neste caso também há uma convergência com o conceito adotado no âmbito desta pesquisa. Embora na situação do SEBRAE haja um forte acento sobre o porte das empresas, isto é, neste caso, as aglomerações envolvem pequenas e médias empresas, o que vai ao encontro do seu próprio viés de atuação, qual seja PME's.

Já neste projeto de pesquisa o enfoque abrange conjuntos de atores econômicos, políticos e sociais e suas interações, sejam estas tênues ou consolidadas, incluindo: empresas produtoras de bens e serviços finais e fornecedoras de matérias-primas, equipamentos e outros insumos; distribuidoras e comercializadoras; trabalhadores e consumidores; organizações voltadas à formação e treinamento de recursos humanos, informação, pesquisa, desenvolvimento e engenharia; apoio, regulação e financiamento; cooperativas, associações, sindicatos e demais órgãos de representação. Tal visão sistêmica abrange atores e atividades produtivas e inovativas:

- com distintas dinâmicas e trajetórias, desde as mais intensivas em conhecimentos até aquelas que utilizam conhecimentos endógenos ou tradicionais;
- de diferentes portes e funções, originários dos setores primário, secundário e terciário, operando local, nacional ou internacionalmente.

Fica evidente que não há privilégio a porte ou a setor de atividade.

Ao levar-se em conta justamente os setores de atividade econômica, percebe-se, ao se analisar os segmentos de atividades dos APLs mapeados e apoiados no estado, que há uma predominância de APLs com especializações produtivas industriais manufatureiras e tradicionais no Rio Grande do Sul. Verifica-se que na primeira fase da política pública de apoio a APLs no estado entendia-se que os.

[...] SLPs gaúchos podem ser divididos em seis grandes itens: o *agroindustrial* (nucleado pelas cadeias produtivas da soja, do arroz, do fumo, do leite, da carne e das frutas de clima temperado), o *metalmecânico* (nucleado pela produção de máquinas agrícolas, máquinas para o setor coureiro-calçadista e autopeças), o *eletro-eletrônico* (nucleado pela produção de geradores e transformadores elétricos e pelo discreto, mas rapidamente crescente, segmento de hardware computacional), o *químico-plástico*, o *coureiro-calçadista* e o *madeiro mobiliário* (Rio Grande do Sul, 2001, v. I; p. 47).

Isso levou a seleção de cinco aglomerações como foco inicial das ações, quais sejam: Autopeças da região da Serra; Máquinas e Implementos Agrícolas das regiões Fronteira Noroeste, Alto Jacuí, Missões, Noroeste Colonial e Produção; Coureiro-Calçadista das regiões do Vale dos Sinos e Paranhana; Moveleira da região da Serra; e Conservas e Doces Coloniais da microrregião Sul.

Avaliando esse elenco de APLs apoiados, identifica-se a idéia de “[...] apoiar o desenvolvimento de Sistemas Locais de Produção gaúchos já articulados – ou em processo de estruturação – em torno das cadeias produtivas mais dinâmicas do Estado” (CASTILHOS, 2002, p. 58). Este é o caso de Autopeças, Móveis e Calçados.

Soma-se a isso, o fato de que “[...] a escolha dos arranjos produtivos respondeu [...], em alguns casos, sua possibilidade de criar pólos regionais de industrialização de forma a favorecer a redistribuição regional do PIB” (CASTILHOS, 2002, p. 57). Ou ainda, a seleção considerou “[...] em alguns casos, o simples fato de constituírem aglomerações não pertencentes ao eixo Porto Alegre – Caxias do Sul, que concentra grande parte da atividade industrial gaúcha. Neste último caso, o objetivo era reduzir essa concentração” (CASTILHOS, 2007, p. 246). Essa é a situação de Máquinas e Implementos e de Conservas e Doces; embora, sejam aglomerações bastante distintas em termos de dinâmica industrial.

Percebe-se o enfoque dado aos APLs cuja especialização produtiva calca-se nas atividades industriais manufatureiras. Essa foi uma escolha intencional dado o âmbito de atuação da SEDAI e as possibilidades de intervenção daquele momento. Como ressaltado, em entrevista, pela coordenadora do Programa à época, a idéia era envolver na continuidade outras secretarias, buscando dessa forma atuar em aglomerações voltadas para diferentes atividades, como no caso do agronegócio, por exemplo.

Nas fases seguintes do programa de apoio a APLs, novos arranjos foram selecionados para apoio. Na segunda fase, foram selecionados, além dos já atendidos na primeira fase, os seguintes arranjos: Gemas e jóias (Vale do Taquari, Alto da Serra do Botucaraí, Médio Alto Uruguai, Serra e Fronteira Oeste), Vitivinícola (Serra), Base Florestal (Metade Sul do Estado), Bioenergia e Alta Tecnologia (Metropolitana Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos).

E na terceira fase, soma-se ao elenco de APLs apoiados pela SEDAI, os seguintes arranjos: Têxtil e Confeccões (Serra Gaúcha), Carne do Pampa (Campanha e Fronteira Oeste), Ovinocultura de Corte (Campanha e Fronteira Oeste), Automação e Controle Eletroeletrônico (eixo Porto Alegre - Caxias do Sul), e Pólo Naval (Rio Grande).

Examinando esse novo elenco de APLs selecionados, verifica-se que não há grande diversificação nos segmentos econômicos apoiados. Só adiante, sob influência de organismos federais, e inclusive do SEBRAE (primeiro nacional e depois regional), que houve uma diversificação no foco de atuação dos APLs mapeados e apoiados. Em função, especialmente, da atuação do SEBRAE, novos APLs foram identificados e apoiados, muitos desses vinculados ao setor primário e terciário.

Isso teve um impacto positivo no sentido de alargar a lista de APLs mapeados e apoiados, ampliando no território os espaços atendidos pela política e incluindo outros arranjos agroindustriais e de serviços. Apesar disso, falta ainda, no elenco de arranjos apoiados, outros relacionados, particularmente, aos serviços e às atividades culturais.

Por fim, percebe-se ainda que com a disseminação do conceito em nível nacional e a disponibilização de recursos financeiros para o fomento e dinamização de APLs, vários agentes locais no intuito de enquadrarem-se nessa categoria de APL, objetivando merecer atenção da política e acessar os recursos disponíveis, buscaram assim constituir-se. E, no limite, registraram-se em cartório enquanto tal. Isso levou, em algumas situações, à identificação de aglomerações que não tinham uma mínima institucionalidade estabelecida, nem uma proximidade geográfica que viabilizasse a interação e a cooperação dos atores locais. Essas observações não significam que uma diversidade de arranjos dos mais rudimentares aos mais complexos não mereça ser objeto de política, mas que seus gestores devem ter claro essas distinções para melhor construir as estratégias e instrumentos, otimizando a aplicação dos recursos.

3. Análise das Políticas: Focos e Instrumentos da Política no Rio Grande do Sul

Este capítulo objetiva complementar a análise das políticas públicas e privadas implementadas no Rio Grande do Sul destinadas ao desenvolvimento e fortalecimento de APLs desde o período em que essa forma de organização produtiva passou a ter destaque na ação política do governo do Estado até os dias atuais. A questão está em compreender de que forma a política planejada foi, de fato, implementada e quais APLs atingiu. Para tanto, será feita uma análise crítica das políticas implementadas no estado, ressaltando seus focos e instrumentos.

O esforço de identificar o foco⁶ que essas políticas receberam ao longo do tempo foi feito para se compreender os tipos de ações destinadas aos APLs. Esse procedimento permitiu identificar se as ações visaram alimentar as relações sistêmicas entre os atores locais e ampliar, desta forma, o estoque de conhecimento presente no local e estimular o desenvolvimento regional.

Como muitas foram as informações obtidas de diferentes fontes, a primeira seção deste capítulo apresenta as observações metodológicas com vistas a esclarecer a origem das informações e a forma como foram trabalhadas. No decorrer do processo de coleta de dados primários e secundários, identificou-se que as políticas públicas podem ser compreendidas como específicas ou complementares ao desenvolvimento e fortalecimento de APLs. Sendo assim, a apresentação e análise das políticas foram organizadas desta forma, nas seções 3.2 e 3.3.

A quarta seção apresentada as iniciativas privadas de apoio aos APLs, especificamente as ações presentes nos projetos realizados pelo SEBRAE. Na quinta seção, por sua vez, são resgatados alguns aspectos trabalhados no Relatório II dessa pesquisa, tratando dos APLs e sua importância nos fluxos comerciais do Estado. E por último, são descritas as informações obtidas referentes a gargalos ainda presentes nos APLs identificados no Estado e que devem contribuir para as sugestões de políticas a serem feitas no próximo capítulo.

⁶ A identificação dos focos das políticas foi feita com base na categorização apresentada no Relatório I desta pesquisa e que segue a lógica da política pública para APLs do RS. Para relembrar, os focos são: cooperação e governança; formação e capacitação; financiamento e investimento; acesso aos mercados interno e externo; e inovação e tecnologia.

3.1 Aspectos Metodológicos

As informações apresentadas neste capítulo resultam, basicamente, de duas etapas: coleta de dados secundários e pesquisa de campo. Na primeira delas, o levantamento das informações se deu através de fontes como publicações, sites, jornais, revistas, teses e dissertações. Destaca-se nessa etapa, a utilização de três fontes principais: (a) Orçamentos e Balanços do Estado do Rio Grande do Sul; (b) Sistema de Gestão Orientado para Resultados (SIGEOR) do SEBRAE; e (c) Portal da Transparência do Governo Federal.

Os **Orçamentos e Balanços do Estado** possibilitaram a sistematização e a análise das informações referentes aos recursos financeiros, orçados e realizados pelo Governo do Estado, no âmbito das políticas específicas para arranjos, bem como das complementares. Em relação a estes documentos foram utilizados dados das seguintes secretarias:

- Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI);
- Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT); e
- Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Pecuária e Agronegócio (SAAPA).

Primeiramente, coletaram-se os dados do programa e da atividade orçamentária – a descrição e o valor orçado do Orçamento do RS – para os anos de 2001 a 2009. Depois, juntaram-se às informações do orçamento os valores que, de fato, foram realizados de cada atividade orçamentária, extraídos dos Balanços do Estado, dos anos de 2001 até 2008 (último ano que há informação disponível). Por fim, as ações previstas no orçamento foram classificadas por foco. Tais informações podem ser observadas adiante e no Apêndice C.

Já do **SIGEOR** (sistema on-line no qual estão disponíveis dados de projetos realizados pelo SEBRAE por Estado), buscaram-se informações – como público-alvo, objetivo, foco estratégico, entre outras – a respeito dos projetos em andamento. Estes projetos, apresentados na sequência e dispostos no Apêndice F, foram relacionados aos diferentes APLs identificados e apoiados no Rio Grande do Sul, além de serem também classificados por foco da ação.

Por fim, do **Portal da Transparência do Governo Federal** buscaram-se os convênios firmados entre o Governo Federal e os Municípios por Estado, apresentados no Apêndice G. Em seguida, os dados “município” e “objeto do convênio” foram cruzados com os APLs identificados e apoiados – apresentados no Relatório I, permitindo a identificação das ações realizadas para determinados arranjos (na esfera federal) e a classificação do foco destas.

Na segunda etapa da pesquisa, por sua vez, realizaram-se entrevistas, *in loco* e por telefone, com representantes do Governo do Estado (SEDAI e SCT) e gestores de projetos do SEBRAE (ver a lista de entrevistados no Apêndice A). Esta etapa objetivou a obtenção de informações qualitativas, que pudessem melhor qualificar os dados secundários obtidos na etapa anterior, possibilitando também ratificar ou retificar os focos das ações de apoio nos diversos âmbitos. As entrevistas foram realizadas nos meses de setembro, outubro e novembro de 2009, utilizando-se de três instrumentos: dois roteiros semi-estruturados para entrevistas com os representantes do governo (Anexo A); e um questionário aberto e específico para as entrevistas com os gestores do SEBRAE (Apêndice B).

Paralelamente às entrevistas, nessa segunda etapa, buscaram-se informações dos convênios firmados entre a SEDA e os atores de alguns APLs. Através da disponibilização das pastas com os termos de convênios assinados (Apêndice D), entre os anos de 2001 a 2009, chegou-se a um quadro resumo dos convênios por arranjo – a ser apresentado adiante. Estes convênios também foram classificados por foco da ação proposta em seu objeto.

A seguir serão apresentadas e analisadas as informações referentes à política específica para APLs do Rio Grande do Sul.

3.2 Política Específica para APLs

Como se viu, as políticas específicas para APLs identificadas no estado do Rio Grande do Sul foram e são elaboradas e implementadas principalmente pela **Secretaria do Desenvolvimento e de Assuntos Internacionais (SEDAI)**. Conforme descrito no Capítulo 2, é no âmbito da SEDAÍ que o Governo do Estado criou o **Programa de Apoio aos Sistemas Locais de Produção** em 1999. Este programa iniciou e formalizou a política de apoio a APLs no RS, embora, como foi dito anteriormente, o Programa tenha sofrido mudanças ao longo do tempo. Atualmente, o programa é denominado de **Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais**.

O gasto do governo com este Programa ganha no orçamento no período de 2000 a 2003 a denominação de “Apoio ao Fomento Industrial”. Vale frisar, no entanto, que essa rubrica abarca não apenas o apoio aos arranjos produtivos locais – na época, denominados de sistemas locais de produção – mas também os dispêndios com outras iniciativas implementadas naquele período, tais como Projetos Setoriais e Atração de Investimentos.

Como se pode observar na Tabela 1, do total de R\$ 38 milhões orçados entre 2000 e 2003, R\$ 25 milhões foram executados, ou seja, 66%. Nos anos de 2000, 2001 e 2003, o montante realizado foi inferior ao orçado; enquanto em 2002 o valor realizado foi superior ao orçado para o período. Vale sublinhar novamente que essa rubrica não se referia exclusivamente aos gastos para realização de ações de apoio aos APLs, mas incluía também ações que extrapolavam as ações específicas para arranjos.

Tabela 1 – Orçado e Realizado na Rubrica de Apoio ao Fomento Industrial (2001 a 2003)

	2000	2001	2002	2003	Total
Orçado	7.445.000	11.666.680	12.776.500	6.607.043	38.495.223
Realizado	1.883.243	8.421.680	12.969.500	2.014.939	25.289.362
% Real/Orç	25,30%	72,19%	101,50%	30,50%	65,69%

Fonte: Rio Grande do Sul (2000, 2000a, 2001, 2001a, 2002, 2002a, 2003 e 2003a).

Notas: (1) Os valores do orçamento-lei de 2000 a 2003 referem-se à atividade 2292.

As ações realizadas através da rubrica “Apoio ao Fomento Industrial” – conforme texto do orçamento – objetivaram o fomento a investimentos destinados à solução de gargalos produtivos, priorizando os setores com potenciais de inovação e geração de emprego em renda. Tais recursos foram destinados a diferentes setores produtivos, o que se compreende que impactou diferentes APLs do Estado.

A partir de 2004, a continuidade das ações realizadas no âmbito do Programa passa a figurar no orçamento sob outra rubrica, denominada, a partir de então, “Apoio aos Arranjos Produtivos Locais”. Isso coincide com o segundo ano do governo de Germano Rigotto, período que pode ser considerado como o marco inicial da segunda fase da política estadual para APLs, como também de adequação de nomenclaturas em conformidade com as políticas federais no âmbito dos aglomerados produtivos.

O referido **Programa de Arranjos Produtivos Locais** consistia principalmente em realizar a articulação entre diferentes atores pertencentes a APLs, sejam estes públicos ou privados. Suas ações foram direcionadas a diversos arranjos do estado, tais como: coureiro-calçadista, gemas e jóias, máquinas e implementos agrícolas, moveleiro, vitivinícola, doces e conservas, entre outros.

Os gastos relacionados a esse Programa iniciaram em 2004 e são verificados até hoje. Entre 2004 e 2009, o total orçado foi de aproximadamente R\$ 7,7 milhões, sendo que esse montante tem uma distribuição relativamente homogênea ao longo dos anos; com exceção do ano de 2007 – primeiro ano do Governo de Yeda Crusius, em que houve uma redução de 67% do montante orçado.

Em relação aos valores realizados, é possível fazer uma análise até 2008, pois, como já mencionado, é o período para o qual existem dados disponíveis sobre o realizado. A relação entre orçado e realizado é bastante diversa entre os anos, destacando-se 2005 e 2008 como os anos em que mais gastos foram realizados, sendo 58% e 56% a relação entre orçado e realizado desses anos, respectivamente. A Tabela 2 apresenta essas informações.

Tabela 2 – Orçado e Realizado na Rubrica de Apoio aos APLs (2004 a 2009)

		2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Orçado	Lei	1.320.050	805.000	709.667	399.570	869.000	1.002.939	5.106.226
	CP	197.363	590.000	673.985	70.000	900.000	100.000	2.531.348
	Total	1.517.413	1.395.000	1.383.652	469.570	1.769.000	1.102.939	7.637.574
Realizado	Lei	256.920	380.696	1.664	145.478	413.142	ND	1.197.900
	CP	0	426.415	56.000	0	570.000	ND	1.052.415
	Total	256.920	807.111	57.664	145.478	983.142	ND	2.250.315
% Real/Orç		16,93%	57,86%	4,17%	30,98%	55,58%	ND	29,46%

Fonte: Rio Grande do Sul (2004, 2004a, 2005, 2005a, 2006, 2006a, 2007, 2007a, 2008, 2008a e 2009).

Notas:

- (1) Lei = montante referente ao orçamento-lei do estado para o ano.
CP = montante referente ao orçamento decidido através da consulta popular.
- (2) Os valores do orçamento-lei referem-se às atividades 6158 e 7060. Para o ano de 2007 o valor é a soma de duas atividades existentes no orçamento: 6158 e 1801 (esta última relacionada ao Projeto RUMOS 2015).

Os valores orçados e realizados apresentados nas rubricas denominadas de “Fomento Industrial” e de “Apoio aos Arranjos Produtivos Locais” são representativos de como o Governo do Estado, por meio da SEDAI, operacionalizou a política desenhada para APLs. No que tange especificamente a questão da rubrica de “Apoio aos Arranjos Produtivos Locais”, constata-se que o montante gasto desde 2004 até 2008 totalizou um valor em torno de R\$ 2,2 milhões, o que representou 30% do valor orçado. Os anos de 2005 e 2008 foram aqueles em que mais se realizou em relação aos valores orçados, 58% e 56%, respectivamente.

Essa política, conforme descrito no Relatório I desta pesquisa, teve a intenção de dar conta de diferentes focos, como o de cooperação e governança, formação e capacitação, inovação e tecnologia, acesso aos mercados interno e externo, e financiamento e investimento – como pode ser observado no Apêndice C.

Os convênios consistem no principal instrumento utilizado pela SEDAI para operacionalizar a política para arranjos, sendo que a maior parte deles envolveu o repasse de recursos financeiros por parte do Estado e contrapartidas econômicas⁷ e/ou financeiras⁸ dos partícipes do convênio, ou seja,

⁷ São as contrapartidas que não envolvem dinheiro em espécie e sim a disponibilização de recursos humanos e infraestrutura física.

os atores participantes dos APLs. Nesse sentido, foram compiladas e analisadas as informações dos convênios, firmados de 2001 até 2009 (ver Apêndice D), para que fosse possível compreender o foco das ações realizadas, bem como para quais APLs se destinavam. O Quadro 4 apresenta um resumo destas informações.

Quadro 4 – Resumo dos Convênios Firmados entre a SEDAI e os APLs (2001 a 2009)

Ano	Conveniente Partícipes	Objeto	Recursos	APL
2001	FAPEG CAFH UFPeI	Organizar e viabilizar o SLP Conservas da Região Sul por meio da implementação e implantação do Centro Gestor de Inovação (CGI).	R\$ 400 mil	Doces e Conservas
2001	UNIJUÍ UPF UNICRUZ URI	Organizar e viabilizar o SLP de Máquinas e Implementos Agrícolas por meio da implementação e implantação do Centro Gestor de Inovação (CGI).	R\$ 375 mil	MIA Pré-Colheita, Colheita e Pós-Colheita

(Continua)

(Continuação do Quadro 4)

2001	MOVERGS SINDIMÓVEIS UCS SENAI	Organizar e viabilizar o SLP Moveleiro por meio da implementação e implantação do Centro Gestor de Inovação (CGI).	R\$ 605 mil	Moveleiro Serra, Hortênsias e Central
2001	SIMECS SIMPLAS UCS SENAI	Organizar e viabilizar o SLP de Autopeças por meio da implementação e implantação do Centro Gestor de Inovação (CGI).	R\$ 400 mil	Metalmecânico Autopeças
2001	FEEVALE	Viabilizar a implementação do projeto Inovação em Design, por meio da implantação, instalação e manutenção do Centro Integrado de Inovação em Design - CIID Coureiro-Calçadista.	R\$ 293 mil	Coureiro- Calçadista
2004	UNIVATES	Implementação do APL Gemas e Jóias do RS, por meio da elaboração e implantação do Projeto de Acompanhamento do Programa em Rede do APL de Gemas e Jóias do RS.	R\$ 100 mil	Gemas e Jóias
2005	FEEVALE	Possibilitar o acesso de MPMEs do segmento coureiro-calçadista ao processo de design, visando à melhoria da sua posição competitiva.	R\$ 88 mil	Coureiro- Calçadista
2005	UNIFRA	Potencialização do APL Gemas e Jóias do RS, através de projeto piloto na Fronteira-Oeste (Quaraí), por meio da promoção de atividades que possibilitem o desenvolvimento de objetos que utilizem pedras e materiais regionais.	R\$ 26 mil	Gemas e Jóias

⁸ São as contrapartidas que envolvem determinado montante de recursos financeiros, os quais são disponibilizados, em espécie, para o conveniente responsável pela gestão dos recursos.

2005	COLÉGIO EVANGÉLICO DE PANAMBI	Capacitação e qualificação do APL Máquinas e Implementos Agrícolas por meio da inovação tecnológica e melhorias de processos no APL Metalmecânico Pós-Colheita.	R\$ 50 mil	MIA Pós-Colheita
2005	FITEMASUL	Elaboração de projetos do Centro Gestor de Inovação, de criação de identidade cultural e visual, e implementação de site, com vistas ao desenvolvimento do Pólo de Moda da Serra Gaúcha.	R\$ 50 mil	Têxtil e Confecções Serra
2005	UFRGS	Potencialização do APL Gemas e Jóias do RS, através da determinação do controle geológico e avaliação do potencial mineral e exploração experimental em Santana do Livramento, Barra do Quaraí e Quaraí.	R\$ 376 mil	Gemas e Jóias

(Continua)

(Continuação do Quadro 4)

2005	SENAI PM SANTIAGO	Capacitação e qualificação das empresas do APL Moveleiro Região Central, visando ao aumento da competitividade das empresas que compõem o APL.	R\$ 90 mil	Moveleiro Central
2005	UCS	Capacitação de vitivinicultores e o desenvolvimento e a implantação de projeto de comunicação para a rede de cooperação de vinícolas, integrantes do APL Vitivinícola Região Serra.	R\$ 65 mil	Vitivinicultura Serra
2005	IBRAVIN	Implementação de ações para a elaboração do Estudo do Mercado Consumidor Brasileiro do Vinho, Uvas e Derivados.	R\$ 150 mil	Vitivinicultura Serra
2007	PM CAXIAS DO SUL UCS AUTOTRÔNICA SIMECS SEBRAE SENAI	Implementação do Programa de Desenvolvimento do Setor Metalmecânico e Automotivo.	R\$ 25 mil	Metalmecânico Autopeças
2007	FITEMASUL	Elaboração de projeto de Produção Mais Limpa. Implementar capacitação em Produção Mais Limpa para empresas que compõem o Pólo de Moda da Serra Gaúcha.	R\$ 25 mi	Têxtil e Confecções Serra
2007	COLÉGIO EVANGÉLICO DE PANAMBI	Implementação de ações para o desenvolvimento do APL Metalmecânico Pós-Colheita.	R\$ 24 mil	MIA Pós-Colheita
2008	MOVERGS	Capacitação e qualificação da alta gerência da cadeia produtiva moveleira em seus diversos segmentos, por meio da realização do projeto Capacitação Empresarial	R\$ 120 mil	Moveleiro Serra

		Moveleira – Gestão Estratégica na Prática.		
2008	PM SÃO MARTINHO DA SERRA	Implementação de ações para a capacitação e qualificação do APL Gemas e Jóias.	R\$ 170 mil	Gemas e Jóias
2008	ADESUL	Implementação de ações para capacitação e qualificação do APL Ovinocultura de Corte.	R\$ 400 mil	Ovinocultura de Corte
2008	ASSOC. PÓLO DE MODA DA SERRA GAÚCHA	Projeto de registro de marca coletiva e direito autoral para o Pólo de Moda da Serra Gaúcha.	R\$ 6 mil	Têxtil e Confecções Serra

(Continua)

(Continuação do Quadro 4)

2008	ACITEC	Elaboração e implementação de plano estratégico de fomento à agricultura e à estruturação de sistema nacional de armazenagem de grãos para o APL Máquinas e Implementos Agrícolas – Metalmecânico Pré-Colheita, Colheita e Pós-Colheita.	R\$ 60 mil	MIA Pré-Colheita, Colheita e Pós-Colheita
2008	IEL RS	Capacitação comercial para os APLs Confecções / Pólo de Moda e Metalmecânico / Automotivo.	R\$ 73 mil	Têxtil e Confecções Serra Metalmecânico Autopeças
2008	FURG	Desenvolvimento e consolidação do Pólo Naval de Rio Grande.	R\$ 100 mil	Pólo Naval
2008	APROPAMPA	Implementação de ações para capacitação e qualificação do APL Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional.	R\$ 96 mil	Carnes do Pampa Gaúcho
2008	COLÉGIO EVANGÉLICO DE PANAMBI	Capacitação e qualificação do APL Metalmecânico Pós-Colheita.	R\$ 25 mil	Máquinas e Implementos Agrícolas Pós-Colheita
2009	CGI MÓVEIS	Implementação do projeto Gestão Estratégica na Prática II.	R\$ 194 mil	Moveleiro Serra
2009	ACI NOVO HAMBURGO, CAMPO BOM E ESTÂNCIA VELHA	Execução do projeto Capacitação Gerencial para associados da ACI do APL Couro e Calçados, através do Programa de Gestão e Desenvolvimento para a Excelência.	R\$ 287 mil	Coureiro-Calçadista
2009	SEBRAE RS	Viabilização e implementação do projeto de indicação de procedência (IP) – Pelotas – Doces Tradicionais de Confeitaria e de Frutas.	Sem Repasse	Doces e Conservas

Fonte: Pesquisa de campo (2009).

Como se pode observar no Quadro 4, os primeiros convênios, firmados no final do ano de 2001 e detalhados no Apêndice E, tiveram como objeto a constituição dos Centros Gestores de Inovação (CGIs) de quatro arranjos (Conservas, Máquinas e Implementos Agrícolas, Moveleiro e Autopeças), além da constituição do Centro Integrado de Inovação em Design (CIID) do APL Coureiro-Calçadista.

Os CGIs representam um instrumento da política de apoio a APLs e tinham como foco a questão da produção e difusão da inovação no local, por meio do uso mais otimizado da infraestrutura técnica e tecnológica de apoio aos arranjos. Mais especificamente, esses Centros Gestores de Inovação visavam a organização da produção e da inovação (tecnológica, produtiva e organizacional), a aproximação das instituições de ensino e pesquisa do setor produtivo, o estímulo à produção e difusão de informações e conhecimento a todo arranjo, bem como a interação e a cooperação entre os atores locais (CASTILHOS, 2002).

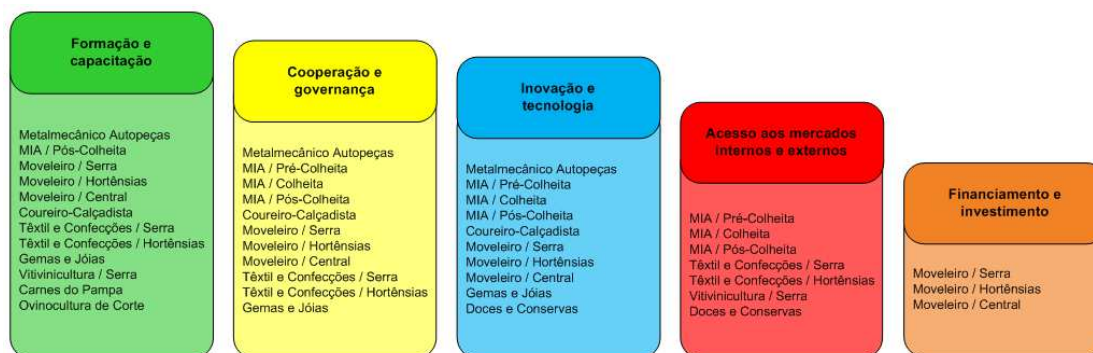
Os convênios para formação dos CGIs, diferentemente dos demais, caracterizam-se pelo período de vigência maior (14 meses prorrogados para 18 meses no primeiro aditivo), além do repasse de recursos financeiros de montantes superiores (entre R\$ 375 mil e R\$ 605 mil). Essas características explicam a ausência de convênios nos anos de 2002 e 2003. Com os valores repassados para a operacionalização dos CGIs, durante um ano e meio, os quatro APLs (que dispunham do Centro Gestor) contavam com recursos para implantar ações e projetos – necessários ao desenvolvimento do arranjo e priorizados a partir do diagnóstico inicial realizado.

Já a partir de 2004, outros APLs, que não contavam com o seu CGI, receberam recursos, como o Têxtil e Confecções, Gemas e Jóias, Ovinocultura de Corte, Carnes do Pampa, entre outros – além dos arranjos Moveleiro, de Máquinas e Implementos Agrícolas e Metalmecânico Autopeças. Esses recursos foram destinados principalmente a projetos para capacitação, sendo que também foram observadas algumas ações para estimular a cooperação, o acesso a novos mercados e a inovação. Nota-se que as características dos convênios mudaram, especialmente, no que diz respeito ao prazo de vigência e aos recursos repassados, os quais diminuíram.

O projeto de “Capacitação Gerencial – Programa de Gestão e Desenvolvimento para a Excelência” do APL Coureiro-Calçadista, referente ao ano de 2009, constitui-se como um exemplo de ação com foco na formação e capacitação dos empresários participantes do arranjo. Já o projeto para criação de “Marca Coletiva para o Pólo de Moda da Serra Gaúcha” retrata ações focadas na cooperação e no acesso a mercados. O “Estudo do Mercado Consumidor Brasileiro do Vinho, Uvas e Derivados” (2005) para o APL Vitivinícola também da Serra Gaúcha, por sua vez, ilustra o foco de acesso aos mercados internos e externos. Por fim, o foco em inovação e tecnologia pode ser verificado nos diversos projetos realizados no âmbito dos APLs de Máquinas e Implementos Agrícolas.

A Figura 2 explicita quais APLs foram beneficiados por ações / projetos, de acordo com os diferentes focos: formação e capacitação; inovação e tecnologia; cooperação e governança; acesso aos mercados interno e externo; e investimento e financiamento.

Figura 2 – Focos das Ações Viabilizadas pela SEDAI por APLs



Fonte: Pesquisa de campo (2009).

Nota: MIA = máquinas e implementos agrícolas.

O instrumento de convênios também foi utilizado pelo governo federal, por meio de seus diferentes ministérios, para operacionalizar a política de apoio a APLs de nível federal. Várias ações foram direcionadas para diferentes arranjos do Estado – ao todo 17 arranjos receberam algum apoio, conforme pode ser verificado no Apêndice G.

A partir da descrição feita acima da política específica de apoio a APLs e com base principalmente nas informações referentes ao Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais, apresentadas na Tabela 2, conclui-se que o planejado foi superior ao executado, visto que ao longo do período os valores realizados representam somente em torno de 30% dos orçados. Por outro lado, é possível perceber que nos últimos dois anos, 2007 e 2008, ocorreu um significativo aumento dos valores realizados, 31% e 56%, respectivamente, podendo-se depreender disso que essa política começa a ganhar novo fôlego.

Além disso, com base nos convênios firmados pela SEDAI identificou-se que vários foram os APLs atingidos e diferentes foram os focos das ações entre 2001 e 2009. No início dos gastos via convênio, percebe-se um direcionamento da política para as questões da “cooperação e governança” e “inovação e tecnologia”, visto que a principal ação foi a criação do Centro Integrado de Inovação em Design (CIID) para o APL Coureiro-Calçadista, bem como dos Centros Gestores de Inovação (CGIs) para APLs específicos, como: Doces e Conservas, Máquinas e Implementos Agrícolas, Moveleiro e Metalmecânico Autopeças. Vale ressaltar, que a criação dos CGIs visavam, em última instância, a difusão da inovação no local e, para tanto, envolveram ações de aproximação das instituições de ensino e pesquisa com o setor produtivo, e a interação e cooperação entre os atores locais.

Na sequência das ações, observa-se a ampliação dos APLs atingidos pela política e também os focos, sendo que são observadas ações destinadas a facilitar a entrada de empresas em novos mercados, à formação e capacitação de recursos humanos e também à cooperação e governança, conforme apresentado na Figura 2.

Corroborando o que foi dito no segundo capítulo, é interessante refletir a respeito da seleção dos APLs alvo das ações políticas. Identificou-se que não houve e ainda não há critérios explícitos que sirvam para definir os segmentos produtivos alvo da política. Parece que o direcionamento ocorreu mais por necessidade e procura por parte dos segmentos produtivos do que uma deliberação estipulada pela SEDAI.

A próxima seção apresenta as questões relacionadas com as políticas complementares de apoio a APLs.

3.3 Políticas Complementares

Apresentada a política específica para APLs da SEDAI, também foram identificadas políticas complementares desta Secretaria. Conforme apresentado no Capítulo 2, o governo propôs também os Programas Extensão Empresarial, Redes de Cooperação, Apoio à Participação em Feiras Nacionais e Internacionais e Capacitação Empresarial que podem ser vistos como complementares ao Programa de Apoio aos APLs; já que todos esses quatro programas também eram e ainda são operacionalizados através de convênios. Na sequência serão apresentados mais detalhes a respeito destes programas.

O **Programa Extensão Empresarial** tinha por objetivo a identificação e resolução de problemas técnicos, gerenciais e tecnológicos das empresas. Desde o seu início até 2008, o programa já atendeu aproximadamente 20 mil empresários. O programa sempre contou com rubrica própria no orçamento: “Programa de Extensão Industrial” de 2000 a 2003 e “Extensão Empresarial” de 2004 em diante. Este programa apresentou um total orçado de 2001 a 2009 de R\$ 58,5 milhões, sendo que em torno de 43% desse montante foi realizado, ou seja, R\$ 25 milhões. O quanto é realizado do orçado variou a cada ano, sendo que em 2002, 79% dos valores foram realizados e no ano de 2003, somente 21%.

Em termos de valores absolutos, é importante atentar para o fato de que de 2001 a 2003 os valores orçados e realizados são de montantes significativamente superiores aos valores dos anos subsequentes. Uma explicação para tal diferença refere-se à inexistência de rubricas específicas até os orçamentos do ano de 2003, para cada um dos programas mencionados. Durante este período, as rubricas de “Apoio ao Fomento Industrial”, “Apoio ao Desenvolvimento Empresarial” e “Programa de Extensão Industrial” davam conta de boa parte dos programas e ações abordados nessa seção. As Tabelas 3 e 4 apresentam os valores orçados e realizados para o Programa de Extensão Empresarial.

Tabela 3 – Orçado e Realizado na Rubrica de Extensão industrial (2000 a 2003)

	2000	2001	2002	2003	Total
Orçado	4.998.030	8.763.800	11.793.700	17.633.353	43.188.883
Realizado	4.137.010	3.493.115	9.301.240	3.753.795	20.685.160
% Real/Orç	52,18%	39,86%	78,87%	21,29%	47,89%

Fonte: Rio Grande do Sul (2000, 2000a, 2001, 2001a, 2002, 2002a, 2003 e 2003a).

Notas: (1) Os valores do orçamento-lei de 2000 a 2003 referem-se à atividade 2807.

Tabela 4 – Orçado e Realizado na Rubrica de Extensão Empresarial (2004 a 2009)

		2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Orçado	Lei	1.922.550	2.011.000	1.774.272	1.160.800			6.868.622
	CP	5.046.651	4.201.654	1.889.239	2.089.642	100.000	100.000	13.427.186
	Total	6.969.201	6.212.654	3.663.511	3.250.442	100.000	100.000	20.295.808
Realizado	Lei	193.501	3.341	1.460	0			198.302
	CP	3.218.050	3.409.953	1.535.600	0	0	ND	8.163.603
	Total	3.411.551	3.413.294	1.537.060	0	0	ND	8.361.905
% Real/Orç		48,95%	54,94%	41,96%	0,00%	0,00%	ND	41,20%

Fonte: Rio Grande do Sul (2004, 2004a, 2005, 2005a, 2006, 2006a, 2007, 2007a, 2008, 2008a e 2009).

- Notas:
- (1) Lei = montante referente ao orçamento-lei do estado para o ano.
CP = montante referente ao orçamento decidido através da consulta popular.
 - (2) Os valores do orçamento-lei de 2004 em diante referem-se à atividade 5546 e 7087. Para o ano de 2007 o valor é a soma de duas atividades existentes no orçamento: 5546 e 1779 (esta última relacionada ao Projeto RUMOS 2015).

Outro programa que, à época, representou uma ação complementar da SEDAI à política para os arranjos produtivos locais foi o **Capacitação Empresarial**; o qual objetivava treinar os pequenos e médios empresários em temas como planejamento, produção, custos e mercado. Através deste programa já foram realizadas mais de 600 turmas de treinamento, capacitando um número próximo a 10 mi empresários, com uma carga horária total superior a 36 mil horas.

Inicialmente, de 2000 a 2003, os gastos deste programa, bem como do Programa Redes de Cooperação (apresentado a seguir), eram lançados na rubrica de “Apoio ao Desenvolvimento Empresarial”. Os valores orçados e realizados desta rubrica podem ser observados na Tabela 5.

Tabela 5 – Orçado e Realizado na Rubrica de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (2000 a 2003)

	2000	2001	2002	2003	Total
Orçado	3.827.110	2.928.190	4.798.405	4.879.211	16.432.916
Realizado	1.974.225	2.804.162	1.079.703	2.223.764	8.081.854
% Real/Orç	51,59%	95,76%	22,50%	45,58%	49,18%

Fonte: Rio Grande do Sul (2000, 2000a, 2001, 2001a, 2002, 2002a, 2003 e 2003a).

- Notas:
- (1) Os valores do orçamento-lei de 2000 a 2003 referem-se à atividade 2289.

A partir de 2001, já com rubrica própria, o Programa Capacitação Empresarial apresentou um dos menores orçamentos em relação aos outros programas que compõem as ações complementares da SEDAI – como pode ser observado na Tabela 6. De 2004 a 2009 o total orçado foi em torno de R\$ 3,5 milhões. Em relação ao total realizado, vale observar que o montante de 2004 a 2007 foi de R\$ 887 mil, representando 25% do orçado.

Tabela 6 – Orçado e Realizado na Rubrica de Capacitação Empresarial (2004 a 2009)

		2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Orçado	Lei	1.309.000	515.000	255.000	297.151	161.000		2.537.151
	CP	0	359.486	211.253	246.000	96.000	120.000	1.032.739
	Total	1.309.000	874.486	466.253	543.151	257.000	120.000	3.569.890
Realizado	Lei	289.106	170.579	44.138	0	0		503.823
	CP	0	248.000	116.000	0	19.200	ND	383.200
	Total	289.106	418.579	160.138	0	19.200	ND	887.023
% Real/Orç		22,09%	47,87%	34,35%	0,00%	7,47%	ND	24,85%

Fonte: Rio Grande do Sul (2004, 2004a, 2005, 2005a, 2006, 2006a, 2007, 2007a, 2008, 2008a, e 2009).

- Notas:
- (1) Lei = montante referente ao orçamento-lei do estado para o ano.
 - (2) CP = montante referente ao orçamento decidido através da consulta popular.
 - (2) Os valores do orçamento-lei referem-se às atividades 6157 e 7176. Para o ano de 2007 o valor é a soma de duas atividades existentes no orçamento: 6157 e 1886 (esta última relacionada ao Projeto RUMOS 2015).

Embora os montantes orçados para o Capacitação tenham sido menores, se comparados aos demais programas, destaca-se que dentre os programas complementares, o Capacitação foi frequentemente utilizado para treinamento de empresários atuantes nos APLs priorizados pela SEDAI. Uma vez que, a partir de 2004 o programa passou a contar com uma rubrica específica no orçamento estadual, ações e projetos para capacitação gerencial dos empresários participantes dos arranjos poderiam ser realizados através deste programa – deixando os recursos destinados ao apoio aos APLs para serem utilizados para ações com outros focos.

Outro programa que compõe o grupo das ações consideradas complementares da SEDAI é o **Programa Redes de Cooperação**. Este programa visava organizar empresas, com vistas a realização de ações conjuntas para facilitar a resolução de problemas comuns, além de viabilizar novas oportunidades. Atualmente, mais de 3.800 empresas encontram-se associadas às 159 redes ativas, formadas pelo programa.

Em alguns APLs específicos foram constituídas algumas redes de cooperação através desse programa. É o caso das redes: (a) Rede Âncora, de autopeças, situada em Porto Alegre e região; (b) Rede AFECOM de estofados e móveis complementares, de Bento Gonçalves; (c) Rede Ametista, de gemas, localizada em Ametista do Sul; entre outras.

A Tabela 7 apresenta as informações orçamentárias referentes à rubrica específica desse programa.

Tabela 7 – Orçado e Realizado na Rubrica de Redes de Cooperação (2004 a 2009)

		2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Orçado	Lei	3.000.000	1.411.980	1.627.741	2.133.844	1.182.744	2.787.420	12.143.729
	CP	1.340.996	3.313.942	1.074.096	1.940.000		88.027	7.757.061
	Total	4.340.996	4.725.922	2.701.837	4.073.844	1.182.744	2.875.447	19.900.790
Realizado	Lei	204.921	153.679	439.682	1.426.678	450.571	ND	2.675.531
	CP	721.321	3.063.011	1.287.844	0		ND	5.072.175
	Total	926.242	3.216.690	1.727.526	1.426.678	450.571	ND	7.747.136
% Real/Orç		21,34%	68,06%	63,94%	35,02%	38,10%	ND	38,93%

Fonte: Rio Grande do Sul (2004, 2004a, 2005, 2005a, 2006, 2006a, 2007, 2007a, 2008, 2008a e 2009).

- Notas: (1) Lei = montante referente ao orçamento-lei do estado para o ano.
 CP = montante referente ao orçamento decidido através da consulta popular.
 (2) Os valores do orçamento-lei referem-se às atividades 6156 e 7064. Para o ano de 2007 o valor é a soma de duas atividades existentes no orçamento: 6156 e 1973 (esta última relacionada ao Projeto RUMOS 2015).

O programa Redes de Cooperação contou com um total orçado para o período de 2004 a 2009 de quase R\$ 20 milhões e o total realizado de R\$ 7,7 milhões. Assim, em torno de 39% do previsto foi realizado. A partir de 2005 até 2008, percebe-se que os valores do orçamento realizado são significativamente reduzidos: de R\$ 3,2 milhões para R\$ 450 mil.

Por fim, completando o elenco de programas da SEDAI, complementares à política de apoio aos arranjos, está o **Programa de Apoio à Participação em Feiras Nacionais e Internacionais**, o qual era voltado principalmente às micro, pequenas e médias empresas. Destacam-se dentre os beneficiados deste programa, empresas atuantes em alguns arranjos como: coureiro-calçadista, moveleiro, gemas e jóias, cachaça e derivados da cana, entre outros. De uma forma geral, este programa já possibilitou a mais de 2 mil empresas a participação em 119 feiras nacionais e internacionais.

Em termos de orçamento, esse programa foi viabilizado através de duas rubricas: apoio a negócios internacionais e promoção comercial. Com um total orçado de aproximadamente R\$ 35 milhões e um realizado próximo dos R\$ 13 milhões, nota-se nas Tabelas 8 e 9 que o programa perdeu fôlego financeiro a partir de 2004.

Tabela 8 – Orçado e Realizado na Rubrica de Apoio a Negócios Internacionais (2000 a 2003)

	2000	2001	2002	2003	Total
Orçado	4.947.380	7.538.903	6.453.580	8.935.930	27.875.793
Realizado	2.347.521	3.934.047	2.066.438	1.646.612	9.994.617
% Real/Orç	47,45%	52,18%	32,02%	18,43%	35,85%

Fonte: Rio Grande do Sul (2000, 2000a, 2001, 2001a, 2002, 2002a, 2003 e 2003a).

- Notas: (1) Os valores do orçamento-lei referem-se à atividade 2288.

Tabela 9 – Orçado e Realizado na Rubrica de Promoção Comercial (2001 a 2007)

	2004	2005	2006	2007	Total
Orçado	7.538.903	6.453.580	8.953.930	3.260.000	6.728.645
Realizado	3.934.047	2.066.438	1.646.612	1.137.316	2.640.136
% Real/Orç	52,18%	32,02%	18,43%	34,89%	39,24%

Fonte: Rio Grande do Sul (2004, 2004a, 2005a, 2005, 2006, 2006a, 2007 e 2007a).

Notas: (1) Os valores do orçamento-lei referem-se à atividade 6172.

A partir do exposto acima, constata-se que os quatro primeiros programas descritos acima tinham diferentes focos de política. Os programas de Extensão Empresarial e de Capacitação Empresarial, de forma geral, objetivam a capacitação de empresas e empresários. O programa de Redes de Cooperação visa estimular as ações conjuntas intencionais interfirmas e entre firmas e instituições; trata-se de trabalhar a questão da cooperação e governança para que as empresas percebam que a realização de atividades em conjunto pode ser uma forma de viabilizar o progresso dos negócios, através de comercialização e/ou compra conjunta, por exemplo. Por último, o Programa de Apoio à Participação em Feiras Nacionais e Internacionais visa contribuir para o acesso das empresas em diferentes mercados.

Além da SEDAI, compreende-se que outras duas Secretarias do Governo do Estado, a Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT) e a Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Pecuária e Agronegócio (SAAPA) também implementaram políticas que são vistas como complementares à política central da SEDAI. No âmbito destas duas secretarias, várias foram as ações identificadas, conforme pode ser observado no Apêndice C.

Quanto à **Secretaria de Ciência e Tecnologia** identificou-se que de 2001 a 2003 essa secretaria trabalhou com ações complementares ao apoio dos arranjos por meio da rubrica “Apoio aos Programas de Inovação Tecnológica da Matriz Produtiva e SLPs”. Tais ações visavam: (a) apoiar os pólos tecnológicos, com vistas a integrar o desenvolvimento científico e tecnológico à política de desenvolvimento econômico e social do estado; (b) capacitar e desenvolver o pequeno e médio produtor rural e urbano; (c) estimular o domínio, adequação, aquisição ou desenvolvimento de tecnologias de produto e/ou processo para o setor produtivo; (d) dar condições para o desenvolvimento tecnológico, adequação e difusão de tecnologias apropriadas de forma descentralizada no estado; e (e) apoiar projetos tecnológicos voltados para a agricultura familiar.

As ações deste programa tinham, portanto, como foco principal a inovação e capacitação. A Tabela 10 apresenta informações referentes ao orçamento deste programa.

Tabela 10 – Orçado e Realizado na Rubrica de Apoio aos Programas de Inovação Tecnológica da Matriz Produtiva e SLPs (2001 a 2003)

	2001	2002	2003	Total
Orçado	2.348.150	2.601.974	2.442.672	7.392.796
Realizado	ND	9.807	1.771.670	6.000.291
% Real/Orç	ND	0,38%	72, 35%	24,10%

Fonte: Rio Grande do Sul (2001, 2001a, 2002, 2002a, 2003 e 2003a).

Notas: (1) Os valores do orçamento-lei referem-se à atividade 2918.

Os recursos apresentados acima são direcionados para a política de Pólos Tecnológicos, que a partir de 2004 passa a dispor de rubrica própria no orçamento, como pode ser visto na Tabela 11. O montante orçado para o período de 2001 a 2009 chegou próximo aos R\$ 25 milhões, sendo que deste total 35% foi realizado (R\$ 8,6 milhões).

Tabela 11 – Orçado e Realizado na Rubrica de Pólos de Inovação Tecnológica (2004 a 2009)

		2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Orçado	Lei	548.000	418.600	58.909	1.200.000			2.225.509
	CP	1.789.684	2.200.029	2.002.955	5.896.502	1.693.666	1.480.000	15.062.836
	Total	2.337.684	2.618.629	2.061.864	7.096.502	1.693.666	1.480.000	17.288.345
Realizado	Lei	0	0	0	0			0
	CP	1.593.969	1.550.205	657.864	0	3.088.040	ND	6.890.078
	Total	1.593.969	1.550.205	657.864	0	3.088.040	ND	6.890.078
% Real/Orç		68,19%	59,20%	31,91%	0,00%	182,33%	ND	39,85%

Fonte: Rio Grande do Sul (2004, 2004a, 2005, 2005a, 2006, 2006a, 2007, 2007a, 2008, 2008a e 2009).

Notas: (1) Lei = montante referente ao orçamento-lei do estado para o ano.

CP = montante referente ao orçamento decidido através da consulta popular.

(2) Os valores do orçamento-lei referem-se às atividades 6059 e 7134.

Essa Secretaria apresenta programas e projetos voltados basicamente para o desenvolvimento de Pólos de Inovação Tecnológica. É essa questão que guia as políticas da SCT, sendo que a política específica para APLs fica sob responsabilidade da SEDAI. A SCT reconhece a existência dos APLs e das ações voltadas para eles, e pode-se dizer que elabora as políticas para Pólos considerando o mapeamento de APLs no estado e a importância dessas aglomerações no que tange o desenvolvimento produtivo e inovativo de regiões⁹.

A **Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Pecuária e Agronegócio** é outro órgão que também apresenta ações complementares às políticas da SEDAI de apoio a APLs. Isso foi verificado por meio da identificação de ações voltadas para alguns APLs de base agroindustrial, tais como: ovinocultura e bovinocultura de corte, leite e derivados, vitivinícola, piscicultura e

⁹ Afirmação feita com base em entrevista realizada com Sr. Paulo Renato dos Santos de Souza da SCT em outubro de 2009.

fruticultura. O foco das ações é variado, havendo atividades voltadas para a formação e capacitação; o acesso a novos mercados; e financiamento e investimentos. Exemplos dessas ações podem ser visualizados no Quadro 5.

Quadro 5 – Ações da SAAPA Voltadas aos APL

Projeto	Objetivo
Apoio à Piscicultura	Objetiva apoiar a piscicultura através da construção de açudes e/ou capacitação e assistência técnica.
Divulgação da Vitivinicultura	Tem por objetivo divulgar em nível nacional as ações desenvolvidas na vitivinicultura do estado.
Arranjo Produtivo para Leite	Objetiva apoiar o produtor de produtos lácteos através do financiamento de equipamentos para produção e armazenagem de leite.
Fruticultura na Região Sul	Visa aumentar a produtividade dos pomares e qualidade dos frutos.

Fonte: Rio Grande do Sul (2001, 2002, 2003, 2008 e 2009).

Entende-se que é por meio das ações empreendidas pela SAPPa que o apoio aos APLs de base agroindustrial é ampliado. Alguns desses APLs são alvos das ações da SEDAI, como pode ser visto na Figura 2, mas a lista destes arranjos se amplia com as atividades realizadas pela SAPPa. Como exemplo, os APLs de Piscicultura, Leite, Vitivinicultura e Fruticultura também são atingidos por alguma iniciativa.

A seguir são apresentadas as iniciativas que o SEBRAE direciona ao apoio a APLs.

3.4 Iniciativas Privadas de Apoio

Além das Secretarias do Governo do Estado, outro agente que também se destaca por ser promotor e executor de políticas relacionadas aos arranjos produtivos locais é o SEBRAE. Conforme descrito no Relatório I desta pesquisa e no segundo capítulo deste relatório, o SEBRAE-RS atua fortemente por projetos e é através do Sistema de Informação da Gestão Estratégica Orientada para Resultados (SIGEOR) que se percebe a materialização dessa abordagem por projetos.

A partir de uma busca de dados secundários e primários¹⁰ a respeito desses projetos, foi possível identificar os focos das ações envolvidas nestes projetos e os APLs que receberam ações específicas. Conforme quadro, apresentado no Apêndice F, percebe-se que vários são os APLs atingidos pelos projetos e tais projetos apresentam diferentes focos como resumido no Quadro 6.

¹⁰ Conforme explicado nas observações metodológicas no início do capítulo, foram buscadas informações secundárias (público-alvo, objetivo estratégico, foco estratégico, entre outras), a respeito dos projetos direcionados aos diferentes APLs, e também informações primárias, por meio de entrevistas realizadas com os gestores destes projetos com vistas a compreender os focos das ações realizadas.

Quadro 6 – Projetos SEBRAE por Foco de Ação e por APL

APL	Nº Projetos	Foco
Automação e Controle Eletroeletrônico	1	Acesso a novos mercados e inovação.
Metalmecânico Autopeças	1	Capacitação, acesso a novos mercados e inovação.
Cachaça e Derivados da Cana	1	Capacitação.
Carnes (Bovinocultura e Ovinocultura de Corte)	2	Cooperação, capacitação e acesso a novos mercados.
Coureiro-Calçadista	4	Capacitação e inovação.
Flores e Plantas Ornamentais	1	Acesso a novos mercados.
Fruticultura	3	Cooperação, capacitação, acesso a novos mercados e inovação.
Gemas e Jóias	2	Capacitação, acesso a novos mercados e inovação.
Leite e Derivados	1	Capacitação.

(Continua)

(Continuação do Quadro 6)

Máquinas e Implementos Agrícolas	3	Capacitação e acesso a novos mercados.
Moveleiro	3	Capacitação, acesso a novos mercados e inovação.
Têxtil e Confeções	2	Capacitação, acesso a novos mercados e inovação.
Turismo	5	Cooperação capacitação e acesso a novos mercados.
Vitivinicultura	1	Capacitação e acesso a novos mercados.

Fonte: SIGEOR (2009).

Com vistas a melhor compreender os projetos realizados e as ações direcionadas para os APLs pelo SEBRAE foram feitas entrevistas com os gestores de alguns desses projetos, abrangendo um total de oito dos treze APLs listados. A seguir é feita uma descrição dos resultados obtidos nesta coleta de dados, respeitando a ordem da listagem dos APLs apresentada acima.

No que diz respeito ao projeto “Desenvolvimento de Fornecedores do Setor Metalmecânico Automotivo da Serra Gaúcha”, que atinge o **APL Metalmecânico Autopeças**, o gestor destacou que as ações desenvolvidas pelo SEBRAE são direcionadas para impulsionar a inovação tecnológica, a educação e capacitação e a disseminação de informações a respeito do Setor

Metalmecânico e realizar rodadas de negócios, missões a Feiras Nacionais e Internacionais e prospecção de mercados.

A intenção é capacitar esse setor que constantemente busca maior produtividade e eficácia dos processos produtivos. A concorrência exige que estas empresas apresentem produtos cada vez melhores, com preços mais competitivos. Isto é ainda mais acentuado quando se trata do mercado global, onde existem muitas oportunidades, porém o nível de exigência por qualidade, produtos com preços competitivos e qualificação nas áreas de gestão é maior ainda. O projeto iniciou em 2008 e deve ficar vigente até o final de 2009. O total de empresas participantes é de 120, e destas, aproximadamente 86 participam ativamente nas ações descritas.

Nos projetos que envolvem os **APLs de Carnes do Pampa (Bovinocultura de Corte) e Ovinocultura de Corte** do Pampa Gaúcho, o SEBRAE vem realizando ações de desenvolvimento coletivo, fomentando o associativismo e empreendedorismo, atendendo grupos de produtores através de palestras, cursos e oficinas a respeito de tecnologia e gestão, realizando consultorias, missões técnicas, entre outras ações. O objetivo central é melhorar os índices zootécnicos¹¹ dos sistemas de produção, valorizando o produto, por meio de programas de comercialização em parceria com indústrias e varejo.

Um exemplo de uma importante ação no que diz respeito à Bovinocultura de Corte ocorre por meio das Unidades Demonstrativas da Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã, em que se trabalha com um grupo de pequenos pecuaristas na tentativa de padronização do produto (terneiro). Além das capacitações e da implantação de uma Unidade Demonstrativa em uma das propriedades do grupo, buscou-se parceria com as Associações de criadores de raças, como Hereford, Braford, Angus e Brangus. É realizado o processo de inseminação artificial com sêmen de alta qualidade e preço baixo, com a intenção de melhorar a qualidade e padrão dos terneiros produzidos pelo grupo e comercializar com melhores preços de venda.

A respeito do APL de Ovinocultura de Corte também há um programa de comercialização em conjunto denominado de "Programa Cordeiro de Qualidade ARCO"¹². Este programa é executado em parceria com a Associação Brasileira de Ovinocultores e operacionalmente os animais recebem um selo de identificação para que possam ser acompanhados no seu ciclo de desenvolvimento e como garantia de qualidade ao consumidor. É através deste programa que os produtores conseguem oferecer uma escala crescente do produto, com padrão pré-definido de com alta qualidade.

Dentre os gargalos do segmento produtor de carne está a má condição das estradas, dificultando o escoamento da produção, como também a precificação dos produtos, visto que não há políticas de preços mínimos.

Dentre as atuações do SEBRAE na região do Vale do Paranhana, voltadas ao **APL Coureiro-Calçadista**, há o projeto de "Desenvolvimento de Ateliers", o qual visa capacitar os ateliers e também as empresas âncoras¹³ que participam do projeto. No âmbito deste projeto ensina-se, por exemplo, a gerenciar um atelier, a organizar a produção, a definir layout produtivo, a realizar controle da produção, a reduzir retrabalho e refugo, etc. Atualmente fazem parte do projeto duas empresas âncoras (demandantes do trabalho dos ateliers) e 45 ateliers, os quais têm entre 5 e 80 funcionários. A primeira pactuação desse projeto foi feita entre setembro e outubro de 2008.

No que diz respeito aos **APLs de Fruticultura**, existe o projeto denominado "Pólo de Pequenas Frutas da Serra Gaúcha e Vale do Taquari e Rio Pardo", que teve início no ano de 2007. Segundo o gestor, o SEBRAE está desenvolvendo ações para grupos de produtores, viabilizando tecnicamente as propriedades, promovendo melhoria da qualidade dos produtos e buscando acesso ao mercado de forma organizada e conjunta. Também são realizadas ações que objetivam

¹¹ Refere-se a indicadores relacionados com o processo de produção do rebanho, como por exemplo, produção de cordeiro por ovelha, intervalo entre partos, quantidade de quilos de carne por hectare ao ano, entre outros.

¹² Associação Riograndense de Criadores de Ovinos.

¹³ Empresas de maior porte escolhidas para trabalhar no projeto e essas escolhem seus fornecedores, no caso, os ateliers.

conquistar a certificação de processos produtivos, ações de acesso a mercados que incluem consultorias em design para produção de identidade visual, por exemplo, e participação em feiras e rodadas de negócios.

Como exemplo de gargalo produtivo neste segmento foi citada a necessidade de aprimorar a produção e o acesso a mercados, já que há dificuldades na fase da comercialização. Segundo o gestor do projeto, no caso de pequenas frutas, uma ação importante é a criação e divulgação de mercado para tornar o produto mais conhecido, ressaltando os benefícios do consumo e aumentando, desta forma, a demanda.

Outro projeto da Fruticultura denomina-se “Pólo de Fruticultura da Região Sul e Centro-Sul”. Teve início em 2007 e as ações do SEBRAE são direcionadas para melhorar o acesso a mercados e o desenvolvimento de inovação e tecnologia. Segundo o entrevistado, alguns entraves desse segmento produtivos são a baixa produtividade e a falta de articulação entre os integrantes da cadeia, que é muito desarticulada.

Nos **APLs de Gemas e Jóias** a intervenção do SEBRAE ocorre em dois arranjos (“Beneficiamento e Artefatos de Pedras” e “Jóias, Folheados e Bijuterias”), por meio dos projetos “APL de Jóias Folheadas de Guaporé” e “Pólo de Gemas e Jóias do Vale do Taquari e Soledade”. Objetiva-se com esses projetos atender às necessidades das Micro e Pequenas Empresas (MPES) por meio de ações realizadas que abrangem as questões de capacitação em gestão empresarial, inovação tecnológica e ambiental, aperfeiçoamento na qualidade de processos e produtos, assim como inovação de produtos e prospecção de mercados.

O SEBRAE atua junto ao setor joalheiro, desde 2005. Em Guaporé há um grupo de 40 empresas articuladas e em Soledade, 20. Ao iniciar esses projetos, conforme informações do gestor entrevistado, os empresários não possuíam nenhum histórico de profissionalização em gestão, sendo que, atualmente, conhecem ferramentas de controle financeiro, participam de ações de acesso a mercado e busca por novas tecnologias.

Um dos principais gargalos do segmento de Gemas e Jóias são o acesso ao crédito para compra de matéria-prima (como ouro e prata, por exemplo), a carga tributária, a falta de mão-de-obra capacitada e a tecnologia na lapidação de gemas. Segundo informações do SEBRAE, ainda é preciso trabalhar a questão da auto-sustentabilidade do setor no estado, visando consolidar-se como potencial joalheiro em âmbito nacional.

No que diz respeito ao **APL Moveleiro**, de acordo com a gestora dos projetos “Pólo de Fornecedores da Indústria Moveleira da Serra Gaúcha” e “Pólo de Móveis da Serra Gaúcha”, as ações do SEBRAE são direcionadas para a capacitação da gestão empresarial e para o acesso a mercados (missões empresariais, visitas técnicas, participação em feiras, rodada de negócios, entre outros). O projeto teve início em janeiro de 2008 e tem término previsto para dezembro de 2010.

Ainda sobre o APL Moveleiro, há o projeto “Conforto Sob Medida do Pólo de Móveis da Região Centro” que visa a capacitação dos empresários na área de gestão, a expansão das marcenarias, o desenvolvimento de tecnologia de produção, a participação em feiras e a busca de novos mercados. Segundo o gestor deste projeto, ainda há um esforço para a formação de um Comitê Gestor. A constituição deste Comitê visa preencher algumas lacunas, começando pela questão da infraestrutura. Em Santa Maria e outros municípios da região existe uma dificuldade grande de obter espaço físico adequado para a estrutura industrial necessária ao setor, pois há a geração de resíduos, ruídos sonoros, etc. e esse fator acaba por dificultar a ampliação das empresas. Nesse sentido, a questão ambiental também se coloca como problema para este segmento produtivo. Por isso, é necessário trabalhar e sensibilizar as empresas de que elas precisam ter um gerenciamento ambiental, cuidado com os resíduos, dentre outros aspectos.

Ainda conforme informado pelo gestor deste projeto, o esforço para a formação do Comitê Gestor contou com apoio recebido em 2006 do Ministério da Integração Nacional. Esse Ministério aportou recursos para a criação de um Centro de Inovação para o setor, no intuito de treinar mão-de-obra e prestar serviços às empresas locais. Algumas etapas do Centro de Inovação já foram

estruturadas, outras estão em execução, como o centro de usinagem, com equipamentos mais modernos para a marcenaria. O objetivo deste plano é tornar a região reconhecida na produção moveleira.

Outro entrave é a localização geográfica da região: há uma grande distância dos fornecedores, os quais estão na Serra Gaúcha, em Porto Alegre, em Curitiba, em São Paulo, entre outros lugares, e esse fator reduz a competitividade das empresas da região central, por uma questão de custos logísticos.

Nos projetos que abrangem o **APL de Têxtil e Confeções**, “APL de Confeções e Malharia da Serra Gaúcha” e “APL de Moda Íntima do Pólo de Confeções de Guaporé”, segundo a gestora, as ações do SEBRAE estão focadas para consultorias em finanças e gestão, palestras de tendências de mercado, consultoria em design de produto, desenvolvimento de modelagem e produção e ações para conquista de mercados. Esses projetos iniciaram em janeiro de 2008 e atualmente contam com mais de 100 empresas participantes.

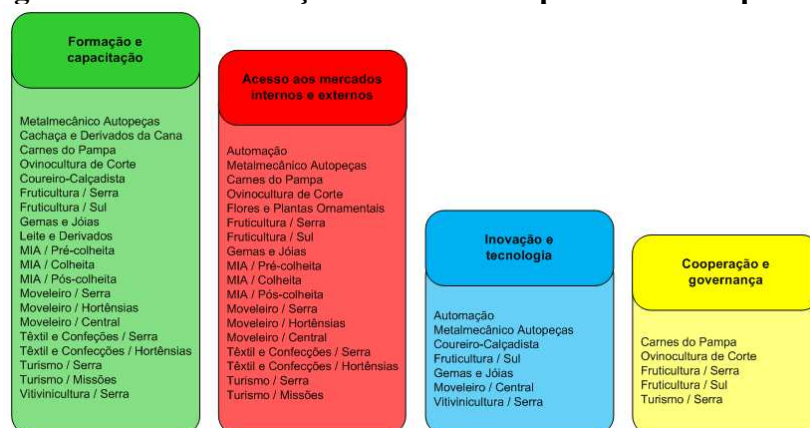
Compreende-se que para potencializar as atividades desse segmento produtivo, é necessário qualificar a mão-de-obra. Atualmente, este é considerado o principal gargalo dessa cadeia produtiva. A gestora do projeto destaca que o grande anseio do país é ter seu próprio conceito de moda, sem precisar “importar” modelos e tendências da Europa, e ter seus próprios criadores formados por universidades locais. Com relação às políticas comerciais para o setor, falta atenção ao que tange a taxas de importações, para valorização da produção interna.

Por fim, para os **APLs de Turismo**, conforme o gestor dos projetos “Enoturismo na Serra Gaúcha”, “Excelência em Gastronomia na Serra Gaúcha”, “Pólo de Turismo Aventura – Serra Gaúcha” e também o de “Turismo Rural na Serra Gaúcha”, as ações do SEBRAE para o APL de Turismo da Serra direcionam-se, de forma geral, para capacitação e acesso a mercados. A atuação mais forte se dá no projeto “Pólo de Turismo e Aventura” onde há trabalho cooperado e ações que facilitam o estabelecimento de parcerias entre empresários para a divulgação de produtos turísticos. Em termos de dificuldades a serem superadas, citam-se a do “turismo e aventura”, que está relacionada com a questão de segurança, no sentido de ser necessário capacitar pessoal para oferecer atividades seguras; e a do “enoturismo”, que é uma atividade pioneira no país, sendo necessário criar um modelo conceitual de enoturismo para a região.

Outro projeto ligado ao APL Turismo no estado do Rio Grande do Sul é o “Roteiro Iguassu Misiones na Região Noroeste”. Segundo a gestora, dentre as ações do SEBRAE para o setor de Turismo, estão sendo feitas consultorias nas empresas de hotelaria e gastronomia voltadas para melhoria da excelência de serviço, controles financeiros, workshops a respeito da gestão hoteleira, curso de qualidade no atendimento turístico, evento de divulgação e incentivo à criação de pratos típicos locais, dentre outros. Para a potencialização da atividade turística, é necessário divulgação mais da região e melhorar a qualidade no setor hoteleiro, o qual tem baixa capacidade de investimento.

Semelhante ao que foi verificado na Figura 2, a Figura 3 mostra que vários são os APLs atingidos por ações do SEBRAE e diferentes são os focos das ações. Neste sentido, percebe-se que o RS apresenta uma riqueza de ações públicas e privadas direcionadas para fortalecer os arranjos.

Figura 3 – Focos das Ações Viabilizadas pelo SEBRAE por APLs



Fonte: Pesquisa de campo (2009).

Nota: MIA = máquinas e implementos agrícolas.

No exposto até então, além das informações referentes às ações destinadas aos APLs por meio dos projetos do SEBRAE, foram pontuados alguns gargalos existentes em determinados arranjos. O objetivo de buscar essas informações foi para conhecer um pouco da realidade atual dos APLs e, assim, subsidiar as sugestões de aperfeiçoamento das políticas públicas e iniciativas privadas de apoio para APLs do Estado – a serem feitas no próximo capítulo.

Na próxima seção serão abordados aspectos sobre os arranjos produtivos identificados e sua relevância no fluxo comercial do Rio Grande do Sul.

3.5 APLs Versus suas Participações no Fluxo Comercial do Estado

No Relatório II, relacionaram-se os dados da Balança Comercial Interestadual e de Comércio Externo com alguns dos APLs identificados e apoiados por políticas. Essa relação foi estabelecida através dos fluxos de trocas de bens e serviços entre os principais municípios dos arranjos e as demais regiões do país, bem como com os dados de comércio exterior, isto é, as importações e as exportações desses municípios. Os APLs para os quais foram feitas tais análises foram: o Coureiro-Calçadista, os três Moveleiros, o de Gemas e Jóias, o Têxtil e Confecções da Região das Hortênsias, o de Vitivinicultura da Serra, o de Doces e Conservas, e os três de Máquinas e Implementos Agrícolas.

A partir das análises percebeu-se a relevância de cada mercado – local / regional, nacional e internacional – para cada um desses arranjos, bem como seu comportamento em termos de saldo da balança comercial. Como pode ser observado no Quadro 7, praticamente todos os APLs analisados têm como principal mercado o próprio Rio Grande do Sul e os demais estados brasileiros. Tal fato demonstra que ainda há muito espaço para crescimento dos arranjos selecionados, no que tange à conquista de novos mercados no Brasil e no exterior.

Quadro 7 – Mercados e Saldo da Balança Comercial dos Principais Municípios dos APLs Selecionados

APL Selecionado (Relatório II)	Mercado (1998-2002)			Saldo BC 2006
	Regional	Nacional	Externo	
Coureiro-calçadista	60,61%	21,65%	17,74%	(+)
Moveleiro / Serra	54,91%	37,93%	7,17%	(+)
Moveleiro / Hortênsias	72,03%	24,06%	3,91%	(+)
Moveleiro / Central	94,21%	5,55%	0,24%	(+)
Gemas e Jóias	72,26%	19,77%	7,96%	(+)
Têxtil e Confecções / Hortênsias	74,46%	21,02%	4,52%	(-)
Vitivinicultura / Serra	53,37%	38,77%	7,86%	(+)
Doces e Conservas	72,48%	23,13%	4,39%	(+)
Máquinas e Implementos Agrícolas	66,60%	26,53%	6,87%	(+)

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Relatório II (2009).

O APL Moveleiro, localizado na Região Central do Estado, ilustra o caso de um arranjo com mercado predominantemente local (94,21% da produção destinada aos demais municípios gaúchos). Quanto aos arranjos mais representativos no mercado nacional está o de Vitivinicultura da Serra (38,77%), o Moveleiro também da Serra Gaúcha (37,93%), o de Máquinas e Implementos Agrícolas (26,53%) e o Moveleiro da Região das Hortênsias (24,06%). Já em relação ao mercado externo, o APL que mais se destacou nesse mercado foi o tradicional Coureiro-Calçadista (21,65%), seguido pelos arranjos de Gemas e Jóias (7,96%), de Vitivinicultura (7,86%) e o Moveleiro da Região da Serra Gaúcha (7,17%).

Destaca-se também que todos os APLs, exceto o Têxtil e Confecções da Região das Hortênsias, apresentaram saldo positivo na balança comercial, para o ano de 2006. Nesse sentido, uma análise da pauta dos produtos exportados e importados pelos principais municípios de cada APL, possibilitou uma classificação dos tipos de produtos comercializados em: produtos finais, matérias-primas e equipamentos.

Os APLs para os quais foram feitas essa análise, sintetizada no Quadro 8, foram: Metalmeccânico Autopeças, Máquinas e Implementos Agrícolas, Moveleiros, Coureiro-Calçadista, Têxtil e Confecções, Gemas e Jóias, Vitivinicultura, Fruticultura / Serra, Cachaça e Derivados, Doces e Conservas, Carnes do Pampa, Ovinocultura de Corte, Leite e Derivados, Florestamento, Flores e Plantas Ornamentais, e Automação e Controle Eletroeletrônico.

Quadro 8 – Tipos de Produtos Importados e Exportados pelos APLs

Produtos Exportados				
Produtos Finais	Produtos Finais e Matérias-prima	Produtos Finais, Matérias-prima e Equipamentos	Matérias-prima	Equipamentos
Autopeças MIA Pré MIA Colheita MIA Pós Coureiro-calçadista Têxtil/Confec. Serra Vitivinicultura FO Fruticultura Serra Carnes Ovinocultura Leite e derivados Automação	Moveleiro Serra Moveleiro Central Cachaça e Deriv. Florestamento	Moveleiro Hort. Gemas e Jóias Vitivinicultura Serra Doces e Conservas	Flores e plantas	Têxtil/Confec. Hort.
Produtos Importados				
Matérias-prima	Matérias-prima e Equipamentos	Matérias-prima, Equipamentos e Produtos Finais	Produtos Finais	Matérias-prima e Produtos Finais
Autopeças Doces e Conservas Ovinocultura Flores e plantas	MIA Pré MIA Pós Moveleiro Serra Têxtil/Confec. Hort. Florestamento	MIA Colheita Têxtil/Confec. Serra Gemas e Jóias Vitivinicultura Serra Vitivinicultura FO Fruticultura Serra	Carnes Leite e derivados	Coureiro-calçadista Automação

Fonte: Elaborado pelos autores (2009).

Nota: MIA = máquinas e implementos agrícolas.

Como pode ser verificado no Quadro 8, parte significativa dos APLs exportam produtos finais, de maior valor agregado. Destacam-se dentre estes arranjos, o APL de Automação, os de base metalmeccânica (Autopeças e Máquinas e Implementos Agrícolas), os do setor do vestuário (Coureiro-Calçadista e Têxtil e Confecções da Serra), além dos agroindustriais (Fruticultura da Serra, Vitivinicultura da Fronteira-Oeste, Carnes Bovina e Ovina e Leite e Derivados). Ainda exportando produtos finais, mas agregando matéria-prima e/ou equipamentos, estão os arranjos de madeira e móveis (Florestal e os três Moveleiros), de bebidas (vitivinícola da Serra e Cachaça e Derivados da Cana), de Doces e Conservas e os de Gemas e Jóias.

Já em relação aos importados, a observação dos tipos de produtos importados por APL pode revelar algumas deficiências e/ou necessidades não atendidas. Os arranjos importadores de matéria-

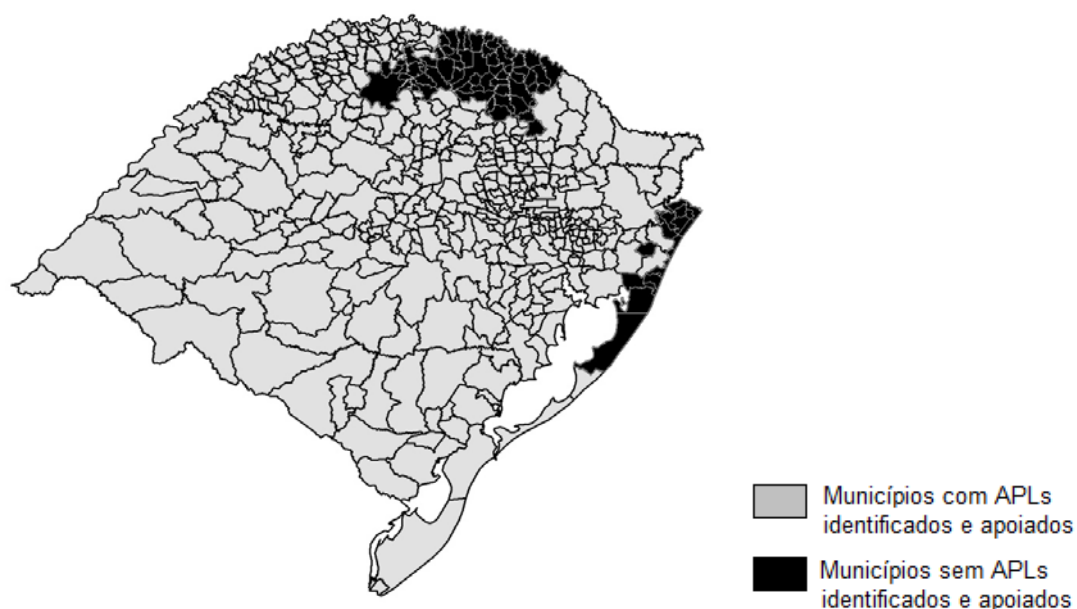
prima, como o Metalmecânico Autopeças, podem não contarem com fornecimento adequado de alguns tipos de matérias-primas e insumos, indispensáveis à produção do seu produto final. O fornecimento inadequado pode estar relacionado tanto à indisponibilidade de fornecedores de certos tipos de produtos, quanto à baixa competitividade dos fornecedores locais em questões como preço e qualidade dos produtos. Os APLs que importam equipamentos – os casos dos arranjos de Máquinas e Implementos Agrícolas, de Vitivinicultura, dentre outros – podem ilustrar, mais do que a falta de fornecedores de bens de capital, um desenvolvimento tecnológico aquém das necessidades de determinados setores.

3.6 Algumas Considerações Finais

Considerando o conteúdo apresentado nas seções anteriores, identificou-se que muitas ações específicas e complementares, de secretarias do governo do Estado (particularmente da SEDAI) e do SEBRAE, foram e ainda são destinadas para o desenvolvimento e fortalecimento de APLs. Tais ações possuem focos distintos – inovação e tecnologia; formação e capacitação; acesso a mercados; cooperação e governança; financiamento e investimento – e diversos são os APLs atingidos. Se no seu início a política foi orientada para atingir alguns arranjos (Doces e Conservas, Coureiro-Calçadista, Máquinas e Implementos Agrícolas, Metalmecânico Autopeças e Moveleiro), o seu desenrolar se caracterizou por ampliar o número de arranjos envolvidos.

Vale comentar que os APLs identificados e que foram alvo das políticas, inicialmente, foram aqueles que podem ser considerados como tradicionais, no sentido de fazerem parte ou do segmento industrial ou do agroindustrial. No entanto, na fase mais recente das políticas de apoio, nota-se uma evolução, mesmo que pequena, com a inclusão dos arranjos de Turismo, nas Regiões da Serra e das Missões, por exemplo. Nesse sentido, percebe-se que há atualmente uma abrangência em termos de território, já que os APLs identificados e apoiados preenchem boa parte do território do RS, como se pode ver na Figura 4 a seguir. No entanto, tal abrangência não atinge ainda todos os segmentos econômicos, especialmente o de serviços e de atividades culturais.

Figura 4 – Localização Geográfica dos APLs Identificados e Apoiados no RS

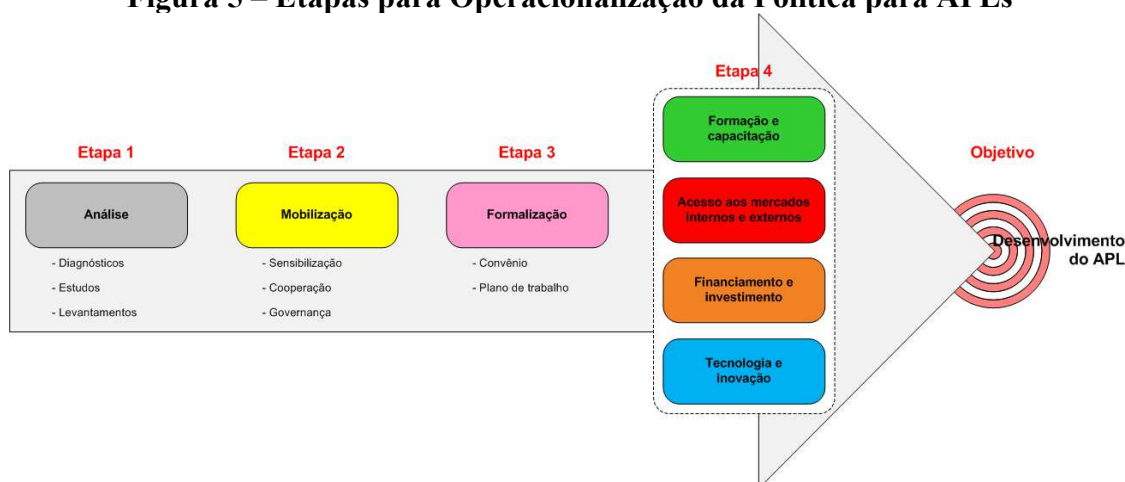


Fonte: Elaborado pelos autores (2009).

No que tange à atuação dos organismos no estado, no começo das iniciativas de apoio aos arranjos produtivos, percebeu-se uma sobreposição entre o papel desempenhado pela SEDAI e pelo SEBRAE. Isto porque, nesse período inicial, ambos estavam preocupados em diagnosticar os aglomerados, levantar suas necessidades, bem como sensibilizar e mobilizar os atores locais.

Na Figura 5, pode-se melhor caracterizar essas etapas de atuação junto aos APLs. A etapa inicial envolveu a busca e análise de informações sobre os arranjos, através da realização de diagnósticos e estudos, os quais possibilitaram o levantamento dos problemas, gargalos produtivos, etc. Depois de feito tal levantamento, a segunda etapa envolveu a mobilização dos atores dos APLs, sensibilizando-os sobre a importância da cooperação para o fortalecimento do aglomerado, como também da governança. A etapa seguinte, por sua vez, serviu para formalizar os compromissos assumidos pelos envolvidos – empresários, instituições de apoio e órgãos do poder público – com vistas a desenvolver o APL, por meio da elaboração do plano de trabalho proposto. Finalmente, a quarta e última etapa envolveu a realização das ações propostas no plano de trabalho, as quais podem focar aspectos variados, como capacitação, acesso a mercados, crédito e inovação.

Figura 5 – Etapas para Operacionalização da Política para APLs



Fonte: Elaborado pelos autores (2009).

Essa foi então a lógica de atuação inicial tanto da SEDAI quanto do SEBRAE, o que levou a certa justaposição de ações. Já atualmente percebe-se a atuação desses organismos muito mais como complementares do que como conflitantes. Até porque, hoje em dia, em ambos os organismos os esforços concentram-se pouco nas etapas 1 e 2 e voltam-se, sobretudo, para a formalização de convênios com intuito de operacionalizar ações atinentes à formação e capacitação, ao acesso aos mercados, etc.

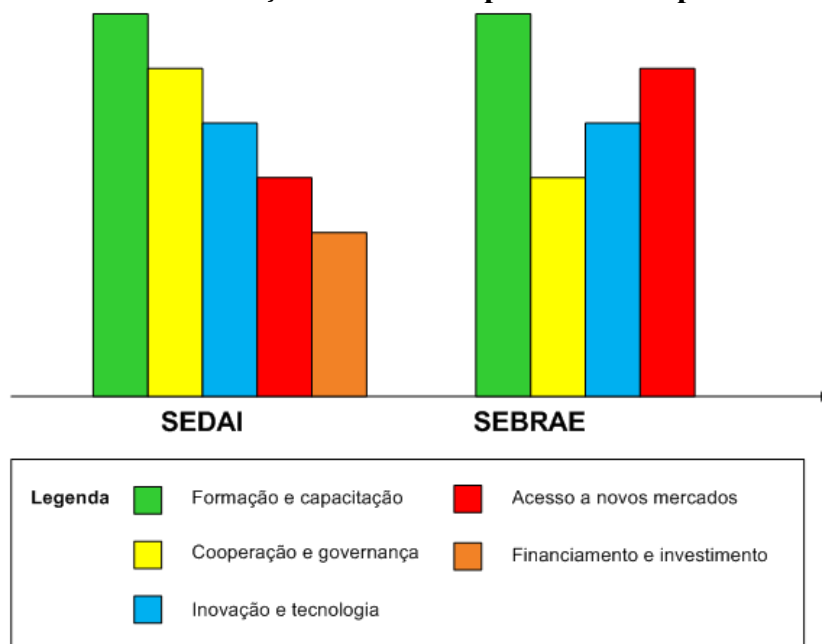
A redução da equipe da SEDAI ao longo dos anos e a consequente diminuição da capacidade técnica da mesma, bem como a contenção de gastos, alteraram o papel da Secretaria no escopo da política. A Secretaria deixou de atuar de forma estratégica, elencando os segmentos e as regiões dos APLs a serem priorizados e apoiados, e passou a ser apenas repassadora de recursos. Deixa, portanto, de ter um papel mais ativo no desenho de uma política clara de desenvolvimento regional.

Quanto aos instrumentos para operacionalização da política do governo estadual, verificou-se que os convênios constituem-se como o principal instrumento. Através deles se definem as responsabilidades de cada ator do arranjo, as ações a serem realizadas e os objetivos a serem atingidos, bem como o montante de recursos a serem repassados e as contrapartidas exigidas.

Com relação ao foco das ações, constatou-se que boa parte dos projetos desenvolvidos visaram, maiormente, a Formação e Capacitação dos atores dos APLs. Isso tanto no caso das ações apoiadas

pela SEDAI quanto pelo SEBRAE. Na Figura 6, pode-se melhor visualizar os focos da política do governo estadual e do SEBRAE, e o seu maior ou menor peso no conjunto do apoio.

Figura 6 – Focos das Ações Realizadas pela SEDAI e pelo SEBRAE



Fonte: Elaborado pelos autores (2009).

No caso da SEDAI, ainda de acordo com a Figura 6, a Cooperação e Governança também receberam importante atenção. Na seqüência, projetos que visavam a Inovação e a Tecnologia aparecem em terceiro lugar. Neste caso, vale chamar a atenção para o fato de que a instalação dos CGIs fazem com que o foco Inovação e Tecnologia ganhe esse destaque importante; no entanto, embora tais centros tenham como meta maior difundir nos arranjos os conhecimentos voltados à inovação, esse não é um processo terminado; pelo contrário, há ainda muito o que se fazer nessa direção. Constatam ainda ações voltadas para Acesso aos Mercados, internos e externos, e, finalmente, relacionadas ao Financiamento e Investimento; embora, ações desse último tipo tiveram muito pouca participação no conjunto do apoio.

Ao analisar-se a atuação do SEBRAE, a partir da mesma Figura 6, verifica-se que também suas ações voltaram-se particularmente para a Formação e Capacitação, como foi dito. Já na seqüência, foi o Acesso aos Mercados o mote de vários projetos. E, por fim, os projetos vinculados à Inovação e Tecnologia e à Cooperação e Governança foram aqueles que receberam menos ações.

Outra análise interessante a fazer é verificar a situação de cada APL alvo de política quanto ao apoio recebido. O Quadro 9 auxilia neste sentido, pois procura elencar os APLs relacionando-os ao apoio recebido em cada um dos âmbitos – federal, estadual (SEDAI) e privado (no caso do SEBRAE).

Quadro 9 – Âmbito do Apoio Recebido pelos APLs Identificados e Apoiados

APL Identificado e Apoiado (Relatório I)		Âmbito de Apoio		
		F	E	P
Metalmecânico Autopeças				
Máquinas e Implementos Agrícolas	Pré-Colheita e Colheita			
	Pós-Colheita			
Moveleiro	Serra, Hortênsias e Central			
Coureiro-Calçadista				
Têxtil e Confeccões	Serra			
	Hortênsias			
Gemas e Jóias	Extração e Beneficiamento			
	Beneficiamento e Artefatos			
	Jóias, Folheados e Bijuterias			
Vitivinicultura	Serra			
	Fronteira-Oeste			
Fruticultura	Serra			
	Sul			
Doces e Conservas				
Carnes do Pampa (Bovinocultura de Corte)				
Ovinocultura de Corte				
Pólo Naval				
Cachaça e Derivados da Cana				
Leite e Derivados				
Piscicultura	Metade Sul			
	Fronteira MERCOSUL			
Florestamento				
Flores e Plantas Ornamentais				
Turismo	Serra			
	Missões			

(Continua)

(Continuação do Quadro 9)

Automação e Controle Eletroeletrônico				
Legenda:  Âmbito de apoio com ações realizadas F (Federal) – E (Estadual) – P (Privado)				

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Relatório I (2009).

Nota: O âmbito estadual restringe-se aqui ao apoio da SEDAI.

Constata-se que praticamente a metade dos APLs identificados e apoiados recebeu apoio tanto da esfera federal e estadual quanto do SEBRAE.

Chama a atenção que, no geral, é o governo federal e o SEBRAE que mais ações têm nos APLs gaúchos. Tal fato leva a uma reflexão sobre o papel do governo estadual. Não são tão poucos arranjos, dentre aqueles já identificados e apoiados, que não receberam apoio da SEDAI. Se por um lado isso pode ser visto como positivo, já que diante de recursos financeiros limitados, estaria havendo uma melhor distribuição dos recursos dos diferentes âmbitos entre os diversos APLs (ainda que isso não seja uma definição deliberada); por outro, leva a no mínimo um questionamento. Isso porque ao examinar-se a lista dos APLs identificados que receberam ou não apoio em nível do governo do estado no âmbito do Programa de Apoio a APLs, percebe-se que os arranjos localizados em regiões menos favorecidas e cujo nível de desenvolvimento produtivo e inovativo é menor são justo aqueles que menos apoio do governo gaúcho receberam. Será essa a melhor estratégia a ser seguida quando se pensa em desenvolvimento para o estado como um todo?

Questões como essa devem ser levantadas e analisadas se se quer contribuir para o aperfeiçoamento das iniciativas de apoio a arranjos no Rio Grande do Sul. Há a necessidade de se pensar de forma consciente e estratégica sobre o rumo que o apoio deve seguir.

No próximo capítulo, busca-se precisamente apresentar sugestões de melhorias nas políticas e iniciativas de apoio aos APLs.

4. Considerações Finais e Sugestões de Políticas para os APLs no Estado

Inicialmente, antes da apresentação das recomendações para o aperfeiçoamento da política de apoio para APLs do Estado do Rio Grande do Sul, faz-se uma contextualização onde são apontadas algumas questões pertinentes ao tema presentes na literatura brasileira.

As aglomerações geográficas de empresas e instituições em regiões específicas se prestam à articulação de ações com potencial para impactar, de forma geral, no desenvolvimento local, e, de forma específica, no desenvolvimento produtivo, tecnológico e mercadológico de segmentos produtivos. Por conta disso, o tema de política para Arranjos Produtivos Locais vem ganhando interesse e gerando mobilização de agentes públicos e privados interessados na questão da evolução de micro e pequenas empresas, na geração de emprego e renda em regiões mais debilitadas, na possibilidade de evolução produtiva, tecnológica e mercadológica de segmentos e regiões, entre outras questões.

A literatura a respeito de políticas para Arranjos Produtivos Locais no Brasil e exterior é extensa e não objetiva-se aqui apresentar uma sistematização detalhada desta área de estudo. Pretende-se somente mencionar alguns estudos brasileiros que apontam ações políticas para APLs e que podem ser interessantes quando da reflexão para o caso gaúcho.

A respeito de políticas para APLs, Villaschi Filho e Campos (2002) apontam carências gerais que devem ser enfrentadas quando do fomento e dinamização de arranjos produtivos. Essas são: (1) capacitação de recursos humanos; (2) incentivo à cooperação voltada para processos inovativos; (3) políticas de capacitação científica e tecnológica; e (4) utilização de instrumentos fiscais, creditícios e de financiamento. É interessante destacar uma observação apresentada pelos autores de que os agentes locais não devem ser tratados como “meros observadores passivos inseridos em uma corrente de eventos”, mas sim como “agentes com conhecimento e com capacidade de refletir e agir na construção de caminhos outros que não sejam aqueles prescritos por regras e/ou códigos sociais existentes” (GARUD; KARNOE, 2000 *apud* VILLASCHI FILHO; CAMPOS, 2002, p. 36).

Cassiolato et al. (2000) quando analisam a questão de políticas para aglomerações produtivas, apresentam os objetivos que as iniciativas que visam a transformação de aglomerações produtivas em sistemas locais de produção devem ter. Esses são: (1) revolucionar e estimular o ambiente local,

por meio de ações voltadas, por exemplo, para a educação, aprendizado e capacitação, para a difusão de informações críticas, articulação com universidades e centros de pesquisa; (2) superar gargalos e alcançar economias de escala coletivas; (3) obter economias externas; e (4) fortalecer a sinergia entre os diversos atores do aglomerado.

Outras questões de políticas para APLs que complementam as citadas acima são apresentadas por Suzigan et al. (2007). Esses autores destacaram a contribuição de estudos publicados na *Industrial and Corporate Change Special Issue* de 2001, que, de forma geral, mencionam a ineficiência das políticas públicas para a formação de novas aglomerações com ações do tipo *top-down*, e que as políticas governamentais podem desempenhar um importante papel no que diz respeito ao fortalecimento das aglomerações, investimento em educação e provimento de infraestrutura.

Além disso, Suzigan et al. (2007) enfatiza algumas questões genéricas, que são: (1) as políticas devem oferecer condições para os atores locais, tais como: empresas, instituições, empreendedores, trabalhadores, órgãos governamentais, instituições privadas e a sociedade, fazerem uso das suas capacidades para mobilizarem o sistema em direção ao desenvolvimento; (2) as políticas devem exigir que os atores locais se comprometam, seja contribuindo com uma fração dos recursos públicos alocados, seja realizando ações coletivas complementares; e (3) medidas específicas de políticas devem ser diferenciadas de acordo com os estágios de desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais.

Considerando mais especificamente o último ponto, em um estudo que apresenta uma metodologia de identificação de arranjos produtivos locais, Suzigan et al. (2004) descreve quatro tipos de arranjos, que são: (1) vetor de desenvolvimento local; (2) núcleo de desenvolvimento setorial-regional; (3) vetor avançado; e (4) embrião de arranjo produtivo.

A partir da lógica de desenvolvimento dos APLs, em um dos extremos têm-se os “embriões de APLs”, que se caracterizam por ainda serem incipientes tanto em termos da importância que apresentam para o local quanto para o setor produtivo ao qual pertencem, e em outro os “núcleos de desenvolvimento setorial-regional”. Em termos de políticas de intervenção para esses dois extremos, Suzigan et al. (2007) mencionam que para os embriões a política deve incluir ações com foco na função de comercialização (ex.: pesquisas de mercado) e capacidade de produção. As primeiras devem servir para ajudar as empresas a identificarem nichos de mercado que possam ser explorados por atividades promocionais coordenadas, visto que essa parecer ser uma forma adequada de evitar a expansão não organizada da capacidade de produção e, assim, o aumento da produção acompanhado de redução de preço e qualidade. As ações também devem incluir medidas que ofereçam condições para a aquisição de capacidades produtivas para que as empresas tenham condições tecnológicas de atingir os mercados-alvo escolhidos.

Para os APLs denominados de “núcleos de desenvolvimento setorial-regional”, ações políticas adequadas devem ser aquelas que objetivam reduzir ou eliminar a dependência de canais de venda e estimular o desenvolvimento de produtos, de marcas, de registro de patentes, design e certificações de qualidade. Ainda, são fundamentais as ações voltadas para a educação e treinamento técnico.

A partir desses apontamentos destacados da literatura e da análise apresentada no Capítulo 4 deste Relatório, foram identificadas questões relevantes para um aperfeiçoamento da política de apoio a APLs do estado. A seguir são apresentadas recomendações para o aperfeiçoamento da atual política implementada no RS.

4.1 Recomendações para a Política de Apoio a APLs no Rio Grande do Sul

Conforme comentado anteriormente, as ações atuais públicas – principalmente da SEDAI – carecem de critérios que guiem a priorização das ações voltadas aos arranjos produtivos alvo da política. O que se observou, mais recentemente, no processo de execução da política foi um direcionamento de ações definido principalmente pelas demandas de agentes e por pressões políticas, sem que tenha sido feita uma avaliação crítica por parte dos formuladores da política. Desta forma, a política de apoio a APLs deixou de definir alvos estratégicos, tal como foi feito no seu início, a julgar, por exemplo, pela criação dos CGIs, esvaziando seu papel no direcionamento do desenvolvimento produtivo, tecnológico e mercadológico de segmentos produtivos e, até mesmo, do desenvolvimento sócio-econômico de regiões.

Neste contexto, é necessário **definir novas estratégias** para determinar os arranjos que devem ser alvo da política e, também, quais ações e projetos merecem maior atenção e recursos. Em outras palavras, devem ser novamente definidos critérios para a **priorização de APLs**. Esses critérios podem ser baseados em diferentes questões. Citam-se aqui duas que parecem interessantes para o estado:

- uma priorização com base no nível de desenvolvimento sócio-econômico das regiões, supondo que a política de APLs possa contribuir para a evolução de regiões menos favorecidas (localizadas na metade sul do estado, por exemplo). Tal idéia baseia-se na compreensão de que o fortalecimento de aglomerações produtivas é uma forma de fortalecer competências localizadas e assim, contribuir para o desenvolvimento local; e/ou
- uma priorização por segmentos produtivos, visando, por exemplo, uma capacitação daqueles que são mais intensivos em mão-de-obra, devido à acirrada concorrência que vêm sofrendo no mercado internacional, ou ainda, uma evolução dos segmentos mais intensivos em tecnologia, com o objetivo de contribuir para a elevação da capacidade de produção e comercialização de produtos de maior valor agregado no estado.

Contudo, para definir prioridades é fundamental um olhar crítico para as ações já executadas. É necessário compreender o que de fato gerou resultado de todo o montante de ações realizado para diversos APLs. Sendo assim, devem ser definidos indicadores de eficiência para a mensuração das ações implementadas. Até o momento, não foram observadas ações avaliativas por parte dos órgãos públicos que implementam a política específica e complementar de apoio a APLs e considera-se isso fundamental. A avaliação dos resultados alcançados é *sine qua non* tanto para a (re)formulação da política quanto para o seu acompanhamento e aperfeiçoamento.

Além da necessidade de definir estratégias de atuação por meio da priorização de APLs, também se constatou importante **definir ações políticas de acordo com o estágio de desenvolvimento dos APLs**. Os diversos arranjos produtivos identificados e apoiados por políticas no RS possuem níveis de desenvolvimento produtivo e inovativo distintos, bem como características de mercado diferentes, sendo alguns direcionados ao mercado externo e outros ao mercado local e regional somente. Desta forma, há a necessidade de se identificar em qual estágio de desenvolvimento se encontram os APLs e aplicar ações que respeitem seus níveis de crescimento e que possam, de fato, contribuir para a evolução de empresas e instituições presentes nos arranjos.

Ainda a respeito da necessidade de se olhar para as diferenças entre os APLs e de se pensar em ações específicas com base nisso, destaca-se que mesmo dentro de um APL, suas firmas e instituições possuem características distintas – de porte e de capacidades produtivas e tecnológicas, por exemplo – e, portanto, merecem um olhar diferenciado por parte da política de apoio a arranjos.

Para algumas firmas será necessário pensar em formas de acesso ao mercado internacional, no desenvolvimento de marca própria e de capacidades inovativas para diferenciação de produtos, no registro de patentes, etc., para outras, entretanto, há de se considerar ações que contribuam para o desenvolvimento de capacidades produtivas, antes mesmo de inovativas, e formas coletivas comercialização coletivas, por exemplo. Para ser possível refinar a política desta forma, é necessário refletir sobre as especificidades e as necessidades dos APLs a serem priorizadas pela política, bem como pensar quais ações e projetos merecem maior atenção e recursos.

Outra questão que merece atenção por parte dos formuladores da política para APLs é compreender a importância de **promover a diversificação produtiva e tecnológica do local**, como uma alternativa à tradicional busca pela especialização. Nas discussões sobre políticas para APLs é recorrente a questão do estímulo à especialização do local. O que se propõe aqui é que seja considerada a possibilidade de se estimular a diversificação do local, com vistas a evitar situações de *lock-in*. Essas situações de *fechamento* são prejudiciais aos arranjos, pois os agentes ficam ‘fechados’ em uma lógica produtiva, tecnológica e mercadológica que não os permite perceberem oportunidades de crescimento existentes em outros mercados. Logo, deve-se visar a diversificação produtiva com a criação e incorporação de novas atividades e capacidades.

Dentro desta questão, é válido mencionar a importância de serem consideradas ações que contribuam para o **processo de internacionalização de APLs**. Coerente ao que foi proposto acima, isso deve ser pensado dentro da lógica de estágios de desenvolvimento dos arranjos e, portanto, não se aplica *a priori* a todo e qualquer arranjo. Compreende-se que ações que estimulem a internacionalização de empresas devem ser no sentido de facilitarem a inserção delas em cadeias produtivas globalizadas, desenvolvendo suas capacidades produtiva, tecnológica e mercadológica. Nesse sentido, é válido refletir sobre como aproveitar as oportunidades relacionadas aos mercados emergentes como dos BRICS. Além disso, oportunidades associadas ao aumento do mercado interno também não podem ser esquecidas.

Considerando essas possibilidades de ações políticas – diversificação e internacionalização de arranjos – é importante atentar para o fato de que os focos de ações já presentes na atual política do estado ganham novo fôlego, como é o caso das ações voltadas para “formação e capacitação”, por exemplo. Neste caso, seria necessário formular novas ações no sentido de promoverem uma capacitação para um processo de diversificação produtiva e tecnológica do local e para uma internacionalização do arranjo. Destaca-se aqui, então, que uma reflexão a respeito da atual política não deve objetivar somente a proposição de novos focos de ação; visto que vários e diferentes são os focos, como “inovação e tecnologia”, “formação e capacitação”, “acesso a mercados”, entre outros, conforme consta no Capítulo 4. A lógica deve ser a de repensar o direcionamento das ações dentro dos atuais focos da política, buscando uma evolução dos arranjos em direção a sistemas. De todo modo, é necessário incrementar ações voltadas especialmente para “inovação e tecnologia” e “financiamento e investimento”.

Nessa direção, novos instrumentos fiscais, creditícios e de financiamento devem ser pensados. O financiamento a grupos de pequenas empresas, por exemplo, deve ser explorado, para viabilizar o crédito a essas firmas, mas também como forma de estímulo à cooperação. Já ações que visem a inovação, voltadas para o desenvolvimento de processos inovativos, devem ganhar importante reforço. É chave priorizar aqueles projetos que tenham a inovação como alvo. Para tanto, condicionantes aos projetos a serem propostos pelos agentes locais podem ser elencados, estabelecendo, por exemplo, que as propostas envolvam mais de uma empresa em parceria com institutos de pesquisa e universidades. Também os observatórios tecnológicos e mercadológicos surgem como algo a ser estimulado.

Além dessas, outra temática importante que deve ser incorporada vincula-se à preocupação em preservar o meio ambiente. Esse desafio do desenvolvimento sustentável também deve ser incorporado à agenda governamental.

Cabe ainda reforçar o que já foi dito anteriormente quanto à necessidade de ampliar o elenco de APLs apoiados pelo governo estadual, incorporando arranjos relacionados aos serviços, às atividades culturais, e até mesmo às atividades primárias.

Finalmente, ao se pensar a respeito das possibilidades de aperfeiçoamento da política de apoio a APLs, chega-se, naturalmente, em questões mais específicas dos arranjos. Isso porque se pressupõe que a realidade de cada arranjo e de seus atores constituintes apresenta peculiaridades que precisam ser identificadas e compreendidas para serem levadas em consideração quando da definição de uma forma de intervenção. Assim, é fundamental compreender as dificuldades e gargalos presentes nos arranjos. Por conta disso, foi elaborado o Quadro 10 a seguir, construído com base em informações coletadas por meio de entrevistas e dados secundários, com a descrição de algumas dificuldades atuais presentes em APLs do RS. Essas informações são apresentadas com a intenção de subsidiar a reflexão a respeito de ações específicas para APLs por parte dos formuladores da política.

Quadro 10 – Alguns APLs e seus Gargalos

APLS	GARGALOS
Carnes do Pampa (Bovinocultura de Corte)	Acesso a mercados: Ampliação para mercados que dão melhor retorno em termos de preço; Qualidade de produção: Intensificação do programa sanitário; Logística: má condição das estradas, dificultando o escoamento da produção; Precificação dos Produtos: não há políticas de preço mínimo.
Cachaça e Derivados da Cana	Acesso a mercados.
Coureiro-Calçadista	Acesso a canais de comercialização e financiamento; Fixação de marca própria no mercado.
Doces e Conservas	Sazonalidade: empresas trabalham somente com a safra do pêssego.
Florestamento	Logística: sistema de transporte pesado (ferroviário).
Fruticultura	Acesso a mercados; Pouca divulgação do produto no mercado – no caso das pequenas frutas é importante para tornar o produto mais conhecido, ressaltando seus benefícios para o consumo.
Gemas e Jóias	Acesso ao crédito – necessário para a compra de matérias-primas (ex. ouro e prata); Acesso a mercado externo; Elevada Carga tributária; Mão de obra capacitada;

(Continua)

(Continuação do Quadro 10)

	Tecnologia de lapidação de gemas; Logística: melhorar o transporte da produção.
Leites e Derivados	Tecnologia de Produção: gargalos tecnológicos no processo produtivo, incluindo a oferta de matéria-prima, produção, embalagem, distribuição e destinação das sobras dos processos.
Metalmeccânico / Autopeças	Mão de obra qualificada.

Moveleiro	Mão de obra qualificada, processo produtivo e tecnológico: carências do elo madeireiro em termos de modernização, melhorias nos processos de secagem, novos equipamentos, treinamento de pessoal, entre outros; Políticas de financiamento e crédito: empresas de máquinas, matérias-primas e acessórios apresentam essa dificuldade, tanto em políticas de financiamento estaduais quanto federais; Gerenciamento ambiental; Logística: empresas da região central estão distantes dos fornecedores; Fornecimento: Insuficiência de fornecedores locais e regionais de matéria-prima; Capacitação Tecnológica: falta de articulação entre empresas e instituições de fomento de ensino e pesquisa.
Ovinocultura de Corte	Logística – má condição das estradas, dificultando o escoamento da produção; Precificação dos Produtos – não há políticas de preço mínimo.
Piscicultura	Qualidade da produção: questões sanitárias;
Pólo Naval	Mão-de-obra qualificada.
Têxtil e Confecções	Mão-de-obra qualificada; Conceito de moda próprio para o Brasil; Taxas de importações: é necessário valorizar a produção interna; Acesso ao crédito por parte das MPes.
Turismo	Qualidade do transporte; Qualificação da comercialização.
Vitivinicultura	Alta tributação; Concorrência com produtos importados.

Fonte: Elaborado pelos autores (2009).

Levando-se em conta o Quadro acima onde são apresentadas algumas dificuldades presentes em APLs do Estado, percebe-se que aparecem com frequência as questões de: mão-de-obra qualificada, acesso a mercados e logística/infra-estrutura. O que indica que ainda há espaço para ações nos diferentes focos já estabelecidos, como formação e capacitação, e acesso aos mercados interno e externo; mas há também a necessidade de se incrementar ações ainda pouco desenvolvidas, como no caso do financiamento e investimento, como já foi referido. Quanto a gargalos vinculados a essa questão do crédito e financiamento, sabe-se, por exemplo, que alguns segmentos produtivos integrantes de arranjos produtivos, como o de bens de capital, carecem de uma atenção especial no quesito de possibilidades de financiamento de compra de seus produtos com taxas de juros razoáveis, quando comparadas às praticadas no mercado externo.

Questões desse gênero extrapolam, às vezes, a possibilidade de atuação em âmbito da política para APLs e em muitos casos não serão resolvidas somente com políticas de nível estadual ou municipal direcionadas para arranjos. Há demandas que exigem uma intervenção política de nível macroeconômico e que envolvem a esfera federal do governo. Sendo assim, é preciso conjugar esforços entre as diferentes esferas de governo e entre os diversos tipos de políticas com vistas a se potencializar os APLs do estado.

Por fim, conclui-se que no RS a política de apoio a APLs já totaliza uma década de existência e caracterizou-se pela diversidade de ações com focos distintos – ‘formação e capacitação’, ‘inovação

e tecnologia', 'acesso a mercados' e 'cooperação e governança' – executadas pelo governo estadual, principalmente pela SEDAI. As sugestões propostas visam qualificar a política existente com vistas a torná-la mais estratégica do ponto de vista de resultados produtivos e sócio-econômicos que pode produzir.

Referências

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. **Oficina regional de orientação à instalação de núcleos estaduais de apoio a arranjos produtivos Locais**. Brasília: MDIC / GTP-APL, 2004.
- _____. **Termo de referência para política nacional de apoio ao desenvolvimento de arranjos produtivos Locais**. Brasília: MDIC / GTP-APL, 2004.
- _____. **Políticas e ações para a cadeia produtiva de gemas e jóias**. Brasília: Brisa, 2005.
- _____. **Manual de apoio aos arranjos produtivos Locais**. Brasília: MDIC / GTP-APL, 2006.
- _____. Secretaria de Comércio Exterior – SECEX. **Sistema Alice**. Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>.
- _____. Desenvolvimento da Produção. Arranjos produtivos Locais – APLs. APLs no Brasil. **PPA 2008-2011 – Ações de Apoio APLs / MDIC**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em 20 fev. 2009.
- BRASIL. Presidência da República – PR. Controladoria Geral da União. Portal da Transparência. **Convênios por Estado / Município**. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br>. Acesso em 05 nov. 2009.
- BRITO, A. F.; BONELLI, R. **Políticas industriais descentralizadas**: as experiências européias e as iniciativas subnacionais no Brasil. Texto para Discussão n. 492. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.
- CAMPOS, R. R. **Ampliando espaços de aprendizagem**: um foco para políticas de estímulos aos arranjos produtivos locais. Rio de Janeiro: OEA / REDESIST – IE / UFRJ, 2004. (Nota técnica 3 – Projeto “Aprendizado, capacitação e cooperação em arranjos produtivos e inovativos locais de MPES: implicações para políticas”).
- CARMONA, R. R. Nuevas políticas públicas y sistemas de governance en los distritos industriales italianos. **Economía, Sociedad y Territorio**, v. VIII, n. 28, 2008, p. 847-878.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.). **Pequena empresa**: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; SZAPIRO, M. **Arranjos e sistemas produtivos locais e proposições de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: REDESIST – IE / UFRJ, 2000. (Nota técnica 27 – Contrato BNDES / FINEP / FUJB).
- CASTILHOS, C. C. Políticas públicas e desenvolvimento de arranjos produtivos locais: reflexões sobre o programa gaúcho. In: FAURÉ, Y-A.; HASENCLEVER, L. (Org.). **Caleidoscópio do desenvolvimento local no Brasil**: diversidade de abordagens e das experiências. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

- _____. Sistemas locais de produção do RS: reflexões sobre seus limites e possibilidades enquanto política pública. In: CASTILHOS, C. C. (Coord.). **Programa de apoio aos sistemas locais de produção: a construção de uma política pública no RS**. Porto Alegre: FEE / SEDAI, 2002.
- COURLET, C. Novas dinâmicas de desenvolvimento e sistemas industriais localizados (SIL). **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 9 – 25, 1993.
- DINIZ, C. C.; SANTOS, F.; CROCCO, M. Conhecimento, inovação e desenvolvimento regional / local. In: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (Org.). **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- GALVÃO, O. J. A. ‘Clusters’ e distritos industriais: estudos de casos em países selecionados e implicações de política. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 21, p. 3 – 49, jun. 2000.
- LAHORGUE, M. A. **Estudos sobre os eixos industriais do interior do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria de Indústria e Comércio, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1985. (Relatório Técnico).
- LASTRES, H. M. M. **Avaliação das políticas de promoção de arranjos produtivos locais no Brasil e proposição de ações**. Brasília: CGEE, 2007.
- LEMO, C.; ALBAGLI, S.; SZAPIRO, M. **Promoção de arranjos produtivos locais: iniciativas em nível federal**. Rio de Janeiro: REDESIST – IE / UFRJ, 2004. (Nota técnica do projeto “Arranjos produtivos locais: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE”).
- NARETTO, N.; BOTELHO, M. R.; MENDONÇA, M. A trajetória das políticas públicas para pequenas e médias empresas no Brasil: do apoio individual ao apoio a empresas articuladas em arranjos produtivos locais. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 27, p. 61 – 115, jun. / dez. 2004.
- REDESIST. **Glossário sobre arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rio de Janeiro, 2003.
- RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 13.196, de 13 de julho de 2009. Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, define mecanismos de gestão aplicáveis às instituições científicas e tecnológicas do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 13 Jul. 2009.
- _____. Programas estruturantes. **Mais trabalho, mais futuro**. Disponível em: <<http://www.estruturantes.rs.gov.br>>. Acesso em 30 nov. 2009.
- _____. Orçamento estadual. **Orçamento 2001**. Porto Alegre, 2001. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br>>. Acesso em 10 out. 2009.
- _____. Orçamento estadual. **Orçamento 2002**. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br>>. Acesso em 10 out. 2009.
- _____. Orçamento estadual. **Orçamento 2003**. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br>>. Acesso em 10 out. 2009.

- _____. Orçamento estadual. **Orçamento 2004**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br>>. Acesso em 10 out. 2009.
- _____. Orçamento estadual. **Orçamento 2005**. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br>>. Acesso em 10 out. 2009.
- _____. Orçamento estadual. **Orçamento 2006**. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br>>. Acesso em 10 out. 2009.
- _____. Orçamento estadual. **Orçamento 2007**. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br>>. Acesso em 10 out. 2009.
- _____. Orçamento estadual. **Orçamento 2008**. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br>>. Acesso em 10 out. 2009.
- _____. Orçamento estadual. **Orçamento 2009**. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br>>. Acesso em 10 out. 2009.
- _____. Memória do planejamento estadual. Balanço estadual. **Balanço geral 2001**. Porto Alegre, 2001a. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br>>. Acesso em 08 nov. 2009.
- _____. Memória do planejamento estadual. Balanço estadual. **Balanço geral 2002**. Porto Alegre, 2002a. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br>>. Acesso em 08 nov. 2009.
- _____. Memória do planejamento estadual. Balanço estadual. **Balanço geral 2003**. Porto Alegre, 2003a. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br>>. Acesso em 08 nov. 2009.
- _____. Memória do planejamento estadual. Balanço estadual. **Balanço geral 2004**. Porto Alegre, 2004a. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br>>. Acesso em 08 nov. 2009.
- _____. Memória do planejamento estadual. Balanço estadual. **Balanço geral 2005**. Porto Alegre, 2005a. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br>>. Acesso em 08 nov. 2009.
- _____. Memória do planejamento estadual. Balanço estadual. **Balanço geral 2006**. Porto Alegre, 2006a. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br>>. Acesso em 08 nov. 2009.
- _____. Memória do planejamento estadual. Balanço estadual. **Balanço geral 2007**. Porto Alegre, 2007a. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br>>. Acesso em 08 nov. 2009.
- _____. Memória do planejamento estadual. Balanço estadual. **Balanço geral 2008**. Porto Alegre, 2008a. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br>>. Acesso em 08 nov. 2009.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE.
Termo de referência para atuação do sistema SEBRAE em arranjos produtivos locais.
Brasília: SEBRAE, 2003.
- _____. **Direcionamento estratégico do sistema SEBRAE 2009-2015**. Brasília: SEBRAE, 2008.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA GESTÃO ESTRATÉGICA ORIENTADA PARA RESULTADOS – SIGEOR. **Projetos Finalísticos**. Disponível em: <<http://www.sigeor.sebrae.com.br>>. Acesso em 30 out. 2009.

SUZIGAN, W. (Coord.). **Identificação, mapeamento e caracterização estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil**. IPEA / DISET, Brasília, 2006. (Relatório Consolidado).

SUZIGAN, W.; FURTADO, J.; GARCIA, R. C.; SAMPAIO, S. E. K. Sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 4, p. 543-562, out. / dez. 2004.

SUZIGAN, W.; GARCIA, R.; FURTADO, J. Sistemas locais de produção: indicadores, estudos de casos e políticas. In: FAURÉ, Y.-A.; HASENCLEVER, L. (Org.). **Caleidoscópio do desenvolvimento local no Brasil**: diversidade de abordagens e das experiências. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J.; GARCIA, R. C. Designing policies for local production systems: a methodology based on evidence from Brazil. **Revista Economia**, v. 8, p. 161-186, 2007.

TATSCH, A. L. **O processo de aprendizagem em arranjos produtivos locais**: o caso do arranjo de máquinas e implementos agrícolas no RS. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. (mimeo).

_____. A dimensão local dos arranjos produtivos locais: conceituações e implicações em termos de política de desenvolvimento industrial e tecnológico. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 279 – 300, 2006.

TATSCH, A. L.; PASSOS, M. C. Avaliação das ações para promoção de arranjos produtivos e inovativos locais no RS: os casos dos arranjos de máquinas e implementos agrícolas e de móveis. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 113 – 126, out. 2007.

VARGAS, M. A. **Proximidade territorial, aprendizado e inovação**: um estudo sobre a dimensão local dos processos de capacitação inovativa em arranjos e sistemas produtivos no Brasil. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. (mimeo).

VILASCHI FILHO, A.; CAMPOS, R. R. Sistemas / arranjos produtivos localizados: conceitos históricos para novas abordagens. In: CASTILHOS, C. C. (Coord.). **Programa de apoio aos sistemas locais de produção**: a construção de uma política pública no RS. Porto Alegre: FEE / SEDAI, 2002.

ZAWISLAK, P.; RUFFONI, J. **Relatórios das oficinas do programa gaúcho de SLPs**. Porto Alegre: NITEC; PPGA; UFRGS / FAURGS, 2000.

ZITZ, M.; AMBROSINI, A. Atuação do SEBRAE em arranjos produtivos. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, 3., 2007. **Programação**. Brasília: MDIC / GTP-APL, 2007. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em 21 jan. 2009.

Apêndice A
Lista de Entrevistados

Instituição	Nome do Entrevistado
SEDAI RS	Jairo Back
SCT RS	Paulo Renato dos Santos Souza
SEBRAE RS	Claudia Regina de Souza Khun
	Emerson Bittencourt Monteiro
	Fabiana Zin
	Fabiano Argenta
	Gustavo Pasquali
	José Luis Moscon
	Juliano Bolzoni
	Lemar Maciel da Rocha
	Lisiani Uggeri Hampel
	Márcio Rebelatto
	Noeli Marta Turcatel

Apêndice B
Roteiro semi-estruturado gestores de projetos SEBRAE

Roteiro específico para entrevista com os gestores de projeto do SEBRAE

1. Quais ações o SEBRAE vem desenvolvendo na sua região de atuação, especificamente para o segmento (nome do segmento produtivo)?
2. E, especificamente, em relação ao projeto (nome do projeto no SIGEOR), voltado a este setor, quais ações vêm sendo realizadas (capacitação, crédito, cooperação, etc.)?
3. De quando é a primeira pactuação do projeto e quantas pactuações já foram realizadas?
4. Como os empresários da região estão aderindo ao projeto? E a receptividade dos empresários, como pode ser avaliada?
5. Que outras instituições / entidades estão envolvidas no projeto? E de que forma (articulação, execução, promoção financeira, etc.)?
6. Na visão dos empresários locais, o que falta para potencializar esta atividade na região? O que pode ser considerado gargalos / problemas nesta cadeia produtiva?
7. E para você como gestor, o que falta (algum tipo de política e / ou iniciativa de apoio específico)?

Apêndice C
Programas e Atividades Orçamentárias por Órgão

Quadro I – Descrição das Atividades Orçamentárias da SEDAI

Programa Orçamentário	Atividade Orçamentária	Descrição	Classificações da Política		APL / APLs
			Tipo	Foco	
COMPLEXOS INDUSTRIAIS	FOMENTO INDUSTRIAL	Fomentar investimentos em segmentos estratégicos que contribuam para a solução de gargalos dos complexos industriais para o equilíbrio regional, com a priorização daqueles setores que apresentem maiores potenciais de inovação, de geração de emprego e renda e novas atividades. Reforçar a capacidade produtiva dos complexos industriais existentes, através da implantação de políticas públicas setoriais, com corte regional, fundamentadas no conceito de Sistemas Locais de Produção - SLPs. Apoiar a implantação e/ou ampliação industrial, de modo a propiciar maior número de empregos, viabilizando a realização de obras/serviços voltados a novos empreendimentos estratégicos para o desenvolvimento do estado, através de concessão de benefícios materiais e financeiros, previstos no PROEDI, para a DELL Computers, Pirelli Pneus e outros.	Específica	Cooperação e governança Formação e capacitação Inovação e tecnologia	TODOS
	IMPLANTAÇÃO DE COMPLEXOS INDUSTRIAIS AUTOMOTIVOS	Dar continuidade aos compromissos referentes as obras/serviços de infra-estrutura necessárias a conclusão do complexo industrial automotivo de Gravataí - CIAG, assim como as desapropriações que ainda se fizerem necessárias.	Complementar	Financiamento e investimento	METALMECÂNICO AUTOPEÇAS
	CONTRIBUIÇÃO AO FOMENTAR	Incrementar o setor automotivo, visando a instalação das indústrias do setor no complexo automotivo de Gravataí/RS, conforme disposto na Lei Nº. 10.895/96, regulamentada pelo decreto 37800/97.	Complementar	Financiamento e investimento	METALMECÂNICO AUTOPEÇAS
RECUPERAÇÃO INDUSTRIAL	PROGRAMA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SETORES ESTRATÉGICOS	Promover e apoiar o empreendedorismo e o surgimento de micro e pequenas empresas, incrementando o processo de interiorização do desenvolvimento econômico, e a consequente fixação de mão-de-obra em seus locais de origem, através de apoio técnico e financeiro aos municípios/instituições para implantação do programa de incubadoras empresariais e tecnopolis. operacionalizar, através da articulação de várias entidades a capacitação e assessoria para gerentes e empresas incubadas, a infra-estrutura necessária ao empreendedorismo e a realização de eventos, contribuir para o incremento da competitividade das micro, pequenas e médias empresas industriais através do apoio a inovação tecnológica, dar continuidade a implantação e manutenção do centro integrado de inovação em design - setor coureiro-calçadista, contribuindo para modernização das cadeias produtivas através da introdução de inovações tecnológicas, em especial das micro, pequenas e médias empresas.	Complementar	Inovação e tecnologia	COUREIRO- CALÇADISTA
INCREMENTO DE ATIVIDADE INDUSTRIAL	IMPLANTAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO	Implantar instituições de microcrédito em regiões do estado, como instrumento de desenvolvimento econômico e social integrado, para executar políticas de fomento dos setores formal e informal, excluídos da política de crédito do sistema financeiro tradicional, auxiliando-os na sustentabilidade, manutenção e criação de postos de trabalho e geração de renda, promovendo o resgate da dignidade e cidadania.	Complementar	Financiamento e investimento	TODOS
	FUNDO PARA INVESTIMENTO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO RS (FITEC/RS)	Prover recursos que serão utilizados para financiamento de investimentos e capital de giro, visando o estímulo e incremento do setor, apoiando a diversificação e integração da produção e aprimoramento tecnológico, a geração de empregos e ao aumento da competitividade da indústria gaúcha, através da implantação e desenvolvimento de complexos industriais formados por empresas que exerçam atividades de alta tecnologia.	Complementar	Financiamento e investimento	TODOS

COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL	APOIO A NEGÓCIOS INTERNACIONAIS	Maximizar oportunidades de negócios e promover a comercialização dos produtos das micro, pequenas, médias e demais empresas gaúchas, através da interiorização do programa trade-point, integrando-as ao comércio exterior, via comércio eletrônico, formar consórcios de exportação, estimulando o espírito associativista entre as empresas e viabilizando o acesso ao mercado externo, através de uma melhor inserção competitiva, participar e organizar feiras comerciais nacionais e internacionais, ampliar e manter as redes de informações/negócios, possibilitando a busca de oportunidades comerciais e de inserção das empresas gaúchas no comércio internacional, assessorar e incentivar as empresas gaúchas para uma maior internacionalização das suas operações, realizar cursos de capacitação em comércio exterior e promover missões governamentais e prospecção de novos mercados.	Complementar	Acesso a novos mercados	TODOS
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	APOIO AO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	Dar suporte técnico aos micro, médios e pequenos empresários, visando o desenvolvimento econômico, através da qualificação de empreendedores, capacitação em gestão empresarial, além da promoção do associativismo e do empreendedorismo. Apoiar o desenvolvimento de empreendedores de baixa renda, através da coordenação e implantação do projeto Pró-Renda / RS (Projeto de cooperação técnica Brasil - Alemanha - GTZ). Promover trabalho de concientização e mobilização das comunidades para o desenvolvimento local, através da identificação e priorização de oportunidades de investimentos, disponibilizando os perfis de oportunidades de investimentos - POIs. Desenvolver redes de cooperação interempresarial	Complementar	Cooperação e governança Formação e capacitação	TODOS
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Promover, em consonância com as diretrizes de desenvolvimento regional previstas no Programa RS Desigualdades, o ajuste estrutural e a recuperação das regiões com perda de dinamismo socioeconômico, através de ações de capacitação e qualificação pessoal e empresarial. Assim como integrando as regiões ao Sistema de Informações e Gestão de Projetos administrado pela SEDA/NURAD, potencializador das aptidões regionais e com foco nos principais problemas em termos de desigualdades regionais, competitividade e sustentabilidade.	Complementar	Desenvolvimento econômico	TODOS
APOIO À COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL	EXTENSÃO EMPRESARIAL	Estabelecer sistema de resolução de problemas técnicos, gerenciais e tecnológicos, voltado ao atendimento das micro, pequenas e médias empresas do Estado, visando a modernização, racionalização, redução de custos, otimização de processos e produtos e capacitação de recursos humanos.	Complementar	Formação e capacitação	TODOS
	CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL	Contribuir para o desenvolvimento econômico do Estado, por meio de ações que propiciem a capacitação em gestão empresarial aos empresários de micro e pequenos empreendimentos, já instalados ou potenciais, buscando garantir sua inserção e manutenção no mercado, através de apoio técnico e financeiro. Promover e apoiar o empreendedorismo e o surgimento de novas empresas.	Complementar	Formação e capacitação	TODOS
	CRÉDITO ASSISTIDO	Prestar assistência técnica aos tomadores de financiamento, que tradicionalmente enfrentam dificuldades de acesso ao crédito no sistema financeiro, mediante a elaboração de diagnóstico, de projetos de investimento, acompanhamento técnico da operação e execução do projeto, da gestão do empreendimento facilitando acesso a linhas de crédito voltadas às necessidades de investimentos e intensificação do nível de atividade de micro e pequenas empresas, cooperativas, iniciativas econômicas informais, individuais ou associativas, profissionais autônomos, recém-formados e artesãos.	Complementar	Financiamento e investimento	TODOS
	SOCIEDADE DE GARANTIA DE CRÉDITO	Possibilitar o acesso ao crédito, essencial ao crescimento de todo o projeto empresarial, aqueles empresários que não dispuserem das garantias necessárias à operação de crédito exigidas pelos bancos. A sociedade, através de estudo técnico do projeto, irá implementar garantias que tornem o financiamento viável dentro da visão do banco financiador, tendo como garantidor complementar da operação a sociedade de garantia de crédito, com mais segurança e poderá aplicar taxas mais baixas, devido ao menor risco da operação.	Complementar	Financiamento e investimento	TODOS

ARTICULAÇÃO E APOIO AOS SETORES PRODUTIVOS	APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL)	Realizar a articulação regional de empresas e instituições públicas e privadas no desenvolvimento dos APLs. Identificar e atender as demandas de forma a consolidar e dinamizar os Arranjos Produtivos Locais.	Específica	Cooperação e governança	TODOS
	CONSTITUIÇÃO DE CENTROS GESTORES DE INOVAÇÃO	Constituir Centros Gestores de Inovação para gerar e difundir inovações às pequenas e médias empresas dos arranjos e sistemas locais de produção coureiro-calçadista, moveleiro, auto-peças, máquinas e implementos agrícolas, conservas, pedras preciosas, vitivinícola e naval, estado em suas respectivas regiões.	Específica	Inovação e tecnologia	TODOS
	PROJETOS SETORIAIS	Apoiar projetos de desenvolvimento para os setores produtivos priorizados e o Programa Gaúcho de Informática, bem como a diversificação e desconcentração regional dos investimentos.	Complementar	Desenvolvimento econômico	TODOS
	PROJETOS SETORIAIS - PÓLO NAVAL	Apoiar o desenvolvimento de projetos para atrair novos empreendimentos e consolidar as atividades produtivas relacionadas com os investimentos no Pólo Naval.	Complementar	Financiamento e investimento	PÓLO NAVAL
	PROJETOS SETORIAIS - FLORESTA INDÚSTRIA / MADEIRAS	Desenvolver projetos de apoio à cadeia produtiva da base florestal, visando orientar, estimular e facilitar o seu processo de desenvolvimento sustentável.	Complementar	Desenvolvimento econômico	FLORESTAMENTO
	REDES DE COOPERAÇÃO	Promover o fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas em todo Estado, fomentando a cooperação entre empresas do mesmo segmento e com características semelhantes, melhorando a capacidade competitiva e fornecendo suporte técnico e formação, consolidação e desenvolvimento de redes.	Complementar	Cooperação e governança	TODOS
ATRAÇÃO E APOIO A DIVERSIFICAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO REGIONAL DOS INVESTIMENTOS	APOIO A INICIATIVAS MUNICIPAIS	Dar assessoramento na escolha da área industrial e na elaboração de um Plano Diretor. Repassar recursos financeiros as prefeituras municipais para implantação de infra-estrutura básicas nas áreas industriais municipais.	Complementar	Financiamento e investimento	TODOS
	IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ESPAÇOS INDUSTRIAIS	Administrar, manter e realizar a implantação de infra-estrutura nos distritos industriais de propriedade do Estado, inclusive o pagamento de desapropriações, assim como a comercialização e regularização dos lotes. Promover a desapropriação do Complexo Industrial de Guaíba. Dar continuidade aos compromissos referentes as obras e serviços de infra-estrutura, necessária à conclusão do Complexo Industrial Automotivo de Gravataí.	Complementar	Financiamento e investimento	METALMECÂNICO AUTOPEÇAS
	CONCESSÃO DE INCENTIVOS MATERIAIS	Conceder projetos e/ou obras de infra-estrutura a empresas, previstos no Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial - PROEDI, viabilizando a implantação e/ou ampliação de empreendimentos.	Complementar	Financiamento e investimento	TODOS
	LOGÍSTICA NA COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS	Realizar estudos para o desenvolvimento de políticas de logística. Fomentar a instalação de plataformas multimodais. Apoiar a criação de uma Central Única de Informação Logística nos distritos industriais.	Complementar	Financiamento e investimento	TODOS
	INCUBADORAS EMPRESARIAIS	Promover e apoiar o empreendedorismo e o surgimento de micro e pequenas empresas, através de apoio técnico e financeiro aos municípios/ entidades para a implantação do Programa de Incubadoras Empresariais, assim como fiscalizar, prestar assistência técnica, realizar cursos de treinamento para gerentes de incubadoras, entre outros.	Complementar	Cooperação e governança Formação e capacitação Inovação e tecnologia	TODOS

Quadro II – Valores Orçados na SEDAI por Atividade Orçamentária

Atividade Orçamentária	Orçado (R\$)								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
IMPLANTAÇÃO DE COMPLEXOS INDUSTRIAIS AUTOMOTIVOS	400.000	200.000	200.000						
CONTRIBUIÇÃO AO FOMENTAR	10.000	10.000	10.000						
IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ESPAÇOS INDUSTRIAIS	1.708.500	2.457.490	1.029.713						
FOMENTO INDUSTRIAL	11.666.680	12.776.500	6.607.043						
PROGRAMA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SETORES ESTRATÉGICOS	4.680.395	3.041.600	1.773.885						
INCUBADORA INDUSTRIAL PARA O MUNICÍPIO DE CAMPO BOM		0	300.000						
APOIO A INICIATIVAS MUNICIPAIS	834.600	727.010	780.370						
IMPLANTAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO	511.130	3.684.000	4.094.800						
FUNDO PARA INVESTIMENTO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO RS (FITEC/RS)	10.000	10.000							
PROGRAMA DE EXTENSÃO EMPRESARIAL	8.763.800	11.793.700	17.633.353						
APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL					4.100.000		1.300.000		
APOIO A NEGÓCIOS INTERNACIONAIS	7.538.903	6.453.580	8.935.930						
APOIO AO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	2.928.190	4.798.405	4.879.211						
PROJETOS SETORIAIS - PÓLO NAVAL								100.000	401.102
PROJETOS SETORIAIS - FLORESTA INDÚSTRIA								400.000	800.000
INCUBADORAS EMPRESARIAIS				1.075.187	1.106.000	202.000	49.039		
EXTENSÃO EMPRESARIAL					2.011.000		1.160.800		
PROJETOS SETORIAIS					903.000		48.841	185.000	151.508
IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ESPAÇOS INDUSTRIAIS				616.005	929.825	1.114.393	1.159.147	1.947.115	

APOIO A INICIATIVAS MUNICIPAIS				501.200	202.645	101.000	50.475	340.992	
LOGÍSTICA NA COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS				201.000	81.600				
CONCESSÃO DE INCENTIVOS MATERIAIS				1.200.000	1.421.854				
CONSTITUIÇÃO DE CENTROS GESTORES DE INOVAÇÃO								400.000	
CRÉDITO ASSISTIDO					51.000				
REDES DE COOPERAÇÃO					1.411.980		2.133.844	1.182.744	2.787.420
CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL					515.000		297.151	161.000	
APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL)				1.320.050	805.000	709.667	399.570	869.000	1.002.939
MISSÕES INTERNACIONAIS								32.000	60.000
PROMOÇÃO COMERCIAL				3.260.000	2.120.000	676.900	671.745		
MICROCRÉDITO				1.600.000	1.002.500	273.500			
SOCIEDADE DE GARANTIA DE CRÉDITO					1.705.000	1.151.000	142.572		
APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL) - CP				197.363	590.000	673.985	70.000	900.000	100.000
MICROCRÉDITO - CP				517.079					
REDES DE COOPERAÇÃO - CP					3.313.942		1.940.000		88.027
PROJETOS SETORIAIS - CP					377.273	50.000	1.350.000		
INCUBADORAS EMPRESARIAIS - CP				1.120.000	0				
APOIO A INICIATIVAS MUNICIPAIS - CP				208.000	845.956				
EXTENSÃO EMPRESARIAL - CP					4.201.654		2.089.642	100.000	100.000
CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL - CP					359.486		246.000	96.000	120.000

Quadro III – Valores Realizados na SEDAI por Atividade Orçamentária

Atividade Orçamentária	Realizado (R\$)							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
IMPLANTAÇÃO DE COMPLEXOS INDUSTRIAIS AUTOMOTIVOS	89.030	200.000	125.030					
CONTRIBUIÇÃO AO FOMENTAR	0	10.000	0					
IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ESPAÇOS INDUSTRIAIS	410.700	238.256	526.048					
FOMENTO INDUSTRIAL	8.421.680	12.969.500	2.014.939					
PROGRAMA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SETORES ESTRATÉGICOS	2.798.048	840.826	374.271					
INCUBADORA INDUSTRIAL PARA O MUNICÍPIO DE CAMPO BOM		0	0					
APOIO A INICIA TIVAS MUNICIPAIS	99.866	303.976	39.221					
IMPLANTAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO	6.789	503.960	236					
FUNDO PARA INVESTIMENTO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO RS (FITEC/RS)	0	0						
PROGRAMA DE EXTENSÃO EMPRESARIAL	3.692.800	11.793.700	4.239.228					
APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL					0		0	
APOIO A NEGÓCIOS INTERNACIONAIS	3.934.047	2.066.438	1.646.612					
APOIO AO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	2.804.162	1.079.703	2.223.764					
PROJETOS SETORIAIS - PÓLO NAVAL								100.000
PROJETOS SETORIAIS - FLORESTA INDÚSTRIA								0
INCUBADORAS EMPRESARIAIS				1.371	220	2.357	334	
EXTENSÃO EMPRESARIAL					3.341		0	
PROJETOS SETORIAIS					51.797		468	100.946
IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ESPAÇOS INDUSTRIAIS				35.172	1.903.473	385.660	1.837	18.866

APOIO A INICIATIVAS MUNICIPAIS				883	303	303	229.080	55
LOGÍSTICA NA COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS				0	0			
CONCESSÃO DE INCENTIVOS MATERIAIS				0	0			
CONSTITUIÇÃO DE CENTROS GESTORES DE INOVAÇÃO								0
CRÉDITO ASSISTIDO					0			
REDES DE COOPERAÇÃO					153.679		1.426.678	450.571
CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL					170.579		0	
APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL)				256.920	380.696	1.664	145.478	413.142
MISSÕES INTERNACIONAIS								11.311
PROMOÇÃO COMERCIAL				1.137.316	769.111	383.613	350.096	
MICROCRÉDITO				338	315	28		
SOCIEDADE DE GARANTIA DE CRÉDITO					150.329	0	0	
APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL) - CP				0	426.415	56.000	0	570.000
MICROCRÉDITO - CP				0				
REDES DE COOPERAÇÃO - CP					3.063.011		0	
PROJETOS SETORIAIS - CP					326.060	0	25.000	
INCUBADORAS EMPRESARIAIS - CP				160.000	272.853			
APOIO A INICIATIVAS MUNICIPAIS - CP				208.000	532.461			
EXTENSÃO EMPRESARIAL - CP					3.409.953		0	0
CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL - CP					248.000		0	19.200

Quadro IV – Descrição das Atividades Orçamentárias da SCT

Programa Orçamentário	Atividade Orçamentária	Descrição	Classificações da Política		APL / APLs
			Tipo	Foco	
DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	APOIO AOS PROGRAMAS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA MATRIZ PRODUTIVA E SIST. LOCAIS PRODUÇÃO	Apoiar os programas de inovação tecnológica da matriz produtiva e os sistemas locais de produção, a partir do apoio aos pólos tecnológicos, com vistas a integrar o desenvolvimento científico e tecnológico a política de desenvolvimento econômico e social do estado, tendo a inovação como elemento estruturante da ação, visando o desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo, ecologicamente sustentável e regionalmente equilibrado, bem como a competitividade e a geração de emprego e renda. Capacitar e desenvolver o pequeno e médio produtor rural e urbano. Estimular o domínio, adequação, aquisição ou desenvolvimento de tecnologias de produto e/ou processo para o setor produtivo. Dar condições para o desenvolvimento tecnológico, adequação e difusão de tecnologias apropriadas de forma descentralizada no estado. Apoiar projetos tecnológicos voltados para a agricultura familiar.	Complementar	Inovação e tecnologia	TODOS
	APOIO AOS PROGRAMAS DE EXCELÊNCIA E ALTA TECNOLOGIA	Apoiar técnica e financeiramente projetos que visem o desenvolvimento científico e tecnológico ampliando a competitividade dos setores estratégicos, de excelência e alta tecnologia. Apoiar iniciativas em parceria com universidades, centros de pesquisa e em empresas, que visem a captação de recursos, difusão e aporte tecnológico para a indústria, criação de centros de excelência tecnológicos e científicos e centros de alta tecnologia.	Complementar	Cooperação e governança Financiamento e investimento Inovação e tecnologia	TODOS
APORTE TECNOLÓGICO AOS PROCESSOS PRODUTIVOS	PÓLOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	Apoiar financeiramente e suporte técnico a projetos que propiciem o aporte tecnológico para o desenvolvimento do pequeno produtor rural, produtos e processos inovadores, tecnologias limpas, preservação e recuperação do meio ambiente, pesca, aquicultura e melhoria dos processos produtivos regionais, priorizados pelos COREDES, através da consulta popular, ou para atendimento das diretrizes de governo em C&T.	Complementar	Cooperação e governança Inovação e tecnologia	TODOS
EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIAS AVANÇADAS	CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIAS AVANÇADAS DO RS (CETA-RS)	Promover a cooperação em pesquisa tecnológica entre a Sociedade Fraunhofer (FHG) da Alemanha e o Estado do RS. Essa cooperação conta com a participação das universidades e instituições de P&D dos dois países resultando em pesquisa e desenvolvimento aplicado às indústrias gaúchas.	Complementar	Cooperação e governança Inovação e tecnologia	TODOS
	CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA (CEITEC)	Apoiar a implantação do centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada - CEITEC, em parceria com a União e o Município de Porto Alegre.	Complementar	Cooperação e governança Inovação e tecnologia	Automação e Controle
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO APLICADOS À INDÚSTRIA E AGROPECUÁRIA E SERVIÇOS	APOIO AOS CENTROS TECNOLÓGICOS DE EXCELÊNCIA EM INOVAÇÃO	Incentivar a criação e apoiar os Centros Tecnológicos de Excelência em Inovação, composto por grupos de pesquisa e laboratórios de reconhecida produção focado em projetos inovadores e cooperativos voltados preferencialmente para as áreas estratégicas de Biotecnologia, Energia, Saúde, Tecnologia da Informação e Comunicação, e outros que estejam em consonância com o Plano Estratégico de Inovação Tecnológica.	Complementar	Cooperação e governança Inovação e tecnologia	Automação e Controle

Quadro V – Valores Orçados na SCT por Atividade Orçamentária

Atividade Orçamentária	Orçado (R\$)								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
APOIO AOS PROG. INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA MATRIZ PRODUTIVA E SLPs	2.348.150	2.601.974	2.442.672						
APOIO AOS PROG. EXCELÊNCIA E ALTA TECNOLOGIA	2.309.700	1.978.917	3.797.174						
PÓLOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA				548.000	418.600	58.909	1.200.000		
PÓLOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - CP				1.789.684	2.200.029	2.002.955	5.896.502	1.693.666	1.480.000
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIAS AVANÇADAS DO RS (CETA-RS)				800.000	320.000	399.939	400.000		
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA (CEITEC)				2.786.555	2.749.885	2.699.794	550.000		
APOIO AOS CENTROS TECNOLÓGICOS DE EXCELÊNCIA EM INOVAÇÃO								300.000	

Quadro VI – Valores Realizados na SCT por Atividade Orçamentária

Atividade Orçamentária	Realizado (R\$)							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
APOIO AOS PROG. INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA MATRIZ PRODUTIVA E SLPs	0	9.807	1.771.670					
APOIO AOS PROG. EXCELÊNCIA E ALTA TECNOLOGIA	ND	839.506	643.759					
PÓLOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA				0	0	0	0	
PÓLOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - CP				1.593.969	1.550.205	657.864	0	3.088.040
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIAS AVANÇADAS DO RS (CETA-RS)				100.000	0	209.934	0	
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA (CEITEC)				577.343	1.123.540	997.290	522.114	
APOIO AOS CENTROS TECNOLÓGICOS DE EXCELÊNCIA EM INOVAÇÃO								216.108

Quadro VII – Descrição das Atividades Orçamentárias da SAAPA

Programa Orçamentário	Atividade Orçamentária	Descrição	Classificações da Política		APL / APLs
			Tipo	Foco	
PROMOÇÃO AGRÍCOLA	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA OVINO CULTURA DO ESTADO - FUNDOVINOS	Fiscalizar a produção, industrialização e circulação da carne ovina, lã e seus derivados.	Complementar	Acesso a novos mercados	OVINO CULTURA
	PUBLICIDADE - DIVULGAÇÃO DA VITIVINICULTURA	Divulgar em nível nacional, as ações desenvolvidas na vitivinicultura do estado.	Complementar	Acesso a novos mercados	VITIVINICOLA
	INFRAESTRUTURA SOCIAL NO CAMPO	Dotar as comunidades rurais de infra-estrutura adequada, visando incrementar a produção e a produtividade agrícola e aumentar a qualidade de vida de agricultores familiares, agricultores em assentamentos de reforma agrária, pescadores artesanais e povos indígenas.	Complementar	Financiamento e investimento	APLs AGROPEC
	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL ATRAVÉS DA EMATER	Transferir recursos a EMATER, a fim de que esta promova ações de assistência técnica e extensão rural, visando o desenvolvimento rural sustentável no estado do RS, prioritariamente agricultores familiares, assentamentos de reforma agrária, pescadores artesanais, comunidades indígenas e jovens trabalhadores rurais.	Complementar	Cooperação e governança Formação e capacitação	APLs AGROPEC
	FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA AGRICULTURA	Elevar o nível de qualificação da mão-de-obra do RS, propiciando a melhoria da qualidade dos produtos, a elevação da produtividade das lavouras, criações e pescados, bem como a melhoria da renda e da qualidade de vida dos agricultores e pescadores artesanais, reestruturar o sistema oficial de profissionalização de agricultores e pescadores artesanais do RS, construir uma rede de centros de treinamento formada por equipe de instrutores qualificados.	Complementar	Formação e capacitação	APLs AGROPEC
	FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	Qualificar o corpo técnico e assistência técnica, bem como, formar e capacitar os trabalhadores rurais, agricultores familiares, povos indígenas e pescadores do estado do RS para propiciar a melhoria da qualidade dos produtos, a elevação da produtividade das lavouras e criações para melhorar a renda e qualidade de vida.	Complementar	Formação e capacitação	APLs AGROPEC
	FUNDO ESTADUAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PEQUENOS ESTABELECIMENTOS RURAIS (FEAPER)	Apoiar o desenvolvimento rural sustentável, através de financiamento e equalização dos beneficiários dos programas e projetos da SAA. Atuar como instrumento de alavancagem do desenvolvimento da pequena unidade familiar de forma peculiar, equalizando valores monetários para sustentar a equivalência produto, financiando os programas e projetos prioritários da SAA, como os seguintes aspectos: Desenvolvimento da citricultura; Irrigação e adubagem da pequena propriedade; Condomínios rurais; Expansão das patrulhas agrícolas; Aquisição, reforma de embracções, redes e equipamentos para os pescadores artesanais; Betrificação rural; Fruticultura; Telefonia rural; Piscicultura; Plasticultura; Conservação, recuperação e correção do solo, especialmente com a aplicação de calcário em microbacias hidrográficas; Saneamento básico; Desenvolvimento agro-agrícola familiar; Desenvolvimento da armazenagem e pequena propriedade rural; Desenvolvimento da armazenagem da produção dos pescadores artesanais; Desenvolvimento da armazenagem em câmaras frias da produção individual ou grupos de pescadores artesanais.	Complementar	Financiamento e investimento	APLs AGROPEC
APORTE TECNOLÓGICO AOS PROCESSOS PRODUTIVOS	SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS - FOMENTO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA ZOOTÉCNICA	Aumentar a produtividade animal, principalmente dos pequenos e médios produtores, através da ampliação da transferência de tecnologia adequada, do aumento da taxa de natalidade e de desfrute dos rebanhos. Desenvolver e propagar a inseminação artificial no estado, principalmente, a inseminação bovina, especialmente beneficiando os associados em cooperativas de pequenos e médios produtores de leite, tradicionais e integrais de reforma agrária. Treinar mão-de-obra. Acompanhar e fiscalizar feiras. Organizar exposições e realizar atividades de pesquisa, desenvolvendo-as para atender o mercado.	Complementar	Inovação e tecnologia	BOVINOCULTURA
DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA VITIVINICULTURA - FUNDOVITIS	Apoiar o fortalecimento do sistema agroindustrial vitivinícola do Rio Grande do Sul.	Complementar	Cooperação e governança Formação e capacitação	VITIVINICOLA
DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO RURAL	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA	Apoiar as atividades de pesquisa contratadas e por demanda.	Complementar	Inovação e tecnologia	APLs AGROPEC

DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	PROGRAMA DE APOIO A NOVOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	Apoiar ações voltadas para novos produtos agropecuários. O programa consiste no suporte as ações de grupos de produtores que busquem alternativas de negócios de produção agropecuária.	Complementar	Inovação e tecnologia	APLs AGROPEC
APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA	FINANCIAMENTO A AGROINDÚSTRIA	Possibilitar que o produtor rural agregue maior valor a sua produção, através do processo da transformação e comercialização de seus produtos.	Complementar	Formação e capacitação Financiamento e investimento	APLs AGROPEC
	FORTALECIMENTO DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL	Possibilitar aos agricultores agregar valor aos seus produtos, melhorar a renda e as condições gerais de vida das famílias e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico.	Complementar	Desenvolvimento econômico	APLs AGROPEC
	QUALIFICAÇÃO DE AGROEMPREENDEDORES	Desenvolver e capacitar agroempreendedores na área tecnológica.	Complementar	Formação e capacitação	APLs AGROPEC
	INCENTIVOS AS PEQUENAS AGROINDÚSTRIAS	Financiar estímulos a produção agroindustrial dos pequenos produtores e de agricultura familiar.	Complementar	Financiamento e investimento	APLs AGROPEC
CERTIFICAÇÃO E RASTREABILIDADE DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	SUSTENTAÇÃO DA OFERTA DE NOVILHO PRECOCE, COM VISTAS A AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL NO MERCADO DE CARNES	Viabilizar a oferta de novilho precoce, com o aprimoramento do processo tecnológico de produção por meio de treinamento, quanto às técnicas de abate e de produtos para a comercialização.	Complementar	Formação e capacitação	BOVINOCULTURA
	PROFISSIONALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA CADEIA PRODUTIVA PARA ATUAR NA MUDANÇA DO PROCESSO DE GESTÃO	Habilitar pessoal para as áreas de conhecimento que envolvem toda cadeia produtiva no processo de diversificação e diferenciação de cortes, modelos de embalagem, sanidade e qualidade dos produtos.	Complementar	Formação e capacitação	BOVINOCULTURA
PECUÁRIA FAMILIAR	TREINAMENTO E RECICLAGEM DE PRODUTORES	Viabilizar a adoção e multiplicação de técnicas de produção mais eficientes por meio de cursos e treinamentos de capacitação para melhoria de pastagens, manejo de rebanhos e integração lavoura / pecuária.	Complementar	Formação e capacitação	APLs AGROPEC
PROFISSIONALIZAÇÃO DE AGRICULTORES	CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS E AGRICULTORES	Capacitar técnicos e agricultores, por meio de cursos, nas regiões demandas pela consulta popular.	Complementar	Formação e capacitação	APLs AGROPEC
PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DO SISTEMA	FOMENTO A PRODUÇÃO PECUÁRIA	Fortalecer a agricultura familiar, através de ações de apoio na organização, estudo de viabilidade, dimensionamento, elaboração de projetos técnicos e econômicos, assistência técnica, treinamento de mão-de-obra, apoio na comercialização e marketing e incentivo ao agro-turismo.	Complementar	Formação e capacitação	BOVINOCULTURA OVINOCULTURA
PROGRAMA ESTADUAL DE FRUTICULTURA	ASSISTÊNCIA TÉCNICA / CAPACITAÇÃO	Realizar estudos de mercado que sirvam de base ao programa. Capacitar técnicos viveiristas e fruticultores para implantação, condução e adequação. Apoiar eventos técnicos e comerciais. Sistematizar informações das cadeias produtivas. Implementar a certificação de origem.	Complementar	Formação e capacitação	FRUTICULTURA
	IMPLANTAÇÃO DE POMARES	Acompanhar agricultores vocacionados com projetos de implantação de pomares elaborados sob orientação e acompanhamento técnico, atendendo as recomendações edafo-climáticas.	Complementar	Formação e capacitação	FRUTICULTURA
	RECUPERAÇÃO DE POMARES	Aumentar a produtividade dos pomares e qualidade dos frutos para auto-suficiência do Estado.	Complementar	Formação e capacitação	FRUTICULTURA
	READEQUAÇÃO DE VIVEIROS	Aumentar a qualidade das mudas frutíferas e certifiá-las progressivamente e viabilizar a permanência dos viveiristas na atividade.	Complementar	Formação e capacitação	FRUTICULTURA FLORESTAMENTO
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Promover o desenvolvimento e ajuste estrutural de regiões com atrasos em desenvolvimento econômico. Recuperar as regiões com perda de dinamismo econômico. Desenvolver e buscar o ajuste estrutural em regiões com baixa densidade demográfica e combater a pobreza.	Complementar	Desenvolvimento econômico	APLs AGROPEC
INCENTIVOS A OPORTUNIDADES ECONÔMICAS PARA O SETOR PRIMÁRIO	CADASTRAMENTO DE PRODUTORES DE OVINOS INTERESSADOS EM ADERIR AO PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DOS REBANHOS CADASTRADOS	Cadastrar os produtores de ovinos interessados em aderir ao programa de acompanhamento da evolução dos rebanhos cadastrados.	Complementar	Cooperação e governança Formação e capacitação	OVINOCULTURA
	RS DESIGUALDADES - RURAL	Promover o Desenvolvimento Rural com enfoques nas cadeias produtivas.	Complementar	Desenvolvimento econômico	APLs AGROPEC
SEGURANÇA ALIMENTAR NA PRODUÇÃO, NO ARMAZENAMENTO E NO ABASTECIMENTO	FOMENTO À CERTIFICAÇÃO E A RASTREABILIDADE	Fomentar as principais cadeias produtivas, através da identificação de suas demandas.	Complementar	Formação e capacitação	APLs AGROPEC

PISCICULTURA E PESCA	PISCICULTURA REGIONAL	Despertar o potencial de água doce do Estado para a criação de peixes, tornando a piscicultura uma atividade econômica.	Complementar	Desenvolvimento econômico	PISCICULTURA
PROGRAMA ESTADUAL DE FRUTICULTURA	FRUTICULTURA NA REGIÃO SUL - IMPLANTAÇÃO DE POMARES	Acompanhar agricultores vocacionados com projetos de implantação de pomares na Região Sul.	Complementar	Formação e capacitação	FRUTICULTURA
	FRUTICULTURA NA REGIÃO SUL - RECUPERAÇÃO DE POMARES	Aumentar a produtividade dos pomares e qualidade dos frutos na Região Sul.	Complementar	Formação e capacitação	FRUTICULTURA
	FRUTICULTURA NA REGIÃO SUL - ASSISTÊNCIA TÉCNICA /	Realizar estudos de mercado que sirvam de base ao programa. Capacitar técnicos viveiristas e fruticultores da Região Sul.	Complementar	Formação e capacitação Acesso a novos mercados	FRUTICULTURA
	READEQUAÇÃO DE VIVEIROS	Aumentar a qualidade das mudas frutíferas e certificá-las progressivamente e viabilizar a permanência dos viveiristas na atividade.	Complementar	Formação e capacitação	FRUTICULTURA
	IMPLANTAÇÃO DE POMARES	Acompanhar agricultores vocacionados com projetos de implantação de pomares elaborados sob orientação e acompanhamento técnico, atendendo as recomendações edafo-climáticas.	Complementar	Formação e capacitação Inovação e tecnologia	FRUTICULTURA
	RECUPERAÇÃO DE POMARES	Aumentar a produtividade dos pomares e qualidade dos frutos para auto-suficiência do Estado.	Complementar	Acesso a novos mercados	FRUTICULTURA
	ASSISTÊNCIA TÉCNICA / CAPACITAÇÃO	Realizar estudos de mercado que sirvam de base ao programa. Capacitar técnicos viveiristas e fruticultores para implantação. Implantar a certificação de origem.	Complementar	Formação e capacitação Acesso a novos mercados	FRUTICULTURA
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DO VINHO GAÚCHO	Implementar campanha institucional de qualificação e conscientização da qualidade do vinho gaúcho.	Complementar	Acesso a novos mercados	VITIVINICOLA
	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	Transferir recursos a EMATER/RS a fim de que esta promova ações de assistência técnica e extensão rural, visando o desenvolvimento sustentável no Estado do Rio Grande do Sul. Prioritariamente aos agricultores familiares, assentamentos de reforma agrária, pescadores artesanais, comunidades indígenas, quilombolas e jovens agricultores rurais.	Complementar	Cooperação e governança Formação e capacitação Acesso a novos mercados	APLS AGROPEC
PROGRAMA ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR LÁCTEO DO RIO GRANDE DO SUL (PRODELACT)	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS LÁCTEOS	Desenvolver ações educativas para a incorporação do Leite e derivados na dieta de alunos da Rede Pública.	Complementar	Formação e capacitação Acesso a novos mercados	LEITE
	IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS PRODUTIVAS PARA O SETOR	Implantar áreas adequadas para produção de produtos do setor lácteos.	Complementar	Financiamento e investimento	LEITE
DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO GAÚCHO	ARRANJO PRODUTIVO PARA CULTURAS LIGADAS A BIOENERGIA	Promover, articular e fomentar ações que resultem no aumento da oferta de matéria-prima destinada a produção de bioenergia.	Complementar	Financiamento e investimento	BIOENERGIA
	ARRANJO PRODUTIVO PARA LEITE	Apoiar o produtor de produtos lácteos, através do financiamento de equipamentos para produção e armazenagem de leite.	Complementar	Financiamento e investimento	LEITE
	APOIO A SETORES ESTRATÉGICOS	Promover e articular ações em setores estratégicos, visando o fomento de novas culturas na área da bioenergia, bem como apoiar o desenvolvimento de produtos lácteos, entre outros.	Complementar	Financiamento e investimento	BIOENERGIA
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	APOIO A PISCICULTURA	Apoiar a piscicultura através da construção de açúdes e/ou capacitação e assistência técnica.	Complementar	Formação e capacitação Financiamento e investimento	PISCICULTURA
	MECANIZAÇÃO ASSOCIATIVA RURAL	Desenvolver atividades que permitam o aumento da produtividade e redução de custos, projetando agregar valor ao produto.	Complementar	Formação e capacitação	APLS AGROPEC
	CONTRATAÇÃO DE SEGURO AGRÍCOLA PARA UVA	Subsidiar parte do prêmio do seguro pago por agricultores que façam operações de seguro agrícola com seguradoras públicas ou privadas que ofereçam produtos de seguro para a vitivinicultura em conformidade com o projeto.	Complementar		VITIVINICOLA
	FINANCIAMENTO A AGROINDÚSTRIAS	Auxiliar na organização comercial de produtores rurais por meio de financiamentos específicos.	Complementar	Formação e capacitação	APLS AGROPEC

Quadro VIII – Valores Orçados na SAAPA por Atividade Orçamentária

Atividade Orçamentária	Orçado (R\$)								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
RS DESIGUALDADES RURAL								500.000	
INFRAESTRUTURA SOCIAL NO CAMPO								515.704	
QUALIFICAÇÃO DE AGROEMPREENDEDORES RUMOS / RF	6.000								
INCENTIVOS AS PEQUENAS AGROINDÚSTRIAS RUMOS / RF			100						
FORTALECIMENTO DE VIVEIROS RUMOS / RF		1.000							
RS DESIGUALDADES - FEAPER		700.000							
MECANIZAÇÃO ASSOCIATIVA RURAL			150.000						
APOIO A SETORES ESTRATÉGICOS									51.000
FOMENTO À CERTIFICAÇÃO E À RASTREABILIDADE									2.389.671
APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL									15.000
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DO VINHO GAÚCHO				150.000					
FRUTICULTURA							625.100		
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL ATRAVÉS DA EMATER					100.000				
SISTEMAS AGROINDUSTRIAS, FOMENTO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA ZOOTÉCNICA				1.850.000	200.000	100.000			
FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA AGRICULTURA					900.000				
APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS LÁCTEOS				300.000					
FOMENTO A PRODUÇÃO PECUÁRIA				150.000					
PROFISSIONALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA CADEIA PRODUTIVA PARA ATUAR NA MUDANÇA DO PROCESSO DE GESTÃO						70.723	1.550.153		
SUSTENTAÇÃO DA OFERTA DE NOVILHO PRECOCE, COM VISTAS A AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DO RS NO MERCADO DE CARNES				500.000		1.060.651			
TREINAMENTO E RECICLAGEM DE PRODUTORES				3.839.121					
ASSISTÊNCIA TÉCNICA / CAPACITAÇÃO					376.009		1.055.300		
FINANCIAMENTO A AGROINDÚSTRIA						140.723	50.000		
CONTRATAÇÃO DE SEGURO AGRÍCOLA PARA UVA							25.000		
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	5.309.476	5.297.703				366.282		83.930.000	
CADASTRAMENTO DE PRODUTORES E ACOMPANHAMENTO DE REBANHO									205.700
IMPLANTAÇÃO DE POMARES		2.735.840					1.680.000		525.000
RECUPERAÇÃO DE POMARES				401.017			1.000.000		
READEQUAÇÃO DE VIVEIRO				338.518	3.000.000			530.000	

FRUTICULTURA NA REGIÃO SUL - IMPLANTAÇÃO DE POMARES		55.600							
FRUTICULTURA NA REGIÃO SUL - RECUPERAÇÃO DE POMARES	176.000								
FRUTICULTURA NA REGIÃO SUL - ASSISTÊNCIA TÉCNICA / CAPACITAÇÃO			110.000						
FORTALECIMENTO DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL		583852							
IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS PRODUTIVAS PARA O SETOR LÁCTEO - CP					320.000		5.250.000		
CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS - CP					1.555.000	230.000			
READEQUAÇÃO DE VIVEIROS				220.000	24.223				
IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS PRODUTIVAS PARA SETOR LÁCTEO - CP									
APOIO À PISCICULTURA - CP							100.475.800		
IMPLANTAÇÃO DE POMARES - CP				451.017		50.000	244.750	83.930.000	
RECUPERAÇÃO DE POMARES - CP					2.364.600				
FINANCIAMENTO A AGROINDÚSTRIAS - CP				163.844	1.040.000				
PISCICULTURA REGIONAL - CP						1.200.000	200.000		
ASSISTÊNCIA TÉCNICA / CAPACITAÇÃO - CP					4.226.200				
CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS E AGRICULTORES - CP					6.300.000				
FORTALECIMENTO DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL - CP							760.000		
MELHORIA DA ALIMENTAÇÃO DO REBANHO DE OVINOS POR AÇÕES DE MANEJO E MELHORIA DE PASTAGEM						580.000			
ARRANJO PRODUTIVO PARA CULTURAS LIGADAS À BIOENERGIA - CP					2.061.303		790.000	0	
ARRANJO PRODUTIVO PARA LEITE - CP					78.590		1.646.490	515.704	
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA VITIVINICULTURA (FUNDOVITIS)					2.127.581		402.500		
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA	2.136.400	3.419.827	3.205.000						
PROGRAMA DE APOIO A NOVOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	6.607.446	3.544.175	5.465.810						
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA OVINO CULTURA DO ESTADO (FUNDOVINOS)		7.252.441					128.000		
APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CP									300.000
FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL									1.200.000
PUBLICIDADE DIVULGAÇÃO DA VITIVINICULTURA									85.620.000
FUNDO ESTADUAL DE APOIO AO DESENV. DE PEQUENOS ESTABELECIMENTOS RURAIS (FEAPER)									48.627
CADASTRAMENTO DE PRODUTORES DE OVINOS INTERESSADOS EM ADERIR AO PROG. ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DOS REBANHOS CADASTRADOS			4.682.553	600.000					

Quadro IX – Valores Realizados na SAAPA por Atividade Orçamentária

Atividade Orçamentária	Realizado (R\$)								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
RS DESIGUALDADES RURAL									
INFRAESTRUTURA SOCIAL NO CAMPO									
QUALIFICAÇÃO DE AGROEMPREENDEDORES RUMOS / RF	6.000								
INCENTIVOS AS PEQUENAS AGROINDÚSTRIAS RUMOS / RF			100						
FORTELECIMENTO DE VIVEIROS RUMOS / RF		1.000							
RS DESIGUALDADES - FEAPER		700.000							
MECANIZAÇÃO ASSOCIATIVA RURAL			185.000					0	
APOIO A SETORES ESTRATÉGICOS								304.969	
FOMENTO À CERTIFICAÇÃO E A RASTREABILIDADE								364.087	
APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL									
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DO VINHO GAÚCHO				0					
FRUTICULTURA							0		
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL ATRAVÉS DA EMATER					0				
SISTEMAS AGROINDUSTRIAS, FOMENTO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA ZOOTÉCNICA				160.246	0	3.459			
FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA AGRICULTURA					0				
APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS LÁCTEOS				0					
FOMENTO A PRODUÇÃO PECUÁRIA				40.917					
PROFISSIONALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA CADEIA PRODUTIVA PARA ATUAR NA MUDANÇA DO PROCESSO DE GESTÃO						0	1.180.769		
SUSTENTAÇÃO DA OFERTA DE NOVILHO PRECOCE, COM VISTAS A AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DO RS NO MERCADO DE CARNES				0		528.000			
TREINAMENTO E RECICLAGEM DE PRODUTORES				3.216.328					
ASSISTÊNCIA TÉCNICA / CAPACITAÇÃO					261.009		444.300		
FINANCIAMENTO A AGROINDÚSTRIA						0	0	555.800	
CONTRATAÇÃO DE SEGURO AGRÍCOLA PARA UVA							0	0	
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	5.309.476	6.065.864				24.014		84.000.000	
CADASTRAMENTO DE PRODUTORES E ACOMPANHAMENTO DE REBANHO									
IMPLANTAÇÃO DE POMARES		2.735.840					0		
RECUPERAÇÃO DE POMARES				0			0		
READEQUAÇÃO DE VIVERO									

FRUTICULTURA NA REGIÃO SUL - IMPLANTAÇÃO DE POMARES		72.921.970						
FRUTICULTURA NA REGIÃO SUL - RECUPERAÇÃO DE POMARES	176.000							
FRUTICULTURA NA REGIÃO SUL - ASSISTÊNCIA TÉCNICA / CAPACITAÇÃO			110.000					
FORTALECIMENTO DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL		605.852					0	0
IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS PRODUTIVAS PARA O SETOR LÁCTEO - CP					0			
CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS - CP					59.325	0		
READEQUAÇÃO DE VIVEIROS				190.042	0			
APOIO À PISCICULTURA - CP							89.849.792	
IMPLANTAÇÃO DE POMARES - CP				0		0	0	262.800
RECUPERAÇÃO DE POMARES - CP					0			
FINANCIAMENTO A AGROINDÚSTRIAS - CP				0	0			
PISCICULTURA REGIONAL - CP						0	0	
ASSISTÊNCIA TÉCNICA / CAPACITAÇÃO - CP					0			
CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS E AGRICULTORES - CP					3.450.220			
FORTALECIMENTO DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL - CP							0	
MELHORIA DA ALIMENTAÇÃO DO REBANHO DE OVINOS POR AÇÕES DE MANEJO E MELHORIA DE PASTAGEM						0		
ARRANJO PRODUTIVO PARA CULTURAS LIGADAS À BIOENERGIA - CP					1.601.685		650.000	493.600
ARRANJO PRODUTIVO PARA LEITE - CP					0		864.690	515.704
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA VITIVINICULTURA (FUNDOVITIS)					827.833		140.000	
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA	2.136.400	3.419.827	3.537.662					
PROGRAMA DE APOIO A NOVOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	4.750.446	5.600.000	1.458.034					
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA OVINOcultura DO ESTADO (FUNDOVINOS)		15.066.296					0	
APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CP								
FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL								
PUBLICIDADE DIVULGAÇÃO DA VITIVINICULTURA								248.119
FUNDO ESTADUAL DE APOIO AO DESENV. DE PEQUENOS ESTABELECIMENTOS RURAIS (FEAPER)								
CADASTRAMENTO DE PRODUTORES DE OVINOS INTERESSADOS EM ADERIR AO PROG. ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DOS REBANHOS CADASTRADOS			2.674.262	0				

Apêndice D
Convênios SEDAI 2001 a 2009

Quadro X – Detalhamento dos Convênios Firmados pela SEDAI entre 2001 e 2009

Ano	Conveniente / Partícipes	Objeto	Objetivos	Recursos	APL	Foco
2001	FAPEG CAFH UFFel	Organizar e viabilizar o SLP Conservas da Região Sul por meio da implementação e implantação do CGI, que atuará na produção e difusão da inovação em produto, processo, gestão e comercialização, visando otimizar a eficácia da infraestrutura técnica, tecnológica e de suporte ao segmento.	(1) Contribuir para a modernização industrial do RS, por meio da introdução de inovações técnicas e tecnológicas voltadas aos produtores rurais e às empresas do setor de conservas do Estado, dando ênfase à utilização da infraestrutura laboratorial instalada na região; (2) Fortalecer ou construir o processo interativo entre os agentes locais, de modo a possibilitar o aproveitamento das vantagens competitivas geradas pela existência de um SLP; e (3) Capacitar as empresas para o aprendizado tecnológico e organizacional, através do aproveitamento das sinergias geradas pela existência de um SLP.	R\$ 400.000,00	Doces e Conservas	Cooperação e governança Formação e capacitação Acesso a novos mercados Financiamento e investimento Inovação e tecnologia
2001	UNIJUI UPF UNICRUZ URI	Organizar e viabilizar o SLP de Máquinas e Implementos Agrícolas por meio da implementação e implantação do CGI, que atuará na produção e difusão da inovação em produto, processo, gestão e comercialização, visando otimizar a eficácia da infraestrutura técnica, tecnológica e de suporte ao segmento no Estado do RS.	(1) Contribuir para a modernização industrial do RS, por meio da introdução de inovações técnicas e tecnológicas voltadas às empresas do setor de máquinas e implementos agrícolas do Estado, dando ênfase à utilização da infraestrutura laboratorial instalada nas regiões Alto Jacuí, Fronteira Noroeste, Missões, Noroeste Colonial e Produção; (2) Fortalecer o processo interativo entre os agentes locais, de modo a possibilitar o aproveitamento das vantagens competitivas geradas pela existência de um SLP; e (3) Capacitar as empresas para o aprendizado tecnológico e organizacional, através do aproveitamento das sinergias geradas pela existência de um SLP.	R\$ 375.000,00	MIA Pré-Colheita, Colheita e Pós-Colheita	Cooperação e governança Formação e capacitação Acesso a novos mercados Financiamento e investimento Inovação e tecnologia
2001	MOVERGS SINDIMÓVEIS UCS SENAI	Organizar e viabilizar o SLP Moveleiro por meio da implementação e implantação do CGI - SLP Moveleiro, que atuará na produção e difusão da inovação em produto, processo, gestão e comercialização, visando otimizar a eficácia da infraestrutura técnica, tecnológica e de suporte ao segmento no Estado do RS.	(1) Contribuir para a modernização industrial do RS, por meio da introdução de inovações no âmbito do design voltadas às empresas do setor moveleiro do Estado, dando ênfase à utilização da infraestrutura laboratorial instalada na região; (2) Fortalecer o processo interativo entre os agentes locais, de modo a possibilitar o aproveitamento das vantagens competitivas geradas pela existência de um SLP; e (3) Capacitar as empresas para o aprendizado tecnológico e organizacional, através do aproveitamento das sinergias geradas pela existência de integração entre os partícipes do convênio e um SLP.	R\$ 605.000,00	Moveleiro Serra, Hortênsias e Central	Cooperação e governança Formação e capacitação Acesso a novos mercados Financiamento e investimento Inovação e tecnologia
2001	SIMECS SIMPLAS UCS SENAI	Organizar e viabilizar o SLP de Autopeças por meio da implementação e implantação do CGI - SLP Autopeças, que atuará na produção e difusão da inovação em produto, processo, gestão e comercialização, visando otimizar a eficácia da infraestrutura técnica, tecnológica e de suporte ao segmento.	(1) Contribuir para a modernização industrial do RS, por meio da introdução de inovações técnicas e tecnológicas voltadas às empresas do setor de autopeças do Estado, dando ênfase à utilização da infraestrutura laboratorial instalada na região; (2) Fortalecer o processo interativo entre os agentes locais, de modo a possibilitar o aproveitamento das vantagens competitivas geradas pela existência de um SLP; e (3) Capacitar as empresas para o aprendizado tecnológico e organizacional, através do aproveitamento das sinergias geradas pela existência de integração entre os partícipes do convênio e um SPL.	R\$ 400.000,00	Metalmeccânico Autopeças	Cooperação e governança Formação e capacitação Acesso a novos mercados Financiamento e investimento Inovação e tecnologia

2001	FEEVALE	Viabilizar a implementação do projeto Inovação em Design, por meio da implantação, instalação e manutenção do Centro Integrado de Inovação em Design - CIID Coureiro-Calçadista, visando promover a melhoria da competência produtiva sistêmica das micro, pequenas e médias empresas do setor.	(1) Contribuir com a modernização industrial do RS, por meio da introdução de inovações, no campo do design, voltadas às micro, pequenas e médias empresas do setor coureiro-calçadista do Estado; (2) Contribuir para a criação de um estilo próprio para os calçados produzidos no Estado do RS; (3) Permitir às micro, pequenas e médias empresas do setor coureiro-calçadista o acesso às informações de caráter mundial, facilitando, dessa forma, o acesso ao mercado internacional; (4) Sensibilizar os empresários e trabalhadores para a importância do Design na agregação de valor aos produtos da cadeia coureiro-calçadista; e (5) Promover a capacitação em design (gestão e técnica) de empresários e trabalhadores do setor coureiro-calçadista, bem como, de estudantes da área de design, de forma a contribuir para a sua profissionalização.	R\$ 293.000,00	Coureiro-Calçadista	Cooperação e governança Formação e capacitação Acesso a novos mercados Financiamento e investimento Inovação e tecnologia
2004	UNIVATES	Implementação do APL Gemas e Jóias do RS, por meio da elaboração e implantação do Projeto de Acompanhamento do Programa em Rede do APL de Gemas e Jóias do RS.	(1) Criação de um conjunto de indicadores para análise e acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos junto aos produtores envolvidos no projeto e indicadores do desenvolvimento conjugado do arranjo produtivo; e (2) Realização da avaliação permanente das atividades de implantação do Programa em Rede do arranjo produtivo de Gemas e Jóias do RS.	R\$ 100.000,00	Gemas e Jóias	Cooperação e governança
2005	FEEVALE	Possibilitar o acesso de micro, pequenas e médias empresas do segmento coureiro-calçadista ao processo de design, visando a melhoria da sua posição competitiva, através da ação integrada dos programas: APL Coureiro-Calçadista, Capacitação Empresarial, Extensão Empresarial, Redes de Cooperação, Trade One com o Centro de Design FEEVALE. Este projeto tem por finalidade fortalecer as atividades desenvolvidas pela Rede de Calçados e Artefatos Ensemble, criada através do Programa Redes de Cooperação, disponibilizado pela SEDAI e executado pela FEEVALE, de modo que a participação das empresas selecionadas nas etapas finais fica condicionada a sua adesão à referida rede.	(1) Contribuir para a modernização industrial do RS, por meio da introdução de inovações no campo do design, voltadas às micro, pequenas e médias empresas do setor coureiro-calçadista do Estado; (2) Contribuir para a criação e inserção de calçados e artefatos com design próprio produzidos por fabricantes do Estado do RS; (3) Potencializar as ações desenvolvidas para as micro e pequenas empresas do setor coureiro-calçadista através da ação integrada de programas que trabalham o APL coureiro-calçadista; (4) Sensibilizar os empresários e trabalhadores para a importância do design na agregação de valor aos produtos da cadeia coureiro-calçadista; e (5) Promover a capacitação em design (gestão e técnica) de empresários e trabalhadores do setor coureiro-calçadista, bem como, de estudantes da área de design, de forma a contribuir para a sua profissionalização.	R\$ 88.000,00	Coureiro-Calçadista	Formação e capacitação Inovação e tecnologia

2005	UNIFRA	Potencialização do APL Gemas e Jóias do RS, através de projeto piloto na Fronteira-Oeste (Quaraí), por meio da promoção de atividades que motivem e possibilitem o desenvolvimento de objetos que utilizem pedras e materiais regionais, em criações populares, resguardando e preservando a identidade local e a individualidade das pessoas que as produzem.	(1) Verificar as necessidades e expectativas das empresas em relação à produção de objetos e mercados que utiliza pedras; (2) Realizar levantamento de possíveis artesãos e pequenas empresas que poderão produzir objetos que utilizam pedra e outros materiais da região; (3) Organizar equipes de profissionais da UNIFRA para assessorar, orientar e desenvolver produtos com pessoas da comunidade; (4) Ministrar palestras e cursos que promovam a sensibilização, o conhecimento e a capacitação na área do desenvolvimento de produtos, bem como exposições; (5) Desenvolver e executar projetos de produto utilizando a pedra e materiais desta região, com estudantes do curso de design da UNIFRA; e (6) Publicar, divulgar e expor os resultados dos trabalhos desenvolvidos.	R\$ 26.905,00	Gemas e Jóias	Formação e capacitação Inovação e tecnologia
2005	COLÉGIO EVANGÉLICO DE PANAMBI	Capacitação e qualificação do APL Máquinas e Implementos Agrícolas por meio da inovação tecnológica e melhorias de processos no APL Metalmeccânico Pós-Colheita.	(1) Articular o conjunto dos agentes com vistas à identificação e ao encaminhamento de demandas do APL Máquinas e Implementos Agrícolas; (2) Apoiar a inovação tecnológica, através da implementação de projetos; e (3) Apoiar a implementação de melhorias em processos.	R\$ 50.000,00	MIA Pós-Colheita	Formação e capacitação Inovação e tecnologia
2005	FITEMASUL	Elaboração de projetos do Centro Gestor de Inovação, de criação de identidade cultural e visual, e implementação de site, com vistas ao desenvolvimento do Pólo de Moda da Serra Gaúcha.	(1) Implementar ações necessárias à capacitação e qualificação das empresas que integram o Pólo de Moda da Serra Gaúcha; (2) Implementar Centro Gestor de Inovação do Pólo de Moda da Serra Gaúcha; e (3) Buscar a identidade cultural e visual do Pólo de Moda da Serra Gaúcha.	R\$ 50.000,00	Têxtil e Confecções Serra	Cooperação e governança Formação e capacitação
2005	UFRGS	Potencialização do APL Gemas e Jóias do RS, através da determinação do controle geológico e avaliação do potencial mineral das ocorrências de ametista nos municípios de Santana do Livramento e Barra do Quaraí e da cubagem de reserva e exploração experimental de ágata e/ou ametista no município de Quaraí.	Implementação de ações que potencializem o APL Gemas e Jóias. Potencialização do APL Gemas e Jóias do RS, através da determinação do controle geológico e avaliação do potencial mineral das ocorrências de ametista nos municípios de Santana do Livramento e Barra do Quaraí e da cubagem de reserva e exploração experimental de ágata e/ou ametista no município de Quaraí.	R\$ 376.200,00	Gemas e Jóias	Cooperação e governança Formação e capacitação
2005	SENAI PM SANTIAGO	Capacitação e qualificação das empresas do APL Moveleiro Região Central, visando ao aumento da competitividade das empresas que compõem o APL. Realizar capacitação e assessoria tecnológica a empresas do APL Moveleiro Região Central.	(1) Realizar assessoria técnica e tecnológica em processos de fabricação, organização da produção, organização dos custos de produção e pintura e acabamento de móveis; e (2) Realizar a capacitação, através de cursos básicos de marceneiro, montagem de móveis, aproveitamento de chapas, vendas, capacitação gerencial.	R\$ 90.000,00	Moveleiro Central	Formação e capacitação

2005	UCS	Capacitação de vitivinicultores e o desenvolvimento e a implantação de projeto de comunicação para a rede de cooperação de vinícolas, integrantes do APL Vitivinícola Região Serra.	(1) Capacitar e qualificar os produtores vitivinícolas da Região Serra para a adoção de novas tecnologias, que visam contribuir para a melhoria do sistema produtivo das uvas e da elaboração de vinhos e de sucos; e (2) Divulgar a marca e os produtos desenvolvidos pelos produtores vitivinícolas da Região Serra com vistas ao fortalecimento nas vendas e a busca de outros mercados.	R\$ 65.460,00	Vitivinicultura Serra	Formação e capacitação Acesso a novos mercados
2005	IBRAVIN	Implementação de ações para a elaboração do Estudo do Mercado Consumidor Brasileiro do Vinho, Uvas e Derivados.	(1) Determinar as oportunidades de expansão do setor; (2) Determinar que tipos de vinhos devem ser produzidos e que tipos de cultivares (varietais) devem ser plantados de forma a atender as tendências do mercado; (3) Determinar qual a estrutura logística e as formas de distribuição e comercialização que devem ser configuradas de forma a sustentar as estratégias competitivas do setor; e (4) Definir quais os volumes de investimentos necessários em curto, médio e longo prazo.	R\$ 150.000,00	Vitivinicultura Serra	Acesso a novos mercados
2007	PM CAXIAS DO SUL UCS AUTOTRÔNICA SIMECS SEBRAE SENAI	Implementação do Programa de Desenvolvimento do Setor Metalmeccânico e Automotivo	Implementação do Programa de Desenvolvimento do Setor Metalmeccânico e Automotivo, visando otimizar a eficácia da infraestrutura técnica, tecnológica, produtiva, e de suporte ao setor, e estabelecer e aprofundar relações de cooperação entre os agentes para estimular, incentivar e fortalecer o APL.	R\$ 25.000,00	Metalmeccânico Autopeças	Cooperação e governança
2007	FITEMASUL	Desenvolvimento do Pólo de Moda da Serra Gaúcha. Elaboração de projeto de Produção Mais Limpa. Implementar capacitação em Produção Mais Limpa para empresas do setor têxtil que compõem o Pólo de Moda da Serra Gaúcha.	(1) Elaboração de projeto de Produção Mais Limpa; (2) Implementar capacitação em Produção Mais Limpa para empresas do setor têxtil que compõem o Pólo de Moda da Serra Gaúcha; e (3) Capacitar 20 empresas em P+L. Realizar diagnóstico nas empresas. Implantação das melhorias em P+L.	R\$ 25.000,00	Têxtil e Confeções Serra	Formação e capacitação
2007	COLÉGIO EVANGÉLICO DE PANAMBI	Implementação de ações para o desenvolvimento do APL Metalmeccânico Pós-Colheita.	(1) Capacitação e qualificação do APL Máquinas e Implementos Agrícolas por meio da inovação tecnológica e melhorias em produtos e processos no APL Metalmeccânico Pós-Colheita; e (2) Qualificar a cadeia produtiva em seus diversos segmentos com vistas ao aumento da competitividade das empresas que compõem o APL.	R\$ 24.000,00	MIA Pós-Colheita	Formação e capacitação Inovação e tecnologia

2008	MOVERGS	Capacitação e qualificação da alta gerência da cadeia produtiva moveleira em seus diversos segmentos, por meio da realização do projeto Capacitação Empresarial Moveleira - Gestão Estratégica na Prática, visando ao aumento da competitividade das empresas que compõem o APL Moveleiro - Região Serra.	(1) Preparar os empresários do setor moveleiro para serem competitivos; (2) Utilizar como base os gargalos identificados nos diagnósticos já realizados; e (3) Integrar os micro, pequenos e médios empresários.	R\$ 120.350,00	Moveleiro Serra	Formação e capacitação
2008	PM SÃO MARTINHO DA SERRA	Implementação de ações para a capacitação e qualificação do APL Gemas e Jóias.	(1) Dinamização da base produtiva local e regional com a ampliação das possibilidades de acessos aos serviços básicos, visando promover a inserção econômica e social de populações residentes em áreas deprimidas - Mesorregião Metade Sul do Estado; (2) Organização produtiva da Associação Regional dos Municípios das Águas da Serra desenvolvido a partir do Projeto de Lapidação e Artesanato Mineral do APL da Região Central do Estado; e (3) Implantação do PRODUIR.	R\$ 170.000,00	Gemas e Jóias	Formação e capacitação
2008	ADESUL	Implementação de ações para capacitação e qualificação do APL Ovinocultura de Corte.	(1) Implantação de APL de Ovinocultura de Corte nos municípios integrantes do COREDE Fronteira-Oeste do Estado do RS, visando contribuir para o seu desenvolvimento; e (2) Contribuir para o desenvolvimento regional da Fronteira-Oeste do Estado do RS, através da viabilização de um APL de Ovinocultura de Corte, visando gerar trabalho e renda nos municípios da região e resgatar sua vocação.	R\$ 400.000,00	Ovinocultura de Corte	Cooperação e governança Formação e capacitação
2008	ASSOC. PÓLO DE MODA DA SERRA GAÚCHA	Projeto de registro de marca coletiva e direito autoral para o Pólo de Moda da Serra Gaúcha.	Desenvolvimento do projeto de registro de marca coletiva e direito autoral para o Pólo de Moda da Serra Gaúcha.	R\$ 6.765,20	Têxtil e Confeções Serra	Acesso a novos mercados
2008	ACITEC	Elaboração e implementação de plano estratégico de fomento à agricultura e à estruturação de sistema nacional de armazenagem de grãos para o APL Máquinas e Implementos Agrícolas - Metalmeccânico Pré-Colheita, Colheita e Pós-Colheita.	(1) Pesquisa de mercado e plano estratégico de fomento à agricultura e à estruturação nacional de armazenagem de grãos; e (2) Levantamento de informações disponíveis e tabulação dos dados. Pesquisa de informações complementares. Elaboração de plano estratégico de armazenagem.	R\$ 60.000,00	MIA Pós-Colheita	Formação e capacitação Acesso a novos mercados
2008	IEL RS	Capacitação comercial para os APLs Confeções / Pólo de Moda e Metalmeccânico / Automotivo.	(1) Realizar capacitações conforme identificado no diagnóstico do potencial exportador das empresas do APL Automotivo da Serra Gaúcha; e (2) Realizar capacitações conforme identificado no diagnóstico da análise da demanda das empresas do APL Confeções da Serra Gaúcha.	R\$ 73.260,00	Têxtil e Confeções Serra Metalmeccânico Autopeças	Formação e capacitação
2008	FURG	Desenvolvimento e consolidação do Pólo Naval de Rio Grande.	(1) Orientar e fomentar o desenvolvimento da cadeia metalmeccânica do Pólo Naval de Rio Grande e demais setores econômicos relacionados; (2) Estudo para a promoção do desenvolvimento da cadeia produtiva metalmeccânica do Pólo Naval de Rio Grande. O estudo deverá apresentar alternativas e sugerir ações prioritárias para que o Estado do RS, com a maior eficácia possível, possa: auxiliar a promoção do desenvolvimento da cadeia produtiva metalmeccânica naval; diversificar e ampliar a matriz produtiva do Estado; e gerar emprego e renda na região Sul.	R\$ 100.000,00	Pólo Naval	Formação e capacitação

2008	APROPAMPA	Implementação de ações para capacitação e qualificação do APL Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional.	Capacitação e qualificação da cadeia produtiva em seus diversos segmentos, por meio da disseminação, em nível do produtor rural, dos benefícios da Indicação Geográfica da Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, visando ampliar o volume de carne produzido pelos associados da APROPAMPA.	R\$ 96.800,00	Carnes do Pampa Gaúcho	Formação e capacitação
2008	COLÉGIO EVANGÉLICO DE PANAMBI	Capacitação e qualificação do APL Metalmeccânico Pós-Colheita. Implementar ações de inovação tecnológica e melhorias em produtos e processos, com vistas à capacitação, qualificação e a diversificação de produtos de empresas do APL.	(1) Implementar ações de inovação tecnológica e melhorias em produtos e processos, com vistas à capacitação, qualificação e a diversificação de produtos de empresas do APL; (2) Identificação dos gargalos e demandas no APL em 5 empresas; (3) Encaminhamento de 5 projetos focados na inovação tecnológica de produtos e/ou melhorias de processos identificados no APL; e (4) Capacitação de 5 empresas para utilização das novas tecnologias em produtos e/ou processos.	R\$ 25.000,00	MIA Pós-Colheita	Formação e capacitação Inovação e tecnologia
2009	CGI MÓVEIS	Implementação do projeto Gestão Estratégica na Prática II. Este projeto será implementado através da implantação das metodologias e ferramentas nas empresas que participam da capacitação no projeto Gestão Estratégica na Prática I.	Este projeto será implementado através da implantação das metodologias e ferramentas nas empresas que participam da capacitação no projeto Gestão Estratégica na Prática I. Assim, o projeto GEP II irá partir dos diagnósticos que estão em andamento nos módulos de capacitação do GEP I, identificando e trabalhando nas cidades-âncora (Antônio Prado, Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Garibaldi) o assessoramento das empresas com a finalidade de transformar os conceitos que estão sendo repassados em ações, programas e projetos de curto, médio e longo prazo.	R\$ 194.666,00	Movaleiro Serra	Formação e capacitação
2009	ACI NOVO HAMBURGO, CAMPO BOM E ESTÂNCIA VELHA	Execução do projeto Capacitação Gerencial para associados da ACI do APL Couro e Calçados, através do Programa de Gestão e Desenvolvimento para a Excelência.	Módulos da Capacitação Gerencial: (a) Sensibilizando para a excelência (3h); (b) Introdução a qualidade (6h); (c) Gestão de clientes e mercado (12h); (d) Processos (3h); (e) Gestão de informações (6h); (f) Custos (9h); (g) Planejamento estratégico (15h); (h) Ferramentas da qualidade e 5S's (15h); (i) Liderança e gestão de pessoas (15h); (j) Padronização (6h); (k) Sociedade e ativos intangíveis (3h); (l) Resultados e análise crítica de desempenho (6h); (m) Apresentação dos trabalhos desenvolvidos nas empresas - Cases (3h); (n) Visitas técnicas - Ferramentas da qualidade (3h).	R\$ 287.640,00	Coureiro-Calçadista	Formação e capacitação
2009	SEBRAE RS	Viabilização e implementação do projeto de indicação de procedência (IP) - Pelotas - Doces Tradicionais de Confeitaria e de Frutas.	Processo de busca da chancela da Indicação Geográfica dos Doces de Pelotas junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), nos termos do Plano de Trabalho.	ND	Doces e Conservas	Acesso a novos mercados

Apêndice E
Convênios dos Centros Gestores de Inovação

Detalhamento dos Convênios Firmados pela SEDAI em 2001 para Constituição dos CGIs

Convênio N° 001/2001 – CGI SLP Conservas

Data: 19/12/2001

Vigência: 14 meses

Recursos: R\$ 400 mil

Objeto: Organizar e viabilizar o SLP Conservas da Região Sul por meio da implementação e implantação do CGI, que atuará na produção e difusão da inovação em produto, processo, gestão e comercialização, visando otimizar a eficácia da infraestrutura técnica, tecnológica e de suporte ao segmento.

Objetivos:

- 1) Contribuir para a modernização industrial do RS, por meio da introdução de inovações técnicas e tecnológicas voltadas aos produtores rurais e às empresas do setor de conservas do Estado, dando ênfase à utilização da infraestrutura laboratorial instalada na região;
- 2) Fortalecer ou construir o processo interativo entre os agentes locais, de modo a possibilitar o aproveitamento das vantagens competitivas geradas pela existência de um SLP; e
- 3) Capacitar as empresas para o aprendizado tecnológico e organizacional, através do aproveitamento das sinergias geradas pela existência de um SPL.

Metas:

- 1) Implantar um CGI disponibilizando técnicos, infraestrutura física, laboratorial e equipamentos;
- 2) Implementar todas as ações necessárias à capacitação das empresas interessadas, por meio de assessoria e/ou consultoria, interna e/ou externa, bem como: seminários, painéis, cursos, workshops, treinamentos e/ou correlatos;
- 3) Realizar acordos de cooperação visando o desenvolvimento de programas e intercâmbio no âmbito da tecnologia de processamento alimentar e das tendências dos agronegócios;
- 4) Estimular e promover mecanismos de transferência de tecnologia com vistas ao desenvolvimento e utilização da irrigação nos pomares da Região Sul;
- 5) Disponibilizar aos produtores e industriais, uma cultivar tardia de pêssego para a indústria com bom desempenho de campo, com alto rendimento industrial e baixa capacidade de oxidação, visando prolongar o período de safra;

- 6) Realizar um levantamento de qualidade sensorial, física (sujidades), química (adulterações) e microbiológica das polpas fabricadas na região, tendo como meta corrigir os problemas e valorizar o seu uso em produtos de alto valor agregado (sucos, drinks, sorvetes, etc.);
- 7) Elaborar uma proposta de Padrão de Identidade e Qualidade (PIC) para o pêssego em calda;
- 8) Desenvolver tecnologia de polpas concentradas e sucos clarificados de pêssego a partir das cultivares e seleções da EMBRAPA - Clima Temperado, com maior aptidão para os processos, maior conservabilidade e de sabor compatível com o mercado internacionais;
- 9) Estruturar, regulamentar e articular junto à cadeia produtiva a rastreabilidade e o selo de qualidade para as conservas da região Sul;
- 10) Realizar estudos visando otimizar a logística da cadeia de conservas, no que se refere às fases de colheita até o processamento, tendo como meta reduzir as grandes perdas de qualidade e rendimento;
- 11) Realizar um curso de formação em gestão empresarial para executivos, trabalhadores rurais e técnicos, dando ênfase na qualidade, agronegócios e segurança alimentar;
- 12) Realizar um evento para a difusão de tecnologias para a qualificação e capacitação dos agentes da cadeia produtiva Conservas da Região Sul;
- 13) Capacitar até 30 técnicos das indústrias de conservas da Região Sul em áreas definidas pelo setor;
- 14) Sensibilizar os empresários sobre as ações e estratégias do CGI, com destaque na gestão empresarial, qualidade, segurança alimentar e gestão ambiental;
- 15) Avaliar e divulgar as melhorias obtidas com a implementação do CGI através dos seguintes indicadores de acompanhamento: pesquisa de satisfação dos empresários, avaliação pela equipe de acompanhamento das atividades do Centro e avaliação dos coordenadores de projetos em relação ao coordenador executivo do CGI;
- 16) Elaborar pesquisa de mercado consumidor do pêssego em calda com o objetivo de dar subsídios à formatação de plano de marketing para o incremento das vendas no setor;
- 17) Implantação do Sistema de Alerta para a cultura do pessegueiro na Região Sul do RS;
- 18) Implementação da indicação de procedência e definição e estruturação de selo de qualidade; e
- 19) Implantação do Sistema de Alerta para a cultura do pessegueiro na Região Sul do RS – Safra 2009/2010.

Partícipes	Responsabilidades
SEDAI Secretaria Estadual de Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais	a) Apoio institucional; b) Recursos financeiros no valor total de R\$ 400 mil a serem repassados para a FAPEG.
UFPel Fundação Universidade Federal de Pelotas	a) Apoio institucional; b) Disponibilização de RH seus e/ou de terceiros, representados por: um professor responsável para acompanhamento e coordenação das atividades (40h/mês), 230h/mês de pesquisador para as atividades do CGI; c) Disponibilizar infraestrutura de ensino, pesquisa e desenvolvimento para a realização das atividades de Tecnologia e Pesquisa: 250h/mês de laboratórios para as atividades do CGI, material de expediente e despesas de manutenção, relativas ao espaço físico disponibilizado ao Centro.
FAPEG Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário Edmundo Gastal	a) Apoio institucional; b) Disponibilização de RH representados por: 300 horas técnicas/mês de pesquisadores; c) Disponibilizar infraestrutura de ensino, pesquisa e desenvolvimento para a realização de atividades do CGI: 200h/mês de uso de laboratórios, sala para a instalação do Centro, equipamentos (computador com acesso à internet, impressora, telefone e fax), material de expediente e despesas de manutenção, relativas ao espaço físico disponibilizado ao Centro.
CAFH Associação Gaúcha da Cadeia Agroindustrial de Frutas e Hortaliças	a) Apoio institucional; b) Mobilizar as indústrias de doces e conservas alimentícias e os produtores rurais, visando sua participação no atingimento das metas; e c) Responsabilizar-se pela difusão das informações resultantes das ações do CGI junto a todos os componentes da cadeia produtiva.

Observações:

Recursos:

Ano	R\$ 300 mil Custeio	R\$ 100 mil Despesas de Capital
2001	UO = 16.01 A = 2292 ED = 3231	UO = 16.01 A = 2808 ED = 4331
2005	UO = 16.01 A = 6158 ED = 335043	UO = 16.01 A = 6158 ED = 335044

UO = Unidade Orçamentária, A = Atividade e ED = Elemento da Despesa.

Aditivos: 1º Aditivo (05/12/2002), 2º Aditivo (14/10/2003), 3º Aditivo (13/12/2004), 4º Aditivo (29/09/2005), 5º Aditivo (19/09/2007), 6º Aditivo (12/12/2007), 7º Aditivo (10/09/2008), 8º Aditivo (09/01/2009) e 9º Aditivo (08/07/2009).

Alterações: Prorrogação do prazo de vigência e de execução do convênio, inclusão e retificação de algumas metas e modificação do valor de repasse financeiro.

Convênio Nº 002/2001 – CGI SLP Máquinas e Implementos Agrícolas

Data: 19/12/2001

Vigência: 14 meses

Recursos: R\$ 375 mil

Objeto: Organizar e viabilizar o SLP de Máquinas e Implementos Agrícolas por meio da implementação e implantação do CGI, que atuará na produção e difusão da inovação em produto, processo, gestão e comercialização, visando otimizar a eficácia da infraestrutura técnica, tecnológica e de suporte ao segmento no Estado do RS.

Objetivos:

- 1) Contribuir para a modernização industrial do RS, por meio da introdução de inovações técnicas e tecnológicas voltadas às empresas do setor de máquinas e implementos agrícolas do Estado, dando ênfase à utilização da infraestrutura laboratorial instalada nas regiões Alto Jacuí, Fronteira Noroeste, Missões, Noroeste Colonial e Produção;
- 2) Fortalecer o processo interativo entre os agentes locais, de modo a possibilitar o aproveitamento das vantagens competitivas geradas pela existência de um SLP; e
- 3) Capacitar as empresas para o aprendizado tecnológico e organizacional, através do aproveitamento das sinergias geradas pela existência de um SPL.

Objetivos Específicos:

- 1) Implantar um CGI disponibilizando infraestrutura física, técnica, laboratorial e equipamentos, bem como técnicos para atuarem nas atividades;
- 2) Implementar todas as ações necessárias à capacitação das empresas interessadas, por meio de assessoria e/ou consultoria, interna e/ou externa, bem como: seminários, painéis, cursos, workshop, treinamentos e/ou correlatos;
- 3) Promover / Apoiar a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação técnica, tecnológica e gerencial no segmento de máquinas e implementos agrícolas;
- 4) Apoiar programas de melhoria na qualidade de energia, seu uso racional e estudos de novas fontes, aplicáveis tanto ao processo quanto ao produto;
- 5) Buscar parcerias com o setor agrícola, objetivando o desenvolvimento de novas tecnologias para o plantio, semeadura, colheita, armazenamento e manejo animal;
- 6) Promover a qualificação, capacitação técnica e gerencial de RH do setor;
- 7) Apoiar a realização de eventos, simpósios e exposições pertinentes ao segmento;
- 8) Apoiar a implementação de programas de qualidade em pequenas e médias empresas; e
- 9) Disponibilizar Banco de Dados contendo serviços técnicos laboratoriais e serviços tecnológicos disponíveis no Estado e no país, bem como um Guia de Sites da Internet com informações estratégicas para negócios e sobre inovação e tecnologia.

Metas:

- 1) Implantar um CGI disponibilizando técnicos, infraestrutura física, laboratorial e equipamentos;
- 2) Adquirir software, hardware, tecnologia para desenvolvimento de produtos e processos e equipamentos laboratoriais específicos à realização do objeto do presente convênio;
- 3) Desenvolver três projetos de pesquisa de inovação tecnológica e gerencial no segmento de máquinas e implementos agrícolas;
- 4) Apoiar um programa de melhoria na qualidade da energia, seu uso racional e estudos de novas fontes, aplicáveis tanto ao processo quanto ao produto;
- 5) Buscar uma parceria com o setor agropecuário, objetivando o desenvolvimento de novas tecnologias para o plantio, semeadura, colheita, armazenamento e manejo animal;
- 6) Realizar quatro eventos para a capacitação gerencial e técnica de RH do segmento de máquinas e implementos agrícolas, inclusive cursos, seminários, workshops, assessoria e/ou consultoria e afins;
- 7) Apoiar a realização de dois eventos, simpósios e palestras pertinentes ao segmento;
- 8) Apoiar a implementação de um Programa de Qualidade para micro e pequenas empresas do segmento de máquinas e implementos agrícolas;

- 9) Criar um Guia de Sites da Internet contendo informações estratégicas para negócios e sobre inovação e tecnologia, bem como promover a difusão das informações para o segmento; e
- 10) Operacionalizar um Banco de Dados contendo a oferta de serviços técnicos laboratoriais e serviços tecnológicos disponíveis no Estado e no País.

Partícipes	Responsabilidades
SEDAI Secretaria Estadual de Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais	a) Apoio institucional; b) Recursos financeiros no valor total de R\$ 375 mil.
FIDENE-UNIJUÍ Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado	a) Apoio institucional; b) Disponibilização de RH representados por: um professor doutor do Depto. Tecnologia (40h/mês), um professor mestre do Depto. Tecnologia (10h/mês), um técnico do Depto. Tecnologia (10h/mês), técnicos para realização de ensaios laboratoriais; c) Disponibilizar infraestrutura física e equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades do Núcleo de Tecnologia e Pesquisa: 15% da capacidade dos laboratórios do Depto. Tecnologia; uma sala com mobiliário, um computador com acesso à Internet e impressora, um ramal telefônico com fax, material de expediente e despesas de manutenção, relativas ao espaço físico disponibilizado ao Centro.
FUPF Fundação Universidade de Passo Fundo	a) Apoio institucional; b) Disponibilização de RH representados por: um professor doutor da área de Máquinas e Mecanização Agrícolas (8h/mês) e técnicos para realização de ensaios laboratoriais; c) Disponibilizar infraestrutura física e equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades do Núcleo de Tecnologia e Pesquisa: 10% a 20% da capacidade dos laboratórios; 20% da capacidade do Núcleo de Manutenção Eletrônica, 10% da capacidade do Núcleo de Tecnologia Mecânica, 20% da capacidade do Centro de Mecânica de Precisão do Planalto, 10% do tempo dos tratores da CEPAGRO para realização das avaliações de campo dos implementos, disponibilidade de área de terra para a realização de ensaios de campo, material de expediente e despesas de manutenção, relativas ao espaço físico disponibilizado ao Centro.
UNICRUZ Fundação Universidade de Cruz Alta	a) Apoio institucional; b) Disponibilização de RH representados por: um professor doutor do Depto. Ciências Agrárias (40h/mês) e técnicos para realização de ensaios laboratoriais; c) Disponibilizar infraestrutura física e equipamentos necessários para

	o desenvolvimento das atividades do Núcleo de Tecnologia e Pesquisa: 20% da capacidade dos laboratórios do Depto. Ciências Agrárias; 10% do tempo dos tratores da para realização das avaliações de campo das máquinas e implementos agrícolas, 20% da área experimental do Curso de Agronomia para a realização de ensaios de campo, uma sala com mobiliário, um computador com acesso à Internet e impressora, um ramal telefônico com fax, material de expediente e despesas de manutenção, relativas ao espaço físico disponibilizado ao Centro.
FURI Fundação Regional Integrada	a) Apoio institucional; b) Disponibilização de RH representados por: um professor (12h/mês) e técnicos para realização de ensaios laboratoriais; c) Disponibilizar infraestrutura física e equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades do Núcleo de Tecnologia e Pesquisa: 10% da capacidade dos laboratórios de usinagem e de metalurgia, material de expediente e despesas de manutenção, relativas ao espaço físico disponibilizado ao Centro.

Observações:

Recursos:

Ano	R\$ 225 mil Custeio	R\$ 150 mil Despesas de Capital
2001	UO = 16.01 A = 2808 ED = 3231	UO = 16.01 A = 2808 ED = 4331
2005	UO = 16.01 A = 6158 ED = 335043	UO = 16.01 A = 6158 ED = 335044

UO = Unidade Orçamentária, A = Atividade e ED = Elemento da Despesa.

Aditivos: 1º Aditivo (05/12/2002) e 2º Aditivo (20/11/2003).

Alterações: Prorrogação do prazo de vigência e de execução do convênio e redução do valor de repasse financeiro (de R\$ 400 mil para R\$ 375 mil).

Convênio N° 003/2001 – CGI SLP Moveleiro

Data: 19/12/2001

Vigência: 14 meses

Recursos: R\$ 605 mil

Objeto: Organizar e viabilizar o SLP Moveleiro por meio da implementação e implantação do CGI - SLP Moveleiro, que atuará na produção e difusão da inovação em produto, processo, gestão e comercialização, visando otimizar a eficácia da infraestrutura técnica, tecnológica e de suporte ao segmento no Estado do RS.

Objetivos:

- 1) Contribuir para a modernização industrial do RS, por meio da introdução de inovações técnicas e tecnológicas voltadas às empresas do setor moveleiro do Estado, dando ênfase à utilização da infraestrutura laboratorial instalada na região;
- 2) Fortalecer o processo interativo entre os agentes locais, de modo a possibilitar o aproveitamento das vantagens competitivas geradas pela existência de um SLP; e
- 3) Capacitar as empresas para o aprendizado tecnológico e organizacional, através do aproveitamento das sinergias geradas pela existência de integração entre os partícipes do convênio e um SPL.

Objetivos Específicos:

- 1) Implantar um CGI disponibilizando infraestrutura física, técnica, laboratorial e equipamentos, bem como técnicos para atuarem nas atividades;
- 2) Implementar todas as ações necessárias à capacitação das empresas interessadas, por meio de assessoria e/ou consultoria, interna e/ou externa, bem como: seminários, painéis, cursos, workshop, treinamentos e/ou correlatos;
- 3) Apoiar a inovação, no âmbito do design, através de programas e projetos;
- 4) Criar mecanismos que possibilitem a transferência de novos conhecimentos, na área do design, para os agentes que integram a cadeia produtiva moveleira;
- 5) Fomentar a utilização de materiais existentes, bem como a pesquisa de novos materiais, componentes e acessórios;
- 6) Desenvolver projetos de normas técnicas, metrologia e certificação, visando a consolidação dos laboratórios de ensaios para a conquista de novos mercados;
- 7) Promover a qualificação, capacitação técnica e gerencial de trabalhadores e empresários do setor;
- 8) Organizar eventos, simpósios, exposições visando difundir a importância do design para a competitividade do setor; e
- 9) Articular o conjunto de agentes e parceiros com vistas a discussão, encaminhamento e deliberação das demandas do SLP.

Metas:

- 1) Implantar um CGI disponibilizando técnicos, infraestrutura física, laboratorial e equipamentos;

- 2) Implementar todas as ações necessárias à capacitação das empresas interessadas, por meio de assessoria e/ou consultoria, interna e/ou externa, bem como: seminários, painéis, cursos, workshops, treinamentos e/ou correlatos;
- 3) Adquirir software, hardware, tecnologia e desenvolvimento de produtos e processos e equipamentos laboratoriais específicos à realização do objeto do presente convênio;
- 4) Realizar uma pesquisa na área de desenvolvimento de produto interligando máquinas, equipamentos, produtos, processos na área de design;
- 5) Realizar três linhas de pesquisa focando novos materiais, processos e reciclagem de resíduos;
- 6) Desenvolver um software de desenvolvimento de produto e disponibilizá-lo para as empresas;
- 7) Desenvolver protótipos de novos materiais, componentes e acessórios, através da busca de tecnologia no exterior;
- 8) Estimular e promover mecanismos de transferência de tecnologia com vistas ao desenvolvimento e à aplicação de novos materiais, componentes e acessórios;
- 9) Desenvolver tecnologia de certificação de produto (durabilidade, estabilidade e resistência), com vistas à criação de selo ou certificado;
- 10) Desenvolver metodologia de gestão do design para a indústria do mobiliário;
- 11) Realizar seis eventos para a difusão da cultura do design, da qualificação e capacitação dos agentes da cadeia produtiva moveleira;
- 12) Identificar demandar e articular a oferta de programas de formação de RH em todos os níveis; e
- 13) Implantar Banco de Dados contendo a oferta de serviços técnicos laboratoriais e serviços tecnológicos disponíveis no Estado e no País, bem como Guia de Sites da Internet com informações estratégicas para negócios e sobre inovação e tecnologia.
- 14) Identificar, diagnosticar e propor plano de ação para as regiões dos 3 APLs Moveleiros identificados (Hortênsias, Nordeste e Central);
- 15) Implementar três projetos voltados ao desenvolvimento dos APLs Moveleiros identificados (Hortênsias, Nordeste e Central);
- 16) Qualificar 540 profissionais do APL Moveleiro Central;
- 17) Implementar e implantar o Núcleo de Informações Tecnológicas do APL Moveleiro Região Serra, (15): Implementar e implantar a Materioteca do APL Moveleiro Região Serra;
- 18) Apoio ao Projeto Monitoramento do Pinus nos Campos de Cima da Serra (SINDIMADEIRA em execução pela UFSM); e
- 19) Apoio ao projeto Cidades do Conhecimento.

Partícipes	Responsabilidades
SEDAI Secretaria Estadual de Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais	a) Apoio institucional; b) Recursos financeiros no valor total de R\$ 605 mil.
MOVERGS Associação dos Fabricantes de Móveis do Rio Grande do Sul	a) Apoio institucional; b) Disponibilização de RH representados por: valor correspondente a 50% do custo de um técnico para exercer a função de coordenador executivo do CGI, durante o período do convênio, valor correspondente a 50% do custo de um auxiliar administrativo (240h/mês), valor correspondente a 50% do custo de um técnico para exercer a função de contador do CGI; c) Disponibilizar infraestrutura necessária para a instalação da coordenação executiva do CGI: uma sala para realização de reuniões, uma sala para realização de palestras, seminários, cursos, etc., um computador com acesso à Internet e impressora, um ramal telefônico com fax, valor correspondente a 50% do custo de um site para o CGI, valor correspondente a 50% do custo do material de expediente e despesas de manutenção, relativas ao espaço físico disponibilizado ao Centro.
SINDIMÓVEIS Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Bento Gonçalves	a) Apoio institucional; b) Disponibilização de RH representados por: valor correspondente a 50% do custo de um técnico para exercer a função de coordenador executivo do CGI, durante o período do convênio, valor correspondente a 50% do custo de um auxiliar administrativo (240h/mês), valor correspondente a 50% do custo de um técnico para exercer a função de contador do CGI; c) Disponibilizar infraestrutura necessária para a instalação da coordenação executiva do CGI: uma sala para realização de reuniões, uma sala para realização de palestras, seminários, cursos, etc., valor correspondente a 50% do custo de um site para o CGI, valor correspondente a 50% do custo do material de expediente e despesas de manutenção, relativas ao espaço físico disponibilizado ao Centro.
FUCS Fundação Universidade de Caxias do Sul	a) Apoio institucional; b) Disponibilização de RH representados por: dois professores ligados ao Programa UCS do Design (40h/mês), um bolsista com ____h/semana; c) Disponibilizar infraestrutura e equipamentos necessários à instalação do Núcleo de Pesquisa: uma sala para o CGI, um computador com acesso à Internet e impressora, um ramal telefônico com fax, acesso ao sistema integrado de bibliotecas UCS, acesso à estrutura de laboratórios e oficinas para desenvolver os

	trabalhos do CGI, ligados aos cursos de Tecnologia em Produção Moveleira e Design de Produto (10% da capacidade), material de expediente e despesas de manutenção do Núcleo.
SENAI/CETEMO Centro Tecnológico do Mobiliário	a) Apoio institucional; b) Disponibilização de RH representados por: um técnico (40h/mês), um bolsista (40h/mês); c) Disponibilizar infraestrutura e equipamentos necessários à instalação do Núcleo de Tecnologia para o CGI: uma sala de trabalho, uma sala de reuniões, estrutura de laboratórios e oficinas para desenvolvimento de novos produtos (10% da capacidade) – laboratório de informática, oficina de mobiliário, oficina mecânica para ensino (mecânica multifuncional), oficina de inox e laboratório de controle de qualidade, um computador com acesso à Internet, softwares, plotter e impressora (100h/mês), um ramal telefônico com fax, acesso ao sistema integrado de bibliotecas UCS, acesso ao Núcleo de Informação Tecnológica (50h/mês), material de expediente e despesas de manutenção do Núcleo.

Observações:

Recursos:

Ano	R\$ 400 mil Custeio	R\$ 205 mil Despesas de Capital
2001	UO = 16.01 A = 2808 ED = 3231	UO = 16.01 A = 2808 ED = 4331
2005	UO = 16.01 A = 6158 ED = 335043	UO = 16.01 A = 6158 ED = 335044

UO = Unidade Orçamentária, A = Atividade e ED = Elemento da Despesa.

Aditivos: 1º Aditivo (05/12/2002), 2º Aditivo (11/12/2003), 3º Aditivo (12/07/2004) e 4º Aditivo (13/12/2005).

Alterações: Prorrogação do prazo de vigência e de execução do convênio, inclusão de metas e aumento do valor de repasse financeiro (de R\$ 400 mil para R\$ 605 mil).

Convênio N° 004/2001 – CGI SLP Autopeças

Data: 19/12/2001

Vigência: 14 meses

Recursos: R\$ 400 mil

Objeto: Organizar e viabilizar o SLP de Autopeças por meio da implementação e implantação do CGI – SLP Autopeças, que atuará na produção e difusão da inovação em produto, processo, gestão e comercialização, visando otimizar a eficácia da infraestrutura técnica, tecnológica e de suporte ao segmento no Estado do RS.

Objetivos:

- 1) Contribuir para a modernização industrial do RS, por meio da introdução de inovações técnicas e tecnológicas voltadas às empresas do setor de autopeças do Estado, dando ênfase à utilização da infraestrutura laboratorial instalada na região;
- 2) Fortalecer o processo interativo entre os agentes locais, de modo a possibilitar o aproveitamento das vantagens competitivas geradas pela existência de um SLP; e
- 3) Capacitar as empresas para o aprendizado tecnológico e organizacional, através do aproveitamento das sinergias geradas pela existência de integração entre os partícipes do convênio e de um SPL.

Objetivos Específicos:

- 1) Implantar um CGI disponibilizando infraestrutura física, técnica, laboratorial e equipamentos, bem como técnicos para atuarem nas atividades;
- 2) Implementar todas as ações necessárias à capacitação das empresas interessadas, por meio de assessoria e/ou consultoria, interna e/ou externa, bem como: seminários, painéis, cursos, workshop, treinamentos e/ou correlatos;
- 3) Promover a gestão de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação técnica, tecnológica e gerencial no segmento de autopeças do Estado do RS;
- 4) Estimular e promover processos de transferência de tecnologia para ou entre empresas do segmento, especialmente aquela gerada no país;
- 5) Coordenar a prestação de serviços técnicos e tecnológicos às empresas do SLP Autopeças, dando ênfase à utilização da infraestrutura laboratorial instalada na região;
- 6) Identificar a demanda e articular a oferta de programas de formação de RH em todos os níveis, atendendo às necessidades do segmento;
- 7) Operacionalizar um Banco de Dados sobre serviços técnicos laboratoriais e serviços tecnológicos disponíveis no Estado e no país, bem como um Guia de Sites da Internet com informações estratégicas para negócios e sobre inovação e tecnologia, promovendo a difusão das informações para o segmento;
- 8) Incentivar a implementação de programas de Gestão pela Qualidade nas empresas do segmento, primando pela utilização da estrutura de apoio e dos Comitês Regionais e Setoriais do PGQP;

- 9) Estimular as empresas do segmento a implementarem programas relacionados à proteção do meio ambiente, atendendo a legislação vigente;
- 10) Apoiar a realização de eventos, exposições, simpósios, cursos, seminários, workshops e/ou correlatos, assessoria e/ou consultoria, pertinentes ao segmento; e
- 11) Buscar e estabelecer formas de cooperação com as entidades representativas da sociedade civil organizada.

Metas:

- 1) Implantar um CGI disponibilizando técnicos, infraestrutura física, laboratorial e equipamentos;
- 2) Adquirir software, hardware, tecnologia para desenvolvimento de produtos e processos e equipamentos laboratoriais específicos à realização do objeto do presente convênio;
- 3) Desenvolver um projeto de pesquisa de inovação tecnológica e gerencial no segmento de autopeças;
- 4) Operacionalizar um Banco de Dados contendo a oferta de serviços técnicos laboratoriais e serviços tecnológicos disponíveis no Estado e no País;
- 5) Criar um Guia de Sites da Internet contendo informações estratégicas para negócios e sobre inovação e tecnologia, bem como promover a difusão das informações para o segmento;
- 6) Incentivar a implementação de programas de Gestão pela Qualidade em 10 empresas do segmento, primando pela utilização da estrutura e do apoio dos Comitês Regionais e Setoriais do PGQP;
- 7) Realizar cinco eventos para a capacitação gerencial e técnica de trabalhadores do segmento de autopeças, inclusive cursos, seminários, workshops e correlatos;
- 8) Identificar demandas e articular a oferta de programas de formação de RH em todos os níveis;
- 9) Estimular e promover dois processos de transferência de tecnologia para ou entre empresas do segmento, especialmente aquela gerada no país; e
- 10) Desenvolver e promover a implementação de dois programas relacionados à proteção do meio ambiente, atendendo a legislação vigente.

Partícipes	Responsabilidades
SEDAI Secretaria Estadual de Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais	a) Apoio institucional; b) Recursos financeiros no valor total de R\$ 400 mil.
SIMECS Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul	a) Apoio institucional; b) Disponibilização de RH representados por: valor correspondente a 50% do custo de um auxiliar administrativo (240h/mês), valor correspondente a 50% do custo de um técnico para exercer a função de contador do CGI; c) Disponibilizar infraestrutura necessária para a realização de atividades para o CGI: uma sala para realização de reuniões, uma sala para realização de palestras, seminários, cursos, etc., valor correspondente a 50% do custo do material de expediente e despesas de manutenção, relativas ao espaço físico disponibilizado ao Centro.
SIMPLAS Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Nordeste Gaúcho	a) Apoio institucional; b) Disponibilização de RH representados por: valor correspondente a 50% do custo de um auxiliar administrativo (240h/mês), valor correspondente a 50% do custo de um técnico para exercer a função de contador do CGI; c) Disponibilizar infraestrutura necessária para a realização de atividades para o CGI: uma sala para a sede do CGI, um computador com acesso à Internet e impressora, um ramal telefônico com fax, valor correspondente a 50% do custo do material de expediente e despesas de manutenção, relativas ao espaço físico disponibilizado ao Centro.
FUCS Fundação Universidade de Caxias do Sul	a) Apoio institucional; b) Disponibilização de RH representados por: um professor ligado ao ETT (40h/mês) e um auxiliar administrativo; c) Disponibilizar infraestrutura e equipamentos necessários: uma sala, estrutura de laboratórios e oficinas para o desenvolvimento de atividades para o CGI, um computador com acesso à Internet e impressora, um ramal telefônico com fax, material de expediente e despesas de manutenção, relativas ao espaço físico disponibilizado ao Centro.
SENAI/CTM e CTA Centro Tecnológico de Mecatrônica e Centro Tecnológico Automotivo	a) Apoio institucional; b) Disponibilização de RH representados por: um técnico (40h/mês), um auxiliar administrativo; c) Disponibilizar infraestrutura e equipamentos necessários: uma sala, estrutura de laboratórios e oficinas para o desenvolvimento de atividades para o CGI, um computador com acesso à Internet e

	impressora, um ramal telefônico com fax, material de expediente e despesas de manutenção, relativas ao espaço físico disponibilizado ao Centro.
--	---

Observações:

Recursos:

Ano	R\$ 400 mil Custeio	R\$ 205 mil Despesas de Capital
2001	UO = 16.01 A = 2292 ED = 3231	UO = 16.01 A = 2808 ED = 4331
2005	UO = 16.01 A = 6158 ED = 335043	UO = 16.01 A = 6158 ED = 335044

UO = Unidade Orçamentária, A = Atividade e ED = Elemento da Despesa.

Aditivos: 1º Aditivo (05/12/2002).

Alterações: Prorrogação do prazo de vigência e de execução do convênio.

Convênio S/Nº/2001 – CIID Coureiro-Calçadista

Data: 05/06/2001

Vigência: 14 meses

Recursos: R\$ 293 mil

Objeto: Viabilizar a implementação do projeto Inovação em Design, por meio da implantação, instalação e manutenção do Centro Integrado de Inovação em Design – CIID Coureiro-Calçadista, visando promover a melhoria da competência produtiva sistêmica das micro, pequenas e médias empresas do setor.

Objetivos:

- 1) Contribuir com a modernização industrial do RS, por meio da introdução de inovações, no campo do design, voltadas às micro, pequenas e médias empresas do setor coureiro-calçadista do Estado;
- 2) Contribuir para a criação de um estilo próprio para os calçados produzidos no Estado do RS;
- 3) Permitir às micro, pequenas e médias empresas do setor coureiro-calçadista o acesso às informações de caráter mundial, facilitando, dessa forma, o acesso ao mercado internacional;
- 4) Sensibilizar os empresários e trabalhadores para a importância do Design na agregação de valor aos produtos da cadeia coureiro-calçadista; e
- 5) Promover a capacitação em design (gestão e técnica) de empresários e trabalhadores do setor coureiro-calçadista, bem como, de estudantes da área de design, de forma a contribuir para a sua profissionalização.

Metas:

- 1) Implementar um CIID para setor coureiro-calçadista, onde serão disponibilizados serviços, informações, modelos e materiais, visando promover a melhoria da competência produtiva sistêmica das micro, pequenas e médias empresas do setor;
- 2) Prestar atendimento para 200 micro, pequenas e médias empresas do setor coureiro-calçadista, cadastradas junto ao CIID;
- 3) Criar 30 coleções de calçados para as empresas cadastradas junto ao CIID;
- 4) Realizar oito eventos de capacitação em design para empresários e trabalhadores da cadeia coureiro-calçadista;
- 5) Realizar 2 pesquisas de mercado internacional (pesquisa de novos materiais, de tendências e de componentes);
- 6) Avaliar e divulgar as melhorias obtidas com a implementação do Centro, através dos seguintes indicadores: (a) pesquisa de satisfação dos empresários em relação à atuação dos técnicos; (b) avaliação pela coordenação geral do projeto do desempenho do Centro (indicadores de adesão das empresas ao projeto, indicadores da capacidade técnica do Núcleo, indicadores de desempenho por técnico, nº empresas atendidas / técnico, nº demandas por empresas atendidas / técnico).

Partícipes	Responsabilidades
SEDAI Secretaria Estadual de Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais	a) Apoio institucional; b) Recursos financeiros no valor total de R\$ 293 mil; e c) Disponibilizar equipe técnica, lotada no Depto. Gestão da Inovação / SEDA, formada por servidores de seu quadro funcional para execução das atividades de coordenação-geral do projeto.
ASPEUR Associação Pró-Ensino Superior de Novo Hamburgo	a) RH representados por técnicos e pessoal de apoio administrativo, bem como equipamentos e infraestrutura técnica existente na Entidade, para operacionalização das atividades do Centro; b) Espaço físico e equipamentos necessários para a implantação do Centro, compostos de no mínimo: uma sala (100m ²), uma linha telefônica, um fax, dois computadores com acesso à internet e impressora colorida, software CAD, materiais de expediente necessários às atividades do CIID, móveis necessários para a sede do Centro de Design; c) Materiais bibliográficos para o Núcleo de Informações do CIID; d) Cinco pessoas do seu corpo técnico e alunos para atendimento das empresas; e e) Infraestrutura para a realização de eventos do CIID, tais como, cursos, seminários, workshops, palestras e teleconferências.

Observações:

Recursos:

Ano	R\$ 400 mil Custeio
2001	UO = 16.01 A = 2292 ED = 3231

UO = Unidade Orçamentária, A = Atividade e ED = Elemento da Despesa.

Aditivos: 1º Aditivo (05/12/2002) e 2º Aditivo (08/10/2002).

Alterações: Prorrogação do prazo de vigência e de execução do convênio e redução dos recursos repassados de R\$ 450 mil para R\$ 293 mil.

Apêndice F

Projetos Realizados pelo SEBRAE

Quadro XI – Detalhamento dos Projetos Realizados pelo SEBRAE por APLs

APL	Nome Projeto SIGEOR	Municípios	Público-alvo	Objetivo Geral	Foco Estratégico
Metalmecânico Autopeças Serra Gaúcha	Desenvolvimento de Fornecedores do Setor Metalmecânico Automotivo da Serra Gaúcha	Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha, Garibaldi, Flores da Cunha e São Marcos	MPEs do Segmento Metalmecânico fornecedoras de produtos e ou serviços que integram o setor automotivo.	Aumento do faturamento e busca de novos clientes para MPEs do setor automotivo focando na capacitação de empresas fornecedoras de âncoras e empresas setoriais.	Prospecção de novos mercados Nacional; Fortalecimento da cooperação e articulação entre as MPEs, Entidades e Empresas Âncoras; Estimular a inovação, Melhoria da Gestão Gerencial com redução de custos; Disseminar informações e tendências do setor; Capacitar Empresas do projeto para exportar os seus produtos.
Máquinas e Implementos Agrícolas Pré-Colheita	APL Implementos Agrícolas Pré Colheita Alto Jacuí / Produção	Regiões do Alto Jacuí e Produção	MPEs do Segmento Metalmecânico com especialidade implementos agrícolas Pré-Colheita.	Melhorar o resultado operacional das MPEs do APL, com ênfase na implantação de indicadores de desempenho e capacitação de fornecedores.	Implementar uma cultura de medição de indicadores nas MPEs do APL; Buscar efetividade nas ações de mercado; Consolidar no mercado, juntamente com a governança do APL, o conceito de região berço do sistema de Plantio Direto.
Máquinas e Implementos Agrícolas Colheita	APL Implementos Agrícolas Colheita Santa Rosa e Horizontina	Santa Rosa e Horizontina	Micro e Pequenas Empresas de subcontratação industrial, serviços e fabricantes de peças e implementos agrícolas Colheita.	Aumento das vendas através da busca de novos clientes, do aprimoramento da gestão e do desenvolvimento de novas tecnologias focando na capacitação de fornecedores.	Melhoria da Gestão com foco na redução de custos de produção das MPEs; Promover o desenvolvimento da tecnologia, controles e processos produtivos das MPEs; Prospecção de novos mercados para os produtos e serviços já existentes como para os novos desenvolvidos a partir das melhorias implantadas; Profissionalizar a gestão da empresa focando a busca constante de outros segmentos, diminuindo os impactos gerados pelas crises do setor agrícola; Fortalecer a cultura de cooperação entre MPEs e entidades do APL, para fomentar o desenvolvimento do setor.
Máquinas e Implementos Agrícolas Pós-Colheita	APL Implementos Agrícolas Pós-Colheita Panambi e Condor	Panambi e Condor	Micro e Pequenas empresas do Setor Metalmecânico com especialidade produtiva em Pós-Colheita.	Buscar a diversificação de produtos, o acesso a novos clientes, bem como, o desenvolvimento e melhoria dos produtos de Pós-Colheita.	Desenvolvimento tecnológico com foco na diversificação da matriz produtiva e em novas tecnologias para o Pós-Colheita; Promover os produtos oriundos de projetos tecnológicos em mercados compradores; Melhorar a gestão do chão de fábrica, financeira e incorporação de novos processos de qualidade nas MPEs do APL; Fomentar a articulação dos parceiros locais para ajudar no desenvolvimento do setor.
Moveleiro Serra Gaúcha	Pólo de Fornecedores da Indústria Moveleira da Serra Gaúcha	Bento Gonçalves e Caxias do Sul	Empresas fabricantes de acessórios, máquinas e componentes para a indústria de móveis.	Propiciar às empresas fornecedoras do seto moveleiro um aumento das vendas nos mercados interno e externo através da inovação e do acesso a novos mercados.	Estimular a inovação; Prospectar novos mercados nacionais e internacionais; Redução ds perdas; Desenvolver o design e a tecnologia nas empresas; Fomentar o aumento das exportações; Disseminar informações e tendências sobre o setor; Fortalecer a cooperação entre s empresas; Capacitar gerencialmente as empresas, em especial na Gestão da Qualidade e na área comercial; Aproximar os elos da cadeia.
	Pólo de Móveis da Serra Gaúcha	Antônio Prado, Bento Gonçalves, Canela, Caxias do Sul, Flores da Cunha, Gramado, Guaporé, Lagoa Vermelha e Nova Petrópolis	Empresas fabricantes de móveis sob medida e seriados da região Serrana do RS.	Propiciar às empresas moveleiras um aumento das vendas através da abertura de novos mercados.	Aprimoramento da Capacitação Gerencial; Melhoria da Gestão da Qualidade; Promover o licenciamento ambiental das empresas e destinação correta dos resíduos; Fortalecer a cooperação entre os grupos de empresas; Promover a aproximação entre os elos da cadeia; Disseminar novas matérias-primas e tendências do setor; Fomentar formação de centrais de negócios; Prospectar novos mercados nacionais e fortalecer os já existentes; Fomentar a importância do design e da normatização; Redução dos custos das empresas.

Moveleiro Central	Conforto Sob Medida do Pólo de Móveis da Região Centro	Região Centro do Estado do RS	Micro e Pequenas Empresas Moveleiras.	Melhorar os resultados da atuação mercadológica das empresas de móveis sob medida da Região Centro.	Constituir comitê gestor do projeto e definir formato de atuação; Aplicar metodologia do PMI no gerenciamento do projeto; Definir posicionamento de mercado para a REDEMOV; Aplicação de melhorias em processos produtivos e no desenvolvimento do design, gerando inovação no setor; Capacitar constantemente os empresários e estimular a capacitação dos seus colaboradores; Implantar programa de indicadores alinhados aos critérios de excelência do PQQP; Definir critérios de aplicação do Selo do Conforto Sob Medida; Estimular projetos conjuntos com profissionais da área do design e arquitetura.
Coureiro-Calçadista Vale do Rio dos Sinos, Paranhana, Encosta da Serra	Desenvolvimento de Ateliers de Calçados do Paranhana	Vale do Paranhana	Ateliers de calçados fornecedores das grandes indústrias.	Desenvolver as ateliers, otimizando o fornecimento de produtos e a prestação de serviços, melhorando a qualidade, a produtividade, o prazo de entrega e reduzindo o retrabalho.	Qualificação gerencial das ateliers; Otimização dos processos produtivos, visando a redução de custos; Gestão empresarial focada em indicadores de desempenho; Controle de desperdícios e gastos gerais de fabricação; Melhorar a qualidade e o prazo de entrega para as grandes indústrias.
	Pólo das Indústrias de Calçados e Artefatos do Vale dos Sinos e Paranhana	Vale dos Sinos e Paranhana	Micro e Pequenas Indústrias do Segmento Calçadista, Fábricas de calçados, Artefatos e Ateliers.	Aumentar o faturamento através da melhoria da gestão de produtos e processos, da qualidade e do controle dos custos operacionais.	Qualificação gerencial das empresas; Reduzir custos de produção, através de melhorias nos processos produtivos; Qualificar as empresas em competência comercial para a participação nas principais feiras do setor; Desenvolvimento de novos produtos e agregação de valor no calçado; Capacitação em melhores práticas de gestão orientada para o resultado.
	Pólo de Couro Acabado do Vale dos Sinos	Vale dos Sinos, Cai e Paranhana	Micro e Pequenas Empresas Fabricantes de Couro acabado.	Aumentar a comercialização do produto no mercado estadual e nacional através da agregação de valor.	Desenvolvimento tecnológico visando à melhoria e inovação de produtos e processos; Agregação de valor ao produto, através da diferenciação do couro por meio de requisitos técnicos reconhecidos e de credibilidade nacional e internacional; Prospeção e ampliação de mercado, através da qualificação dos curtumes em comercialização e logística; Promover o Vale dos Sinos como Centro de referência de Acabamento em Couro, externalizando e promovendo o Programa de Indicação Geográfica do Couro Acabado do Vale dos Sinos; Melhorar o Sistema de produção, através da implementação da avaliação de conformidade no processo de acabamento de couro; Melhorar a gestão, organização e controles gerenciais nos curtumes.
	Pólo de Suprimentos do Setor Calçadista do Vale dos Sinos	Vale dos Sinos e Paranhana	Micro e Pequenas empresas do segmento de suprimentos para o setor calçadista.	Buscar novos clientes através da implantação de práticas de desenvolvimento de novos materiais em termos de moda e design e de gestão de negócio.	Desenvolvimento tecnológico para melhoria e inovação de produtos e processos; Agregação de valor ao produto; Prospeção e ampliação de mercado; Capacitação em melhores práticas de gestão orientada para o resultado.
Têxtil e Confecções Serra	APL de Confecções e Malharia da Serra Gaúcha	Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa e Nova Petrópolis	Micro e Pequenas empresas do Setor Têxtil, com foco em confecções e malharias.	Ampliar a participação das MPES no mercado nacional através de maior agregação de valor ao produto final.	Promover a cultura de agregação de valor através do design de produto; Promover e difundir inovações de produtos, processos, gestão e comercialização; Prospear novos mercados nacionais; Garantir meios de acesso à inteligência competitiva para as MPES; Fortalecimento da cooperação e articulação entre empresas e entidades.
	APL de Moda Íntima do Pólo de Confecções de Guaporé	Guaporé	Micro e Pequenas Empresas do Setor de Moda Íntima do Pólo de Confecções de Guaporé.	Aumentar o volume de vendas no mercado nacional a partir do desenvolvimento de produtos com maior valor agregado.	Prospeção de novos mercados nacionais; Promover a produção e a difusão de inovação em produtos, processo, gestão e comercialização; Promover a agregação de valor dos produtos através da difusão da cultura e do design; Garantir por meio de acesso à inteligência competitiva para as empresas; Fortalecimento da cooperação e articulação entre empresas e parceiros.

Gemas e Jóias Beneficiamento e Artefatos de Pedra	Pólo de Gemas e Jóias do Vale do Taquari e Soledade	Lajeado, Estrela, Arroio do Meio, Teutônia, Muçum, Nova Bréscia, Putinga e Soledade	Micro e Pequenas empresas do setor de gemas, jóias e artefatos em pedras preciosas.	Promover o aumento do faturamento através do desenvolvimento das empresas com foco em inovação dos processos de produção, design e melhoria da gestão.	Aprimorar o processo de produção e design; Melhorar a qualificação em gestão; Fortalecer a cultura da cooperação e o associativismo entre as empresas e entidades parceiras; Prospectar novos mercados; Aumento das vendas nas empresas.
Gemas e Jóias Jóias, Folheados e Bijuterias	APL de Jóias Folheadas de Guaporé	Guaporé	Micro e Pequenas empresas do setor de jóias folheadas, ouro e prata.	Ampliar os mercados e a comercialização das empresas participantes do projeto, agregando valor com produtos inovadores e gestão voltada a qualidade.	Prospectar novos mercados nacional/internacional e fortalecer os existentes; Fomentar a importância do design e da normatização; Fortalecer a cultura da cooperação entre as empresas e entidades; Promover a inovação em processos de produção, produto, gestão e comercialização; Promover o acesso ao crédito; Promover o licenciamento ambiental das empresas e destinação correta dos resíduos.
Vitivinicultura Serra	APL Vitivinicultura da Serra Gaúcha	Antônio Prado, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Monte Belo do Sul e Veranópolis	Viticultores e vinícolas da Serra Gaúcha.	Ampliar a participação no mercado, buscando a inserção das pequenas vinícolas.	Externalizar e promover as indicações geográficas; Melhorar a imagem dos vinhos; Incentivar a diferenciação através da Certificação dos Vinhos produzidos no APL; Incentivar o desenvolvimento de tecnologias ambientalmente sustentáveis; Aumentar o consumo do vinho; Abrir novos mercados para o vinho; Melhorar o sistema de produção e a qualidade da matéria-prima; Melhorar a gestão, organização e controle gerenciais nas propriedades e nas vinícolas; Fortalecimento das parcerias entre as entidades do setor; Fortalecer o Enoturismo na região; Qualificar as vinícolas em comercialização e logística.
Fruticultura Serra	Pólo de Frutas e Hortaliças da Serra Gaúcha	Antônio Prado, Bento Gonçalves, Campeste da Serra, Caxias do Sul, Garibaldi, Picada Café e São Marcos	Produtores de frutas e hortaliças.	Ampliar o mercado e o valor de comercialização das frutas e hortaliças melhorando as condições técnicas e o gerenciamento da produção.	Melhorar a gestão, organização e os controles gerenciais nas propriedades e agroindustriais Promover o associativismo e o trabalho em conjunto; Implantar 5'S e BPA nas propriedades; Difundir os conceitos de qualidade e segurança alimentar; Incentivar as certificações de PIF e APPCC; Melhorar o sistema de produção e a qualidade das frutas e hortaliças; Aperfeiçoar os mecanismos de comercialização no mercado nacional; Melhorar a gestão ambiental das propriedades; Identificar e desenvolver novos canais de comercialização.
	Pólo de Pequenas Frutas da Serra Gaúcha e Vale do Taquari e Rio Pardo	Caxias do Sul, Vacaria, Pinhal da Serra e Arvorezinha	Produtores rurais de amora, mirtilo e morango.	Promover a valorização e diferenciação das pequenas frutas - mirtilo, amora, morango, framboesa e physalis - buscando a melhoria nos processos de qualificação, certificação e comercialização.	Difundir os conceitos de qualidade e segurança alimentar. Melhorar a gestão, organização e implantar controles gerenciais nas propriedades. Promover o associativismo e trabalho em conjunto. Implantar 5'S e Boas Práticas Agrícolas nas propriedades; Implantar e certificar EurepGap no mirtilo; Identificar e desenvolver novos canais de comercialização que reconheçam a diferenciação do produto; Melhorar a colheita e pós-colheita de pequenas frutas; Implantar Produção Integrada no morango; Consolidar a exportação de pequenas frutas; Fortalecer as lideranças e o trabalho em parceria; Aperfeiçoar os mecanismos de comercialização no mercado nacional e internacional.
Carnes do Pampa Bovinocultura de Corte	Pólo de Bovinocultura do Pampa Gaúcho	Lavras do Sul, Dom Pedrito, Santana do Livramento, Alegrete e São Borja	Bovinocultores de corte.	Aumentar índices zootécnicos dos sistemas de produção de bovinocultura das empresas integrantes do projeto.	Fomentar o associativismo e a integração entre a classe produtora com a indústria e o varejo, visando o fortalecimento das cadeias da carne bovina. Capacitações técnicas e gerenciais das empresas participantes dos grupos do Juntos Para Competir, visando a melhoria dos índices zootécnicos e aumentos de rentabilidade dos diferentes sistemas de produção. Fomentar a importância da utilização de tecnologias inovadoras nos sistemas de produção, visando melhorias biológicas e econômicas nas propriedades rurais.
Ovinocultura de corte	Pólo de Ovinocultura do Pampa Gaúcho	Municípios da Campanha e Fronteira Oeste	Ovinocultores.	Aumentar índices zootécnicos e estruturar a comercialização da cadeia ovina.	Fomentar o associativismo e a integração entre a classe produtora com a indústria e o varejo, visando o fortalecimento das cadeias da carne ovina; Capacitação técnica e gerencial das empresas participantes dos grupos de produtores, visando a melhoria dos índices zootécnicos e, conseqüentemente, a elevação da rentabilidade dos sistemas de produção; Organizar as cadeias da carne ovina, visando formar parcerias comerciais que resultem garantias de mercado.
Fruticultura Sul	Pólo de Fruticultura da Região Sul e Centro-Sul	Região Sul e Centro-Sul	Produtores de Frutas.	Aumentar a comercialização de pêssego "in natura", aumentar o faturamento dos fruticultores e qualificar a produção de pêssego, uva e outras frutas em menor escala, contribuindo para o aumento da renda dos produtores.	Implantar estratégias que viabilizem a comercialização dos produtos "in natura". Fomentar o consumo regional e estadual de frutas. Fortalecimento das associações e cooperativas envolvidas no projeto. Promover um programa de qualificação continuada em manejo para os produtores. Aumentar o nível de conhecimento e comprometimento dos produtores rurais quanto a qualidade dos produtos e segurança alimentar. Implantar programa de padronização qualitativa de frutas.

Cachaça e Derivados da Cana	APL de Cana-de-açúcar e derivados do Litoral Norte Gaúcho	Santo Antônio da Patrulha e Itati	Produtores de cana-de-açúcar e derivados.	Buscar instrumentos licenciadores e certificadores, visando o aumento nas vendas das fábricas para novos mercados e o aumento da produtividade da cana-de-açúcar.	Aumento da disponibilidade de variedades produtivas de cana-de-açúcar cultivadas na região. Aprimoramento do manejo no cultivo da cana-de-açúcar. Qualificação dos processos de transformação da matéria prima nas agroindústrias familiares e indústrias, a fim de buscar licenças e certificações que atestem a qualidade. Qualificação na gestão administrativa das agroindústrias e indústrias. Busca de novos mercados para os produtos do Arranjo Produtivo Local. Busca da formalidade comercial dos produtos da agricultura familiar. Preservação do meio ambiente.
Leite e Derivados Produção	APL de Leite do Planalto RS	COREDE Produção, no Planalto do RS	Produtores de Leite.	Aumentar a produtividade e qualidade do leite, dos produtores, integrados ao padrão de mercado das cooperativas e indústrias.	Adequar o processo produtivo à legislação ambiental ; Melhorar o resultado econômico e financeiro da propriedade rural ; Melhorar os índices de produtividade das propriedades; Fortalecer a cultura da cooperação entre os participantes do projeto; Alinhamento com as necessidades de mercado.
Flores e Plantas Ornamentais Vale do Cai, Vale do Rio dos Sinos e Metropolitano Delta Jacuí	APL de Flores e Plantas Ornamentais dos Vales do Cai e Sinos e Região Metropolitana	Vales do Cai e Sinos e Região Metropolitana	Produtores de plantas e flores ornamentais e ervas aromáticas e medicinais.	Aumentar a comercialização dos produtos da região nos mercados estadual e nacional.	Ampliação do mercado estadual e nacional. Promoção do consumo de flores e plantas ornamentais. Qualificação e padronização da produção. Introdução de inovações tecnológicas para a produção de flores e plantas ornamentais. Diversificação da produção regional, através do cultivo e processamento de ervas aromáticas e medicinais. Capacitação empreendedora e gerencial das empresas rurais. Consolidação da governança da cadeia produtiva em nível regional e estadual; Consolidação do associativismo empresarial.
Turismo Serra Gaúcha	Bem Receber - Serra Gaúcha	Regiões Uva e Vinho e Hortênsias - Serra Gaúcha	Meios de Hospedagem com até 50 unidades habitacionais.	Desenvolver o segmento dos meios de hospedagem de pequeno porte, implementando ações para a gestão da sustentabilidade e qualificação profissional, nas dimensões ambiental, sociocultural e econômica de acordo com a Norma Brasileira NBR 15401 e qualificar e tornar mais competitiva a Região enquanto destino turístico.	Promover ações que visem a sustentabilidade (ambiental, sócio-cultural e econômica) dos meios de hospedagem, de até 50 unidades habitacionais. Profissionalizar a administração das empresas. Criar um movimento pela qualificação dos trabalhadores e das empresas de maneira a proporcionar sua constante atualização; Engajar o empresariado no esforço pela qualificação de destinos; Utilizar racionalmente os atrativos turísticos, visando preservá-los para as próximas gerações e Trabalhar com as comunidades locais desenvolvendo uma consciência turística, preparando os anfitriões para bem receber, acolher com satisfação e servir com excelência o turista, ativando as cadeias de produção associadas e os efeitos positivos do turismo, com conseqüente prática do turismo sustentável.
	Enoturismo na Serra Gaúcha	Região Uva e Vinho - Serra Gaúcha	Pequenas e Micro empresas do setor vinícola, que tenham como foco o Enoturismo.	Ampliar o número dos turistas visitantes (enoturistas) e a comercialização de vinho através da melhoria da qualificação, inovação e da promoção da sustentabilidade destas MPes.	Promover a sustentabilidade das vinícolas e desenvolver o turismo na Região Uva e Vinho - Serra Gaúcha. Garantir a segurança alimentar na produção e na manipulação de alimentos das empresas que explorem a Enogastronomia; Promover a qualificação técnica dos recursos humanos. Modernizar e introduzir novas tecnologias nas empresas integrantes do Projeto. Profissionalizar a administração das empresas. Estimular a realização de ações em conjunto entre as empresas, criando a cultura de rede e trabalho cooperado. Promover a busca pela responsabilidade ambiental, cultural e social. Consolidar a imagem das empresas integrantes do Projeto Enoturismo na Serra Gaúcha. Promover ações de integração das empresas do grupo, com produtos âncora da Região da Serra Gaúcha, com ações de parceria, que visem ampliar o fluxo de turistas nas vinícolas.
	Excelência em Gastronomia na Serra Gaúcha	Regiões Uva e Vinho e Hortênsias - Serra Gaúcha	Micro e Pequenas empresas do setor Gastronômico, sendo restaurantes, bares e similares.	Qualificar e promover a comercialização e inovação das MPes que compõem o setor gastronômico (restaurantes, bares e similares) da Serra Gaúcha, visando a sustentabilidade das mesmas e o fortalecimento da Região como destino turístico.	Garantir a segurança alimentar na produção e na manipulação de alimentos. Promover a qualificação técnica dos recursos humanos. Modernizar e introduzir novas tecnologias nas empresas integrantes do Projeto. Profissionalizar a administração das empresas. Estimular a realização de ações em conjunto entre as empresas, criando a cultura de rede e trabalho cooperado. Promover a busca pela responsabilidade ambiental, cultural e social. Consolidar a imagem das empresas integrantes do Programa Excelência Gastronomia Serra Gaúcha.

Turismo Serra Gaúcha	Pólo de Turismo Aventura - Serra Gaúcha	Regiões Uva e Vinho e Hortênsias - Serra Gaúcha	Operadoras e Agências de Turismo Aventura.	Desenvolver o Segmento de Turismo Aventura na Serra Gaúcha, promovendo a sustentabilidade econômica, ambiental, social e cultural das empresas e da Região.	Desenvolvimento empresarial, profissional e tecnológico dos seus associados e do segmento de turismo de aventura pautados na qualidade, segurança e sustentabilidade; Fomentar a prática da cooperação no setor; Visão de soluções integradas, em parceria com todos os atores envolvidos; Fomentar a melhoria do processo de gestão do setor de agências de turismo aventura; Qualificar o atendimento nas agências e na operação do turismo aventura; Fomentar a inovação e boas práticas de desenvolvimento sustentável; Promover ações de comercialização e divulgação do Turismo Aventura da Serra Gaúcha; Promover ações de avaliação, qualificação e inovação na oferta de produtos de turismo aventura; Promover ações de integração com os demais segmentos do turismo.
	Turismo Rural na Serra Gaúcha	Regiões Uva e Vinho e Hortênsias - Serra Gaúcha	Empreendimentos de Turismo Rural da Serra Gaúcha.	Desenvolver o Turismo Rural, nas Regiões Uva e Vinho e Hortênsias, priorizando as MPEs das rotas já implantadas, visando o desenvolvimento dentro dos princípios da sustentabilidade.	Promover a cooperação entre os atores locais dos municípios pertencentes ao projeto; Estruturar as propriedades rurais para se tornarem mais competitivas perante ao mercado, no âmbito do turismo rural; Agregar valor aos produtos turísticos ofertados.
Turismo Missões	Roteiro Iguaçu Misiones na Região Noroeste	Municípios das Missões com maior ênfase em Caibatê, Entre-Ijuís, Porto Xavier, Roque Gonzales, Santo Ângelo, São Borja, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões e São Nicolau	Micro e pequenas empresas e empreendedores vinculados aos meios de hospedagens, agências de turismo, artesanato, atrativos turísticos e gastronomia.	Ampliar o fluxo de turistas no Roteiro Iguaçu Misiones.	Consolidação do Roteiro Iguaçu Misiones; Desenvolvimento de ações promocionais para aumentar a rede de parceiros nos territórios envolvidos; Desenvolvimento de ações para divulgar o Roteiro Iguaçu Misiones; Fortalecimento da rede de comercialização do Roteiro Iguaçu Misiones no mercado; Incentivo para geração de negócios competitivos as MPEs do Roteiro; Geração de ações para inovação da oferta e demanda dos produtos de acordo com as expectativas do mercado.
Automação e Controle Eletroeletrônico Metropolitana e Caxias do Sul	Setorial Eletroeletrônico da Região Metropolitana	Porto Alegre, Cachoeirinha, Novo Hamburgo, Montenegro, São Leopoldo e Canoas	Micro e Pequenas empresas do Setor Eletroeletrônico.	Buscar o aumento do número de clientes através da inovação e agregação tecnológica promovendo aumento no faturamento.	Implantação de indicadores de desempenho e gestão; Articulação e consolidação de parcerias para inovação tecnológica; Prospecção e consolidação no mercado interno brasileiro e América Latina; Agregar valor aos produtos finais atuais e em desenvolvimento; Atualização tecnológica dos produtos/processos das empresas.

Apêndice G
Convênios Governo Federal

Quadro XI – Detalhamento dos Convênios Firmados com o Governo Federal por APLs

APL	Nº Convênio	Objeto	Órgão Concedente		Conveniente	Valor (R\$)		Data de Vigência	
						Convênio	Contrapartida	Início	Fim
Metalmeecânico Autopeças Serra	520482	Implementação do projeto Extensão Industrial Exportadora, objetivando a utilização de técnicas e métodos voltados a modernização e capacitação empresarial de micro, pequenas e médias empresas, por meio de inovações técnicas, gerenciais e tecnológicas no âmbito dos arranjos produtivos locais.	MDIC	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	Fundação Universidade de Caxias do Sul	R\$ 420.000,00	R\$ 0,00	30/12/2004	20/05/2006
Máquinas e Implementos Agrícolas Pós-Colheita	525966	Produto: ASE/FNDCT Fonte: FNDCT-ORD	MCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Associação Centro de Inovação Tecnológica (ACITEC)	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	12/09/2005	13/03/2006
Moveleiro Serra	609029	Promoção comercial do APL de Móveis do Estado do RS.	MDIC	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	Associação das Indústrias de Móveis do Estado do RS (MOVERGS)	R\$ 90.000,00	R\$ 30.000,00	21/12/2007	25/2/2009
	577286	Pesquisa de mercado interno para os APLs de móveis do Estado do RS.	MDIC	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	Associação das Indústrias de Móveis do Estado do RS (MOVERGS)	R\$ 45.000,00	R\$ 63.346,00	22/12/2006	22/12/2007
Gemas e Jóias	529647	Apoio ao Setor Mineral do RS - Mesorregião Fronteira do MERCOSUL, visando aumentar o desenvolvimento sustentável dos garimpos de ametista em Ametista do Sul e municípios produtores adjacentes.	MI	Secretaria Executiva / Departamento de Gestão Interna / Administração Geral	Prefeitura Municipal de Ametista do Sul	R\$ 450.000,00	R\$ 17.000,00	23/11/2005	18/12/2008
	542861	Centro Tecnológico de Pedras, Gemas e Jóias do Estado do RS - Pólo de Lapidação.	MCT	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	Prefeitura Municipal de Lajeado	R\$ 200.000,00	R\$ 40.000,00	29/12/2005	17/03/2007
	537272	Capacitação de pequenos produtores minerais em lava e beneficiamento de gemas no Estado do RS.	MME	Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral	FUNDACAO VALE DO TAQUARI DE EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO	R\$ 510.500,00	R\$ 30.690,00	27/12/2005	20/04/2009

Gemas e Jóias	538524	Projeto de Lapidação de Artesanato Mineral - Cooperativa de Garimpeiros e Unidades Comunitárias.	MI	Secretaria Executiva / Departamento de Gestão Interna / Administração Geral	Prefeitura Municipal de Quaraí	R\$ 467.612,00	R\$ 30.000,00	27/12/2005	30/09/2008
	535128	Projeto de Lapidação de Artesanato Mineral - Cooperativa de Garimpeiros e Unidades Comunitárias.	MI	Secretaria Executiva / Departamento de Gestão Interna / Administração Geral	Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra	R\$ 492.000,00	R\$ 29.000,00	22/12/2005	07/02/2009
	637474	Aquisição de equipamentos para transferência de tecnologia para o setor de pedras e jóias e capacitação de mão-de-obra para a produção de semi-jóias.	MCT	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	Prefeitura Municipal de Soledade	R\$ 240.000,00	R\$ 60.000,00	16/12/2008	13/03/2010
	523287	Implantação e estruturação do Centro Tecnológico de Pedras, Gemas e Jóias do RS.	MCT	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	Prefeitura Municipal de Soledade	R\$ 450.000,00	R\$ 90.000,00	13/05/2005	28/11/2007
Vitivinicultura Serra	567828	Capacitação de vitivinicultores nos municípios do APL da Serra Gaúcha.	MDA	Secretaria da Agricultura Familiar	Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN)	R\$ 250.000,00	R\$ 28.324,00	31/8/2006	30/8/2009
	640531	Laboratório para análise de vinhos e equipamentos para vinificação e engarrafamento para cooperativa e associação das vinícolas.	MDA	Secretaria da Agricultura Familiar	Prefeitura Municipal de Veranópolis	R\$ 162.597,00	R\$ 5.029,00	31/12/2008	30/12/2009
Coureiro-Calçadista	600358	Potencializar as atividades turísticas nos arranjos produtivos locais coureiro-calçadistas através de ações que resultem no desenvolvimento.	MTur	Coordenação-Geral de Convênios	Associação Brasileira de Empresas de Componentes para Calçados	R\$ 251.120,00	R\$ 66.820,00	20/12/2007	30/09/2008
	553941	Implementar o turismo nos municípios que compõem o setor coureiro-calçadista, por intermédio do apoio à execução do projeto "Os Caminhos do Brasil a seus Pés".	MTur	Coordenação-Geral de Convênios	Associação Brasileira de Empresas de Componentes para Calçados	R\$ 513.040,00	R\$ 387.260,00	29/12/2005	03/08/2007
	512781	Desenvolver ações de pesquisa e divulgação para promover o design na cadeia produtiva coureiro-calçadista.	MDIC	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	Associação Brasileira de Empresas de Componentes para Calçados	R\$ 484.850,00	R\$ 484.850,00	25/11/2004	24/11/2005

Piscicultura Fronteira MERCOSUL	598522	Reestruturação da cadeia produtiva do pescado na região de Alecrim - RS.	PR	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	Prefeitura Municipal de Alecrim	R\$ 45.000,00	R\$ 2.250,00	13/12/2007	25/08/2009
	599551	Projeto de fortalecimento da piscicultura na Macrorregião Norte do RS a partir de uma rede de assistência técnica e de extensão rural como estratégia de desenvolvimento socioeconômico.	PR	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	Associação Brasileira para Promoção da Participação...	R\$ 488.520,00	R\$ 14.666,40	29/07/2009	30/09/2010
	650081	Patrulha agrícola para o desenvolvimento da piscicultura.	MI	Secretaria Executiva / Departamento de Gestão Interna / Administração Geral	Prefeitura Municipal de Catuipe	R\$ 100.000,00	R\$ 130.000,00	20/01/2009	29/06/2009
	542872	Ampliação da estação experimental de piscicultura.	PR	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	Fundação Regional Integrada	R\$ 34.876,74	R\$ 8.000,00	30/12/2005	16/09/2006
	595963	Fortalecimento da cadeia produtiva da aquicultura e da pesca na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai.	PR	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do N...	R\$ 140.000,00	R\$ 4.827,58	26/11/2007	14/01/2009
	567479	Aquisição de equipamentos para abatedouro de peixes para NATUAGRO para quiosque junto à RST-155.	MDA	Secretaria da Agricultura Familiar	Prefeitura Municipal de Ijuí	R\$ 24.448,00	R\$ 6.112,00	09/08/2006	30/11/2007
	539466	Programa de apoio à gestão do desenvolvimento do pólo de aquicultura e pesca da Macrorregião Norte do RS.	PR	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do N...	R\$ 136.448,00	R\$ 27.291,60	23/12/2005	30/09/2007
Piscicultura Metade Sul	605251	Implantação de arranjo produtivo de piscicultura nos sete municípios do COREDE Jacuí-Centro do RS.	MI	Secretaria Executiva / Departamento de Gestão Interna / Administração Geral	Agência Sul-Americana de Desenvolvimento (ADESUL)	R\$ 561.643,38	R\$ 18.000,00	07/01/2008	27/12/2009

Anexo A
Roteiros Semi-Estruturados para as Entrevistas

Roteiro I: Questões para Entrevista com os Responsáveis nos Órgãos que Realizam Políticas para APL

Identificação da Instituição:

Entrevistado:

1. Quando e como a instituição iniciou a prática de políticas para APLs?
2. Explique as principais mudanças, nos conceitos e nas práticas que caracterizam a experiência da instituição quanto a esse tipo de política.
3. Qual o enfoque conceitual atual adotado de APLs (se existir)?
4. Quais programas, na sua avaliação, têm semelhança com as políticas para APLs e por quê? (aquela que envolve coletivos, sistemas, setores, territórios)?
5. Como as políticas para APL's se vinculam aos objetivos estratégicos da instituição?
6. A instituição mantém parceria com outras instituições de apoio a APLs para elaboração e implementação de políticas para APLs?
7. Identifique, junto com o pesquisador, o conjunto de programas da instituição que se refere, implícita, ou explicitamente a APLs e para cada programa explique:
 - identifique a área da política (desenvolvimento regional, industrial, comércio exterior, ciência e tecnologia, financiamento, etc.);
 - a abrangência geográfica do programa (regiões e municípios);
 - as atividades produtivas incluídas no programa (setores CNAE ou outra referência);
 - os critérios de seleção dos agentes a serem beneficiados;
 - o número aproximado de atores locais envolvidos no programa identificando se empresa, instituições de treinamento, de representação, etc.
8. Sobre as características da política para APL de sua instituição informe:
 - se a política estimula interações entre os atores que dela participam?
 - a política tem por objetivo melhorias tecnológicas, capacitação de pessoal, estímulos para participar do comércio exterior, desenvolvimento

da cadeia produtiva, desenvolvimento da região, melhorar a distribuição de renda, ou outros objetivos?

- se a política estimula as atividades locais de coordenação dos agentes beneficiados pela política?
- é possível identificar o montante de recursos aproximados direcionados para políticas para APLs?

9. Sobre os resultados das políticas praticadas pela instituição:

- Como avalia o papel desempenhado pelas instituições locais nas políticas implementadas?
- Qual a relevância da presença de práticas coletivas estruturadas para o sucesso da política?
- Poderia apontar um “grau médio” de evasão dos atores locais no decorrer das ações do programa? Quais os principais motivos?
- A instituição possui critérios de avaliação para a política de estímulos a APL? Quais?
- Qual a avaliação da instituição quanto aos efeitos locais da política após a conclusão do projeto?
- Identifique as principais dificuldades para a implementação dessas políticas.

Roteiro II: Questões para Entrevista com o Responsável pelo Órgão Estadual Relacionado às Políticas para APLs

1. O governo estadual tem uma política explícita de promoção dos APLs? As políticas estaduais (de desenvolvimento regional, tecnológico etc.) utilizam o conceito de APL's. Como?
2. Explique o início e os principais momentos de desenvolvimento desta política?
3. Como o governo do Estado tem articulado os órgãos presentes no estado que atuam na promoção de APLs?
4. Se houver um núcleo gestor estadual do GTP APL – MIDIC, quais as características e funções deste órgão?
5. Quais os maiores desafios para a elaboração, implementação e avaliação das políticas de estado para APL's?